

Marisa Hartwig

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA INTEGRADO
DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DO FUMO**

Tese de doutoramento
submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do Grau
de Doutor em Serviço
Social, linha de pesquisa Questão
Social, Trabalho e Emancipação
Humana.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hartwig, Marisa
AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO
DA INDÚSTRIA DO FUMO / Marisa Hartwig ; orientador, Ricardo
Lara - Florianópolis, SC, 2016.
164 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências


1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Indústrias
fumageiras. 4. Sistema integrado. 5. Endividamento. I.
Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Marisa Hartwig


**AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA INTEGRADO
DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DO FUMO**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do título de Doutor,
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

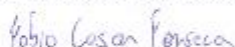
Florianópolis, 22 de agosto de 2016.

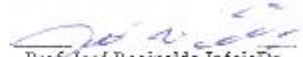

Prof.^a Vania Maria Manfrin Dr.^a
Coordenadora do Curso

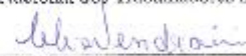
Banca Examinadora:

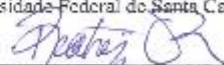

Prof. Ricardo Lara Dr.
Orientador


Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


Prof. Fábio Cesar da Fonseca Dr.
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM


Prof. José Reginaldo Inácio Dr.
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI


Prof.^a Célia Regina Vencramini Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


Prof.^a Vania Maria Manfrin Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas e entidades, entre elas o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento da pesquisana linha de pesquisa Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana, e o Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL), por proporcionar espaço de estudo e qualificação das pesquisas do PPGSS.

Ao professor orientador Dr. Ricardo Lara, pela confiança em aceitar a orientação já em andamento e entender a importância de mudar o projeto de pesquisa da tese voltada para os trabalhadores integrados.

À minha família, pela paciência, compreensão e apoio para seguir o meu caminho.

Ao meu pai, Silvio Hartwig (*in memoriam*), pelo seu legado, sua força, determinação e luta. Gratidão!

À minha mãe, Irena Sievert Hartwig, e meus irmãos Noeli, Marli, Vera e Irineu. Muito obrigado!

Às famílias trabalhadoras fumicultoras que integram este trabalho, pela disponibilidade, atenção e receptividade ao destinar parte do seu tempo para repensar como se constituem as suas trajetórias de vida e de trabalho.

Ao advogado Jayro Dornelles, por defender a luta dos trabalhadores fumicultores e por possibilitar o desenvolvimento desta pesquisa.

Às professoras doutoras Vera Lucia Navarro, Claudia Mazzei Nogueira, Célia Regina Vendramini, Beatriz Augusto de Paiva e Vania Maria Manfroi, pela seriedade das contribuições durante a qualificação do projeto de tese, que foram fundamentais para a sequência do desenvolvimento da pesquisa.

*O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.
Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras, ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.
Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.
Mesmo o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.
O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas
É meta da forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa.
(IASI, 2011)*

RESUMO

A classe trabalhadora no século XXI é cada vez mais heterogênea e diversificada, tendo em vista a ampliação e atualização do controle do capital em plena era da mundialização do capital. Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a desvendar as relações de exploração do trabalho no sistema integrado de produção adotado pelas indústrias de fumo, considerando a realidade dos agricultores familiares de Camaquã, no Rio Grande do Sul (RS). O sistema integrado de produção de fumo constitui uma forma de organização do processo produtivo que, por um lado, reduz os custos da produção e garante o aumento da produtividade das indústrias integradoras e, por outro, precariza sem limite as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores integrados, levando-os ao endividamento. Considerando o contexto das relações sociais de produção integrada no fumo, o objetivo da pesquisa é dar visibilidade às relações de exploração nos contratos de compra e venda de folha de fumo dos trabalhadores integrados no município de Camaquã (RS) que estão em situação de endividamento. Foram realizadas entrevistas com 12 famílias trabalhadoras integradas que cultivam fumo em suas propriedades para atentar ao contexto da inserção desses trabalhadores no sistema integrado, com representantes de entidades como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Entre as fontes de pesquisa documental, foram analisados os contratos de compra e venda de folha de fumo, além de planilhas, relatórios, fichas técnicas dos instrutores, contratos de financiamento e processos judiciais envolvendo os agricultores e as empresas integradoras. A pesquisa de campo foi realizada no interior de Camaquã (RS) em uma situação específica, singular, mas que retrata o que atualmente perpassa a realidade do campo brasileiro e da América Latina, apreendendo, de forma crítica, o movimento contraditório das relações sociais entre campo e cidade. Denota-se, então, que o campo é um amplo espaço político de disputa e luta de classes. A partir das trajetórias dos trabalhadores, procura-se explicitar a relação de trabalho posta no contrato firmado entre trabalhadores e indústrias fumageiras sobre a compra e venda de folha de fumo, com a intenção de mostrar a regulamentação do trabalho, assim como o desencadeamento do endividamento dos trabalhadores e a perversidade das indústrias fumageiras nesse processo de integração, que envolve a produção em escala mundial, sob os mais rigorosos controles de qualidade. O

trabalho, os riscos, os cuidados com a saúde e a produção ficam por conta do trabalhador, enquanto a indústria fumageira estabelece o contrato, faz o receituário dos insumos, controla e fiscaliza o trabalho, estabelece o preço dentro dos padrões da indústria mundial e recebe a mercadoria dentro do controle de qualidade estabelecido pelos padrões do mercado também mundial. Aparentemente, é uma relação comercial de compra e venda que oculta a extração de valor.

Palavras-chave: Trabalho. Indústrias fumageiras. Sistema integrado. Exploração. Endividamento.

ABSTRACT

The working class in the twenty-first century is increasingly heterogeneous and diverse, in view of the expansion process and the updating of capital control at the height of the globalization of capital. In this sense, the present research aims to uncover exploitative employment relations in the integrated production system adopted by tobacco industries, considering the reality for family producers in Camaquã, Rio Grande do Sul state (RS). The integrated system of tobacco production constitutes a type of organization of the production process that, on the one hand, reduces production costs and guarantees increased productivity for integrative industries, but which, on the other hand, threatens the work and living conditions of associated workers, forcing them into debt. Considering the social context of integrated tobacco production, the objective of the study is to highlight exploitative relations in the contracts of tobacco leaves sales negotiated with the associated workers in the municipal area of Camaquã-RS, in cases of indebtedness. Interviews were carried out with 12 working families involved in tobacco cultivation on their land, in order to focus on the context of the integration system of these workers as representatives of entities such as the Rural Workers' Union (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), the Small Farmers' Movement (Movimento dos Pequenos Agricultores), and the Tobacco Leaf-Growers' Association of Brazil (Associação dos Fumicultores do Brasil). In terms of documentary research, the study analysed sales contracts for tobacco leaves, spreadsheets, reports, technical specifications from instructors, financing contracts and judicial processes involving farmers and integrative companies. Field research was carried out in the countryside of Camaquã-RS, in a unique, specific situation which nevertheless reflects a current reality in rural areas across Brazil and Latin America. The study thereby critically apprehends the contradictory social relations between rural and urban areas, indicating that the countryside is a substantial political arena for class struggle. The study aimed to clarify employment relationships as set down in contracts between workers and tobacco industries about the buying and selling of tobacco leaves, in order to show employment regulations and the triggering of indebtedness among workers, and the perverse conduct of the tobacco industries in this process of integration, which involves production on a global scale, subject to the strictest quality controls. The employee is responsible for the work and production itself, as well as the associated

risks and healthcare, while the tobacco industry establishes the contract, prescribes the use of raw materials, controls and supervises the work, sets prices according to global industry standards, and receives the goods within the quality control guidelines of the global market. It appears to be a business relationship of buying and selling which obscures the extraction of value.

Keywords: Work. Tobacco industries. Integrated system. Exploitation. Indebtedness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia produtiva do fumo.....	36
Figura 2 – Manoca de fumo	42
Figura 3 – Entrega e classificação na indústria do fumo.....	43
Figura 4 – Mapa do estado do Rio Grande do Sul	61
Figura 5 – Mapa territorial dos distritos de Camaquã	62
Figura 6 – Dinâmica da produção de fumo integrada	73
Figura 7 – Embalagem de semente de fumo tipo Virgínia	75
Figura 8 – Sistema float	76
Figura 9 – Poda das mudas.....	77
Figura 10 – Replântio das bandejas para os canteiros	78
Figura 11 – Aplicação de pesticidas/venenos.....	79
Figura 12 – Colheita do fumo	80
Figura 13 – Fardo de fumo	82
Figura 14 – Classificação do fumo no galpão	83
Figura 15 – Posição, cor e qualidade da folha de fumo.....	90
Figura 16 – Insumos para o fumo.....	93
Figura 17 – Nota de solicitação de insumos.....	94
Figura 18 – Pedido de material.....	101
Figura 19 – Liberação de crédito bancário	106
Figura 20 – Mercados do fumo brasileiro em 2014	127
Figura 21 – Evolução das exportações de fumo no Sul do Brasil	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Preços referenciais do fumo na safra 2015/2016 – R\$/kg ...	40
Tabela 2 – Maiores produtores mundiais de fumo	49
Tabela 3 – Prospecção de produção de fumo no Brasil até 2023	50
Tabela 4 – População do município de Camaquã (RS) em 2015	60
Tabela 5 – Produção agrícola do município de Camaquã em 2015	63
Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano de Camaquã (RS)	63
Tabela 7 – Evolução da fumicultura.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.	arroba
Abifumo	Associação Brasileira da Indústria do Fumo
Afubra	Associação dos Fumicultores do Brasil
Ampa	Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de Camaquã
Brasfumo	Indústria Brasileira de Fumos Ltda.
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBT	China Brasil Tabacos Exportadora S.A.
Cetab	Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde
Coopertraf	Cooperativa dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Cresol	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CTA	Continental Tobaccos Alliance S.A.
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Deser	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DFV	Doença da folha verde
Ensp	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
EPI	Equipamento de proteção individual
Farsul	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Fetrafr-Brasil	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fetrafr-Sul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inca	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
kg	quilo
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPT/RN	Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do

	Norte
NEPTQSAL	Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina
OMC	Organização Mundial do Comércio
PI Brasil	Produção Integrada Agropecuária
PI Tabaco	Produção Integrada do Tabaco
PIB	Produto Interno Bruto
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PwC	PricewaterhouseCoopers
R\$	real (moeda)
RET	Rede de Estudos do Trabalho
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
Secex/Mdic	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Sindifumo-SP	Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo
SindiTabaco	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
t	tonelada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO19

2 A INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE FUMO33

2.1 A CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INTEGRADA DO FUMO33

2.2 PRODUÇÃO INTEGRADA: RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO50

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA DA REGIÃO DE CAMAQUÃ (RS)57

3 TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES INTEGRADOS NA PRODUÇÃO DE FUMO EM CAMAQUÃ (RS)67

3.1 O CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE FOLHA DE FUMO:
EXPRESSÃO DA REGULAÇÃO DO TRABALHO67

3.1.1 A caracterização de cerceamento do contrato de compra e venda de folha de fumo72

3.2 TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO NA PRODUÇÃO DE FUMO85

3.3 A RELAÇÃO DE TRABALHO E O PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO DOS AGRICULTORES INTEGRADOS NO FUMO87

3.3.1 A perversidade das indústrias integradoras de fumo e a banalização da saúde do trabalhador do campo98

4 A EXPLORAÇÃO NO TRABALHO E O ENDIVIDAMENTO PROGRAMADO NA PRODUÇÃO INTEGRADA DE FUMO115

4.1 A EXPLORAÇÃO NA REGULAÇÃO DO CONTRATO115

4.2 A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E OS AGRAVOS À SAÚDE118

4.3 A EXPLORAÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE FUMO NA REGIÃO SUL125

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS133

REFERÊNCIAS140

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com fumicultores integrados de Camaquã (RS) – 2013155

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com fumicultores integrados de Camaquã (RS) – 2015156

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)159

ANEXO B – Controle da ficha técnica162

1INTRODUÇÃO

A classe trabalhadora no século XXI é cada vez mais heterogênea e diversificada, tendo em vista a ampliação e atualização do controle do capital em plena era da mundialização do capital. Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a desvendar as relações de exploração do trabalho no sistema integrado de produção adotado pelas indústrias de fumo, considerando a realidade dos agricultores familiares de Camaquã (RS). O sistema integrado de produção de fumo constitui uma forma de organização do processo produtivo que, por um lado, reduz os custos da produção e garante o aumento da produtividade das indústrias integradoras e, por outro, precariza sem limite as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores integrados, levando-os ao endividamento.

As mudanças no mundo do trabalho são visíveis nas atividades desenvolvidas na agricultura familiar, pois as novas necessidades que surgem na produção¹, por meio da integração com as indústrias fumageiras, alteram a relação com o trabalho. O controle já não está mais a cargo do trabalhador do campo, mas, em parte, de máquinas, com o objetivo de agregar valor ao capital, atender com rigor

¹ Silva (1982, p. 16-17) ilustra as transformações que o sistema capitalista provoca na produção, no caso da avicultura. “Antigamente, as galinhas e os galos eram criados soltos nos sítios. Ciscavam, comiam minhocas, restos de alimentos e um pouco de milho. Punham uma certa quantidade de ovos – uma ninhada de 12 a 15 ovos – depois chocavam durante semanas seguidas. Mesmo se lhes retirassem os ovos, elas paravam de pô-los respeitando o instinto biológico da procriação. No entanto, com o advento da incubadora (ou chocadeira) elétrica, com maior eficiência, uma vez que permitia controlar a temperatura e não quebrava os ovos, tornou-se necessário fabricar uma galinha que não perdesse tempo chocando, que se limitasse a produzir ovos todo o tempo de sua vida útil. Para tanto, foi preciso uma ‘nova’ alimentação – as rações –, e, além disso, a criação de cubículos a fim de que não desperdiçassem energia ciscando. Estava constituída uma verdadeira ‘fábrica avícola’: tudo padronizado, gerando lucros aos capitalistas, pois novas necessidades são criadas: gaiolas, chocadeiras, matrizes de pintinhos, rações que, por sua vez, geram lucros para o fabricante de medicamentos, ao comerciante de milho, ao fabricante do arame galvanizado, e assim sucessivamente. O produtor que trabalha com essa criação precisa comprar tudo isso das grandes companhias, e paga caro, pois não tem poder de barganha. Na hora de vender, o preço é tão baixo (por ter muito ovo, pois as galinhas só fazem isso) que precisa criar milhares de galinhas para manter a sua sobrevivência como agricultor familiar. Em resumo, ele trabalha mais e ganha relativamente menos”.

toda forma de organização do trabalho e, fundamentalmente, produzir uma mercadoria para suprir a demanda do capital mundial. Em outras palavras, o trabalhador do campo passa a produzir direta e indiretamente de forma determinada para o capital, de acordo com o mais rigoroso controle das empresas integradoras.

A lógica determinada pelo capital cria a necessidade de produzir cada vez mais, pois trabalha-se mais para pagar as “novas tecnologias” que são demandadas pelo capital. Assim, o trabalhador do campo está sujeito a alterações no trabalho quando busca novas estratégias que viabilizem sua permanência no campo, ainda que de forma muito distante da agricultura familiar tradicional, que produzia manualmente seus próprios meios de subsistência e não estabelecia uma relação contundente com o capital. Hoje, ao contrário, com as necessidades que surgiram em função do movimento econômico, a agricultura familiar subjugase-se à integração com a indústria fumageira na produção de monoculturas.

Isso não implica dizer que o trabalhador do campo não deva ter acesso às tecnologias e às novas ferramentas para o trabalho disponíveis no mercado. Muito pelo contrário, acredita-se que as necessidades postas são demandas do conjunto da sociedade. Ninguém almeja a vida no campo nos moldes do passado e não há como voltar no tempo, pois corre-se o risco de cair em um idealismo romantizado por esse caminho. A perspectiva de análise desta pesquisa consiste em trabalhar com as contradições que estão presentes nas relações de trabalho constituídas na integração com o mercado mundial e mostrar que no campo não há nada de idílico.

A força de trabalho do campo, no caso da integração da produção de fumo com as indústrias, serve de meio para a valorização do capital, ou seja, o trabalho na agricultura familiar acaba tornando-se uma peça da engrenagem de valorização do capital quando necessita entregar a produção (mercadoria) para a indústria fumageira. Dessa forma, deixa de produzir, inclusive, os produtos para subsistência da família, visto que os rendimentos da venda de folha de fumo possibilitam acesso a outros bens, do “estômago à fantasia”, pois, na atual sociabilidade, o agricultor deseja também os bens postos na e pela sociedade de consumo, já que ele não está alijado dela, mas ao contrário, pois cada vez mais o campo e a cidade estão próximos.

Essa proximidade revela-se na forma de organização do trabalho e por meio de várias outras relações, como acesso à energia elétrica, internet, televisão, automóvel, máquinas em geral e roupas. Enfim, o trabalhador do campo quer ter acesso a bens de consumo tanto como o

trabalhador da indústria e, nesse sentido, não é apenas o trabalho em si que aproxima o campo da cidade, mas as relações sociais que se desenvolvem na sociedade capitalista de produção e, por consequência, demandam a ampliação da criação de novas necessidades.

Todos esses fatores acabam contribuindo para o aumento nos custos com a produção integrada, uma vez que a indústria subsidia os implementos necessários para a produção e os desconta no decorrer da safra e que serão entregues em produção, já que o agricultor se encontra descapitalizado. Os contratos com as indústrias são fechados sob o aspecto de subsídios por parte da empresa e de entrega do produto (mercadoria) por parte do trabalhador do campo. No entanto, no decorrer da produção, o preço dos produtos subsidiados altera o seu valor real, o que implica em o trabalhador não conseguir pagar tudo o que foi fornecido, remetendo uma dívida para o próximo plantio.

Assim, com base na concepção materialista histórica, esta pesquisa, conforme já salientado, contribuirá para uma análise acerca da forma de abordar essa problemática da produção da vida no campo nos dias atuais. Parte-se do princípio de que o trabalho na produção integrada desumaniza e degrada a saúde do trabalhador, condicionando-o a adaptar-se às exigências de demanda do mercado mundial, com uma produção monocultora, exclusiva, específica, que carrega todos os mecanismos para explorar de forma real e formal todos os integrantes das famílias de agricultores integrados.

A produção de monocultura do fumo cria a necessidade de ocupar toda força de trabalho da família em uma única e exclusiva produção, atendendo unicamente as necessidades do mercado capitalista, o que Mészáros (2002) entende como uma forma incontrollável de controle sociometabólico do capital. Diz o autor que

[...] a razão principal porque esse sistema forçosamente escapa a um significado grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

No caso da produção monocultora do fumo, observa-se o controle sobre o tempo de trabalho, sobre a demanda pelo uso intensivo de

fertilizantes e sobre a produção exclusiva com tecnologia da indústria integradora, estabelecida pela lógica e necessidades do capital mundializado, assim como a subordinação e exploração do trabalho em todas as dimensões da cadeia produtiva do fumo. Segundo Chesnais,

A expressão da mundialização do capital traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado para a produção manufatureira ou para as atividades de serviços de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberação e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real (CHESNAIS, 1996, p. 17).

O contexto atual e o processo de modernização da agricultura familiar resultaram em profundas modificações nas relações sociais, no mundo do trabalho e da produção, tendo também, como consequência, um modelo social perverso, que no Brasil evidencia-se na permanência da concentração da terra, no êxodo rural e no processo de industrialização da agricultura familiar, compelida a atender as demandas do capital nacional e internacional.

O complexo agroindustrial brasileiro insere-se no capitalismo mundializado, caracterizado por grandes monopólios agrícolas e industriais, sob forte influência do capital financeiro e das regras de instituições financeiras internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) (OLIVEIRA, 1998). Desde sua criação, em 1995, o principal papel da OMC tem sido expandir seu poder de regulamentação em 147 países, o que significa exercer grande influência no cotidiano de milhões de pessoas.

Apesar de difundir a ideologia do “livre comércio”, a OMC possui uma complexa estrutura de regras utilizadas na defesa dos interesses de grandes multinacionais e de seus países sedes. A abrangência dos acordos contidos na OMC vai muito além de temas relacionados ao comércio internacional.

No Brasil, as políticas agrícolas seguem essa lógica, visando principalmente ampliar o acesso a mercados e consolidar vantagens comerciais para o setor agrícola baseadas no monocultivo para exportação. De acordo com essa ideologia, o grande “vilão” é o

subsídio, mas não se questionam problemas causados por monopólios agrícolas e pelo modelo de produção voltado para o mercado externo.

Segundo a análise de Menezes Neto (1997), a industrialização da agricultura ou, mais especificamente, o suporte no aumento à produtividade agrícola é representado por todo tipo de maquinaria, implementos e insumos modernos que advêm das agroindústrias. Se por um lado esses modernos implementos agrícolas auxiliam o processo de produção, por outro, causam aumento da dependência, do endividamento, do acentuado êxodo rural e do desemprego. Tudo isso em um momento em que se vive a escassez do assalariamento, no movimento contraditório inerente às bases internas dos pressupostos que constituem o movimento do capital.

Assiste-se à consolidação do setor primário, que engloba a agricultura familiar integrada à agroindústria – ou, ainda, ao chamado agronegócio –, pequenos, médios e grandes empresários rurais integrados ao mercado mundial, o que supera a dicotomia entre agricultura e indústria ao englobar a produção, a industrialização e o comércio de produtos agrícolas em um mesmo patamar. Não há limites, pois o capital se expande em todos os setores da economia.

Prado Junior (1972) salienta que é exatamente na percepção da articulação entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno na formação econômica e social brasileira que reside a reestruturação do capital, na consolidação de integrar a agricultura familiar aos complexos industriais mundializados.

Ao romper com as visões dualistas, até então dominantes no pensamento social e político brasileiro, centradas na ideia de oposição entre as velhas e as novas estruturas, entre os setores atrasados e modernos, entre o centro e a periferia, Prado Junior (1972) vê entre esses polos uma relação de complementaridade, subordinação e dependência, no sentido de que o lado moderno se alimenta do atrasado, ao invés de encontrar neste um empecilho ao seu desenvolvimento. Ou seja, ambas são necessárias ao capital e servem para atualizar a extração do valor na sua constante busca de ampliação e valorização.

Todas as mudanças no mundo do trabalho e da produção indicam aparentemente mais produção com menos trabalho. No entanto, no caso da agricultura familiar, os investimentos na produção com agroindústrias, ao contrário, condicionam ao aumento do trabalho por meio do endividamento subsidiado. Nesse contexto, institui-se a “modernização” da agricultura familiar, a partir da integração com as indústrias fumageiras, que tem como pressuposto a vinculação do

trabalho do agricultor familiar ao sistema de mercado. Segundo a concepção de Kageyama,

Pode-se inferir que o complexo agroindustrial evidencia a sujeição formal do trabalho ao capital com expropriação e venda de força de trabalho ao capitalista e também a sujeição real, quando ocorre uma “apropriação” do modo de trabalhar pelo capital. Assim, o trabalhador, inclusive do campo, perde o conhecimento da totalidade do processo, passando a dominar apenas parte da elaboração de um produto (KAGEYAMA, 1987,apud FABRINI, 2003, p.125).

O capital desenvolve mecanismos de dominação sobre a agricultura, explorando os agricultores familiares sem expropriá-los de sua terra. Tal situação faz refletir sobre o que representa a posse da terra na atualidade, já não mais tão central como o capital para a criação de mercadorias.

Nesse contexto, percebe-se o movimento gerado pelas transformações no mundo do trabalho no espaço da agricultura familiar, que se caracteriza pela mudança no modo de produzir, na cultura e nos meios de trabalho, com o apelo inicial para a integração às indústrias que mobilizam a força de trabalho dos componentes da família com longas jornadas e totalmente subjugados ao modo de produção capitalista.

O integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, ou seja, as empresas transferem para as mãos de pequenos agricultores parte das atividades necessárias à produção de matérias-primas industriais, mas não transfere a autonomia com relação à maneira de produzir, pois esta é uma cláusula necessária para se atingir o padrão e o nível de acumulação que as empresas se propõem obter.

Mesmo estando na condição de capitalista comercial, o integrado está, ainda assim, subordinado ao capital mundial. Nota-se que muda a forma como se apresenta, mas o conteúdo é o mesmo e está alicerçado na articulação entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno que reside, segundo Prado Júnior (1972), nas relações sociais de produção do modo capitalista de produção.

O processo de produção integrada inicia-se no momento em que as partes, agricultor e indústria, estabelecem, na forma de contrato, o tipo de matéria-prima a ser produzida pelo integrado, permitindo exclusividade da entrega da produção, visto que a indústria integradora

subsidiar a produção, prestando assistência técnica com o objetivo de os integrados atenderem aos constantes e modernos padrões técnicos, critérios que se constituem em medidas drásticas de seleção diante da crescente descapitalização dos agricultores não integrados.

Considerando o contexto das relações sociais de produção integrada no fumo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em dar visibilidade às relações de exploração nos contratos de compra e venda de folha de fumo dos trabalhadores integrados na produção de fumo no município de Camaquã (RS) que estão em situação de endividamento.

Para tanto, a pesquisa se propõe a: a) caracterizar a relação de trabalho formalizada nos contratos de produção integrada; b) analisar os contratos de compra e venda de folha de fumo para dar visibilidade à exploração do trabalho e da saúde do trabalhador integrado; c) desmistificar a relação social contida nos contratos de compra e venda da folha de fumo e a extração do valor no processo de endividamento dos trabalhadores integrados.

A realidade do campo faz parte da trajetória desta autora, que, como filha de pequeno agricultor, residiu no campo até os 18 anos. Durante a graduação em Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), no Rio Grande do Sul, suas inquietações eram em relação ao que estava acontecendo no campo. Percebia que um grande número de famílias estava migrando para as periferias das cidades e não entendia, naquele período, que movimento era esse, o qual lhe trazia angústia. Ao problematizar essas questões no curso de Serviço Social, esbarrava nos limites da instituição, que não atendia os espaços rurais e concentrava pesquisas na zona periférica da cidade.

Nesse contexto, a autora concluiu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *O pequeno agricultor em Santa Silvana: algumas histórias a contar* e elencou alguns elementos da constituição do campo naquele período.

Com o objetivo de aprofundar os estudos relacionados ao campo, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC), na linha de pesquisa Trabalho e Educação, sob a orientação da professora doutora Célia Regina Vendramini, onde desenvolveu a dissertação *Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares: a aparente segmentação entre rural e urbano*, pesquisa que possibilitou desvendar o movimento e as formas engendradas pelo capital na sua perpétua busca por autovalorização, inserindo-se em todos os espaços, subordinando sem limite os trabalhadores.

Após a publicação do artigo *Trajetórias de trabalho de famílias integradas à agroindústria na produção de fumo*, na revista Rede de Estudos do Trabalho (RET), em 2009, teve a boa surpresa de o texto ser indicado por uma juíza do Trabalho de Santa Catarina para um advogado do Rio Grande do Sul que estava trabalhando com processos de trabalhadores endividados na integração do fumo.

No início de 2012, o advogado fez contato para ver se poderia usar o artigo para fundamentar os processos e convidou esta autora para testemunhar, por entender que a pesquisa contribuía para dar visibilidade ao trabalho contínuo e por longos anos dos integrados na mesma produção. O objetivo das ações trabalhistas é o reconhecimento do vínculo de emprego entre fumicultores e indústrias fumageiras, por tratar-se de uma cultura que envolve trabalho integral durante todo ano, sob fiscalização dos instrutores e controle de todo processo produtivo pela indústria integradora. Foram quatro audiências² no total desse período:

- 1ª audiência: Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho da 12ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis, em Santa Catarina (SC). Processo nº 0008221-96.2012.5.12.0001, em face de Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda., Carta Precatória, em 30 de maio de 2012;
- 2ª audiência: Poder Judiciário Federal, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Vara do Trabalho de Camaquã (RS). Processo nº 00000921-80.2013.5.04.0141 de Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda., em 21 de março de 2013;
- 3ª audiência: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, 6ª Vara do Trabalho de Florianópolis (SC). Processo nº 0000728-54.2014.5.12.0036, de Universal Leaf Tabacos Ltda., Carta Precatória, em 9 de setembro de 2015;
- 4ª audiência: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, 6ª Vara do Trabalho de Florianópolis (SC). Processo nº 0000278-54.2014, de Universal Leaf Tabacos Ltda., Carta Precatória, em 6 de julho de 2016.

Ao ingressar, em 2012, no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC), na linha de pesquisa Trabalho, Questão Social e Emancipação Humana, o projeto de pesquisa apresentado ao programa

² Para preservar o sigilo da pesquisa, os números dos processos judiciais foram alterados.

intitulava-se *De jovens trabalhadores rurais a migrantes: questão social – trajetórias de vida, trabalho e escolarização em Lages (SC)*.

No entanto, ao final de 2012, pela relevância social que as ações trabalhistaspoderiam implicar diretamente sobre o processo de luta da classe trabalhadora,entendeu-se, com o professor orientador doutor Ricardo Lara, que era necessário retomar a pesquisa sobre os trabalhadores integrados. Esse direcionamento denota que o problema de pesquisa emerge do real, de uma situação concreta de compreender a problemática do campo, a partir das conexões entre a particularidade do campo vivenciada pelos sujeitos trabalhadores e a universalidade da cadeia produtiva de fumo.

A pesquisa ora apresentada busca trazer contribuição ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina aofortalecer o debate da realidade do campo brasileiro dentro dalinha de pesquisaQuestão Social, Trabalho e Emancipação Humana, assim como do Núcleo de Estudos e PesquisasTrabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL).

Pela relevância sociale política da pesquisaparaa classe trabalhadora e pela importância destacada por umajuíza do Trabalho de Santa Catarinasobre a interlocução entre as pesquisas acadêmicas e a atuação judicial, a pesquisa fortalece, nesse sentido, a luta de classes no contexto do campo, ao mesmo tempo em que amplia a produção do conhecimentodoServiço Social no diálogo com diferentes áreas, o que implica reafirmar que seus estudos fazemparte de um contexto interdisciplinar.

No quesito metodologia,em que se compreendeutodo o percurso da pesquisa – desde a fase de exploração do campo, a escolha do espaço, do grupo, enfim, todos os componentes essenciais para a realização da pesquisa –, partiu-se da pesquisa de campo empírica,que consiste em apreender o real em movimento, como tempo histórico. Já o universo da pesquisa contemplou trabalhadores agricultores integrados na produção de fumo endividados com as indústrias integradoras, que entraram ou não com processos judiciais contra as indústrias, seja para discutir os contratos, reconhecer o vínculo de trabalho ou em busca de negociação das dívidas.

Para apreender as relações de exploração no trabalho e o processo de endividamento dos trabalhadores integrados,optou-se por um estudo empírico, que permitiu compreender e analisar de forma mais concreta as estratégias encontradas pelos trabalhadores integrados na produção de fumo.Para uma melhor aproximação,optou-se pela metodologia de

estudo de caso, utilizando fontes de pesquisa empírica e documental. Nesse aspecto, Gil (1991) considera que o estudo de caso possibilita o estímulo a novas descobertas e enfatiza a totalidade. Dito em outras palavras, no estudo de caso o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o, por sua vez, como um todo.

O instrumento utilizado na coleta de dados, em se tratando de trajetórias, foi a técnica de entrevista semiestruturada. Segundo Triviños (1987, p. 152), essa entrevista favorece “não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da totalidade, tanto dentro de uma situação específica como de situações de dimensões maiores”. Porém, lembra o autor, “que os instrumentos de coleta de dados não são outra coisa que a ‘teoria em ação’ que apoia a visão do pesquisador”.

Para tanto, a fonte de pesquisa foi empírica e documental. A pesquisa empírica objetivou as entrevistas *in loco* a partir da coleta de dados, em que, no primeiro contato, os participantes foram informados sobre o contexto da pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ³ com aplicação de entrevistas ⁴ semiestruturadas com os agricultores integrados na produção de fumo no município de Camaquã (RS).

Como fonte de pesquisa documental, analisaram-se os processos judiciais ⁵ dos agricultores integrados na produção de fumo, além de planilhas, relatórios, fichas técnicas dos instrutores de fumo, contratos de financiamentos com as agências bancárias, assim como os contratos ⁶ de compra e venda de folha de fumo entre os agricultores e as indústrias integradoras.

A escolha dos entrevistados na pesquisa de campo deu-se de acordo com a representatividade em relação aos objetivos da análise, com a intenção de evidenciar as relações de exploração do trabalho nos

³ Anexo A.

⁴ Apêndices A e B.

⁵ Os processos judiciais trazem todo o histórico dos agricultores integrados, desde que iniciaram a produção, as condições climáticas, de saúde e as condicionalidades dos contratos formalizados entre indústria fumageira e trabalhador fumicultor, caracterizando os fatores que influenciaram no endividamento dos trabalhadores.

⁶ Os contratos de compra e venda expressam a relação integrada formal, enquanto que os processos judiciais trazem todo o contexto que levou os trabalhadores a buscarem uma saída para as dificuldades enfrentadas na luta de classes entre indústria e trabalhador.

contratos de compra e venda de folha de fumo dos agricultores integrados com as indústrias e a relação social e o processo de endividamento dos trabalhadores. Não se considerou fundamental que o agricultor tivesse ação judicial transcorrendo, mas, especificamente, que sua família vivencie ou tenha vivenciado as seguintes situações:

- trabalhadores integrados nas indústrias fumageiras;
- trabalhadores com dívidas junto às indústrias integradoras de fumo;
- trabalhadores que produzem fumo atualmente ou já produziram.

Para isso, contou-se com o apoio dos advogados dos integrados, que auxiliaram a encontrar algumas das famílias que estavam em situação de endividamento.

A pesquisa de campo foi realizada no interior de Camaquã (RS), em uma situação específica, singular, mas que retrata o que atualmente perpassa na realidade do campo brasileiro e da América Latina, apreendendo, de forma crítica, o movimento contraditório dialético das relações sociais entre campo e cidade, denotando que o campo é um amplo espaço político de disputa e luta de classes.

Partindo do pressuposto de que, como toda a singularidade, a realidade desse espaço da agricultura familiar não se explica por si mesmo, mas por sua inserção em uma totalidade social, foram procuradas informações sobre o contexto local da pesquisa.

Em um primeiro momento, em pesquisa na Secretaria Municipal da Cultura e Turismo de Camaquã, houve a coleta de informações sobre o município, sua história e constituição. Em seguida, na Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento, buscou-se informações que pudessem ajudar a compreender a produção de fumo no contexto daquele município. No entanto, não se obteve êxito, pois a secretaria não dispunha de nenhuma fonte de informação voltada para esse contexto. Foi sugerido procurar a Afubra, onde se teve acesso ao material informativo sobre a produção.

Logo após a coleta do material bibliográfico sobre a região, iniciaram-se as entrevistas, primeiramente com o presidente do MPA e da Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de Camaquã (Ampa), que forneceu informações gerais sobre a realidade vivenciada pelos trabalhadores integrados. Outra entrevista foi realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Na continuidade do trabalho, iniciou-se o processo de seleção das famílias que tivessem maior representatividade em relação aos objetivos

da pesquisa e foram realizados contatos diretamente nas residências, com acompanhamento do presidente do MPA e da Ampa, por conhecer muito bem os agricultores e a realidade em questão. Logo após a chegada, esclarecia-se o motivo da visita, averiguando a possibilidade de entrevista. Por tratar-se de uma pesquisa de base qualitativa, o número de sujeitos que iria compor o quadro das entrevistas dificilmente podiaser determinado *a priori*.

As outras duas idas a campo ocorreram entre a segunda e a terceira das audiências citadas anteriormente. Na segunda ida a campo, foram realizadas oito entrevistas com trabalhadores integrados em Camaquã (RS), em abril de 2013, que serviram para averiguar as condições e a relação de trabalho implicadas nos contratos de compra e venda de folha de fumo. A terceira e última ida a campo ocorreu em agosto de 2015, onde foram realizadas mais quatro entrevistas para aprofundar alguns pontos que não haviam sido esclarecidos anteriormente em relação ao endividamento e ao contrato de compra e venda de folha de fumo. No total, foram 12 entrevistas com famílias trabalhadoras no cultivo do fumo realizadas nas propriedades, para que se pudesse atentar para o contexto da inserção destes trabalhadores no sistema integrado.

As entrevistas com os trabalhadores fumicultores foram gravadas e posteriormente transcritas. Após a transcrição das entrevistas coletadas e sua organização, deu-se início à análise do material. Nessa perspectiva, a pesquisa constitui-se de campo empírico, associada à pesquisa bibliográfica e documental, dentro da concepção do materialismo histórico, que considera a realidade como um processo em movimento, em transformação, contraditório e histórico.

A estrutura da tese foi organizada a partir da síntese elaborada entre a pesquisa de campo e os estudos teóricos, que permitiram compreender o que vêm ocorrendo com o trabalho e a produção no campo, na sua relação indissociável com o capital mundializado e o mundo do trabalho.

No Capítulo 2, são apresentadas as formas que o sistema de integração ao grande capital assume hoje com as fusões, compras, arrendamentos e entrada do capital internacional, qual a tecnologia exigida, a relação de propriedade posta, assim como a relação com uma cadeia produtiva para além do campo e para além das fronteiras nacionais, dando visibilidade à expressão do conteúdo das relações sociais na cadeia produtiva do fumo em uma produção integrada.

No Capítulo 3, busca-se caracterizar a relação de trabalho formalizada nos contratos de produção integrada a partir da análise dos

contratos de compra e venda de folha de fumo, bem como dar visibilidade ao processo de endividamento dos trabalhadores integrados.

No Capítulo 4, procura-se destacar as diferentes formas de exploração que estão presentes na perversidade da produção integrada de fumo, seja a partir dos contratos, no atraso do fornecimento dos insumos, na exploração do trabalho e da saúde do trabalhador do campo, na exploração das instituições financeiras, de produção e da comercialização e classificação da folha de fumo.

2 A INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE FUMO

Neste capítulo, pretende-se trazer as formas que o sistema de integração ao grande capital assume hoje com as fusões, compras, arrendamentos e entrada do capital internacional, qual a tecnologia exigida, a relação de propriedade posta, assim como a relação com uma cadeia produtiva para além do campo e para além das fronteiras nacionais, dando visibilidade à expressão do conteúdo das relações sociais na cadeia produtiva do fumo em uma produção integrada.

2.1 A CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INTEGRADA DO FUMO

Historicamente, entende-se que a primeira condição do homem se produzir como homem é por meio do trabalho. Por isso, o trabalho, na sociedade do século XXI, continua central tanto no campo como nas cidades. Os homens se movem em busca de trabalho, na luta pela sobrevivência diária e se deslocam entre nexos que se constituem como espaços de esperança em continuar produzindo sua vida material.

Desse modo, denota-se que a exploração dos trabalhadores integrados às indústrias multinacionais, tanto no espaço do campo – na produção de fumo, de suínos e de frango – como na cidade, no chão de fábrica de empresas integradoras como Universal Leaf Tabacos Ltda., Souza Cruz, Dimon e Continental, continua determinante para a reprodução ampliada do capital.

O sistema integrado na produção de fumo constitui uma forma de organização do processo produtivo que, por um lado, reduz os custos da produção e garante o aumento da produtividade das indústrias integradoras e, por outro, precariza as condições de vida, saúde e trabalho dos agricultores integrados, a partir de relações de exploração exaustivas na realização do trabalho em todo o processo produtivo. Paulilo define o sistema de integração como

[...] ‘uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem

matéria-prima exclusivamente para ela'. Para atingir os níveis de produção e de qualidade exigidos pela empresa, o integrado submete-se à homogeneização das condições técnicas que lhe são impostas pela fumageira, estabelecendo-se entre ambos uma relação de poder assimétrica (PAULILO, 1990, p. 19).

O sistema integrado de produção não é uma especificidade utilizada pelas indústrias em atividades vinculadas ao setor da indústria de fumo, mas muito presente no setor das grandes corporações industriais automobilísticas como General Motors, Toyota, Ford e Volkswagen⁷. O enfoque nesse processo consiste em otimizar a produção, flexibilizar as relações de trabalho por meio da terceirização e aumentar a extração do valor.

No Brasil, assiste-se à consolidação das grandes corporações transnacionais que englobam a agricultura familiar integrada à agroindústria ou, ainda, ao chamado agronegócio. São pequenos agricultores integrados ao mercado mundial, o que supera a dicotomia entre agricultura e indústria, ao englobar a produção, a industrialização e o comércio de produtos agrícolas em um mesmo patamar tecnológico.

Essas mudanças ocorridas na agricultura, desencadeadas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, acarretaram enormes alterações na produção da agricultura familiar, tendo em vista que os produtores se viram diante da necessidade de se inserirem em uma nova dinâmica de produção, bem como adotar um novo modelo produtivo, com a implementação de tecnologias modernas e a consequente integração ao complexo agroindustrial multinacional.

Segundo Ricardo Antunes (2003), no contexto do capitalismo mundializado, operacionalizado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, as relações de trabalho tornam-se cada vez mais transnacionais. Há, assim, uma reconfiguração do espaço e do tempo de produção, em que novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, com maior frequência, no mercado mundial. Para o autor, as consequências desse processo de mundialização produtiva forjaram uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional,

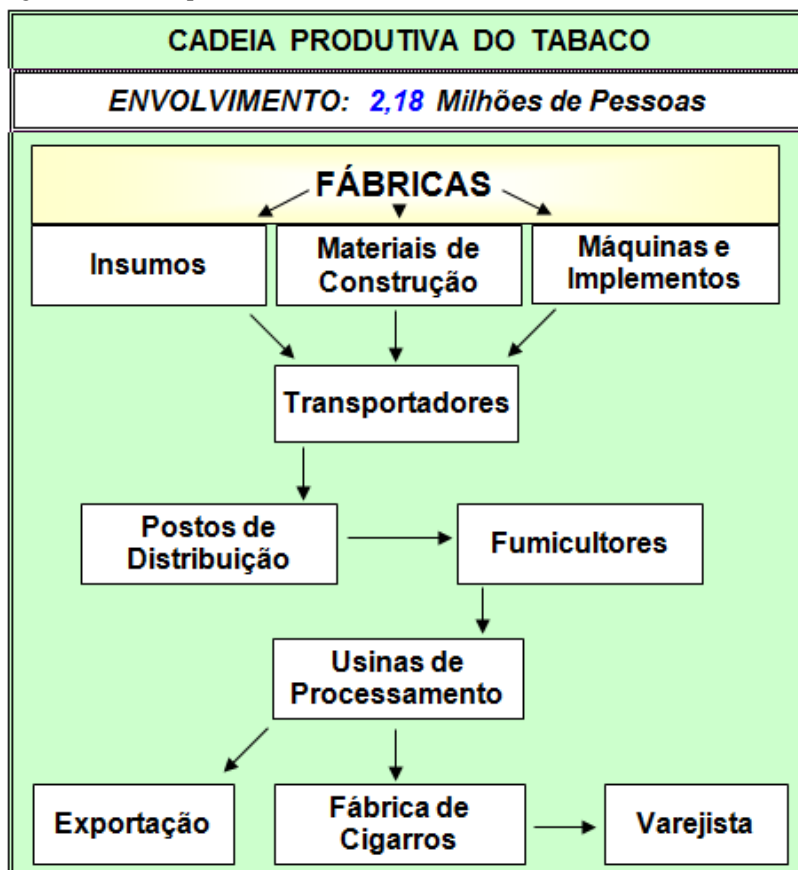
⁷Sistema Integrado de Produção da Volkswagen (Resende, no Rio de Janeiro), em que 80% da força de trabalho necessária ao fornecimento de valor ao cliente estão representadas pelos trabalhadores dos fornecedores “modulistas” e terceirizados que compõem o consórcio, não existindo funcionários da Volkswagen trabalhando diretamente na montagem (GOIS, 2003).

nacional com a esfera internacional. Da mesma forma que o capital se transnacionalizou, os limites no interior do mundo do trabalho sofreram um complexo processo de ampliação e precarização (ANTUNES, R., 2003).

Não há limites, pois o capital se expande em todos os setores da economia, como no caso dos agricultores integrados na produção do fumo no Rio Grande do Sul. Diante da dificuldade de comercializar a produção diversificada (milho, arroz, feijão e batata, entre outros) no mercado local, passam a produzir uma determinada mercadoria que não serve para o seu autossustento e de sua família. Mudam-se as formas de se relacionar com o trabalho e com o fruto do seu trabalho: de uma produção de alimentos passam para a produção de folhas de fumo, sob os mais rigorosos controles de qualidade mundial.

Dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, filiada à Central Única dos Trabalhadores (Fetraf-Sul/CUT), revelam que o grande problema enfrentado pelas famílias que trabalham com o sistema de integração na Região Sul do Brasil, que pode ser relacionado à produção de suínos, aves, leite ou fumo, é a desigualdade nas relações entre empresas e integrados. De um lado, encontram-se grandes grupos econômicos, as chamadas transnacionais e multinacionais, contando com apoio governamental, crédito facilitado e incentivo fiscal. Do outro lado, os agricultores descapitalizados, endividados, isolados e dispersos (EBERHARD, 2014).

No caso das indústrias fumageiras, as empresas valem-se da vulnerabilidade socioeconômica de famílias que lutam para ganhar a vida em pequenas propriedades em regiões remotas do Sul do Brasil. As indústrias, usando o seu poder transnacional para explorar regulamentos nacionais insatisfatórios e manipular mentes e vidas por meio de seu bem articulado *marketing* gerencial, hoje não precisam obrigar o produtor a absorver insumos e optar por seguro ou construções de investimento, pois o agricultor já está irremediavelmente envolvido no esquema e seus instrutores controlam a fidelidade.

Figura 1 – Cadeia produtiva do fumo⁸

Fonte: Moraes (2013).

A cadeia produtiva de fumo, conforme a Figura 1, é a extensão da fábrica para o campo, em que os agricultores fumicultores são a base da cadeia produtiva e responsáveis pela produção da matéria-prima – no caso, a folha de fumo. Nessa figura, pode-se observar a dimensão que perpassa a cadeia produtiva e a preponderância na produção ocupada pelo trabalho dos agricultores, pois integra uma rede de produção sobre

⁸Devido aos graves problemas de saúde causados pelo uso do fumo, as empresas alteraram a denominação de cadeia produtiva de fumo para cadeia produtiva de tabaco.

os mais rigorosos controles de qualidade determinados pelo mercado mundial.

Ainda que campo e cidade formem paisagens distintas, a realidade é uma só, ou seja, o setor industrial passa, também, a fazer parte do espaço rural, direcionando, ademais, a produção para o mercado mundial.

Discutir as transformações no mundo do trabalho e da produção, especificamente na agricultura familiar, subjugada ao modo de produção capitalista, remete à análise sobre como esse processo se apresenta na conjuntura social e política nos âmbitos nacional e internacional.

Nesse sentido, as transformações na agricultura familiar só podem ser compreendidas em sua totalidade se forem consideradas do ponto de vista do desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. Ou seja, essas transformações, em sua essência, representam sua adequação ao sistema capitalista, tendo como reflexo as transformações por que passa o próprio capital.

Desse modo, as mudanças na chamada agricultura familiar são consequências do processo de industrialização, elencados pela lógica do capital, que significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições de comercialização do excedente para uma atividade de fabricação dessas ou dependência dos aparatos do capital.

Dados de pesquisa empírica desenvolvida por Hartwig (2007) revelam que as condições de trabalho no campo não têm nada de idílico. Os trabalhadores do campo, no caso específico da produção de fumo, passam a produzir diretamente para a indústria sob condições plenas de subordinação, ao mesmo tempo em que a fiscalização dos instrutores coordena a forma do trabalho, concentrando as famílias a trabalhar de forma organizada, padronizada, em extensas jornadas de trabalho durante todo o ano, em uma única cultura, para atender às exigências de qualidade da mercadoria (folha de fumo) estabelecida no contrato de integração.

Todo o tempo da cadeia produtiva de fumo passa a ser voltado para o trabalho organizado e acompanhado pelos instrutores de fumo. Em um primeiro momento, essa fiscalização dos instrutores parecia facilitar o trabalho, visto que indicam “como e quando” realizar o trabalho, quais ferramentas, sementes, herbicidas e “pacote tecnológico” utilizar para produzir, entre outros aspectos. Porém, essa relação descaracteriza e aliena o trabalhador do fruto do seu trabalho.

Marx e Engels ajudam a compreender esse processo de alienação do trabalhador:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz; quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão, o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX; ENGELS, 2003, p. 457).

Dessa forma, à medida que o trabalhador produz fumo, o trabalho objetivado na produção torna-se estranho ao mesmo, não pertencendo mais ao trabalhador, mas sim, exterior a ele, objetivada no produto, tornando-se algo autônomo em relação a ele:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais semvalor e indigno ele se torna; quanto melhor formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito o servo da natureza se torna o trabalhador (MARX; ENGELS, 2003, p.460).

Na produção do cultivo de fumo, o trabalho passa a ser determinado externamente pelas indústrias integradoras a partir do assessoramento dos instrutores agrícolas, tanto na realização do trabalho como no manejo das tecnologias inseridas no processo de produção. Essa determinação externa implica ainda em exclusividade na comercialização do fumo, visto que, no contrato de integração, toda produção é subsidiada pela indústria, o que lhe confere exclusividade da produção (mercadoria).

Isso denota que a segmentação aparente entre rural e urbano não se sustenta. A produção da vida dos trabalhadores, nessa sociedade, se constitui dentro de uma mesma lógica, a de produzir excedentes para o capital; a forma pode mudar, mas o conteúdo é o mesmo e está

alicerçado nas relações sociais capitalistas de produção. Tem como ponto de partida o pressuposto de que a produção da existência se dá em um campo de forças em luta. Essa formulação implica afirmar que o trabalhador familiar integrado é resultado de certas condições históricas do movimento do próprio capital.

Assim, o processo de acumulação do capital e suas respectivas transformações no mundo do trabalho, intermediadas pela reestruturação produtiva, serve como base para o entendimento das alterações no trabalho da agricultura familiar, que são decorrentes do próprio capital, na concorrência intercapitalista, por meio do seu movimento na incessante busca de valorização.

O modo de produção capitalista não impõe, necessariamente, a expulsão do agricultor familiar do campo, mas o faz por via do estabelecimento de um patamar tecnológico não acessível a grande parte aos agricultores familiares, levando-os ao endividamento por meio da mercantilização da agricultura, do incentivo à produção monocultora e da integração com a indústria. Dessa forma, o que se observa ainda hoje nas pequenas unidades familiares rurais – já não se pode dizer de subsistência, pois produzem para atender ao mercado –, é a organização dos produtores com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores diaristas, contratados apenas temporariamente em épocas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo).

Na Tabela 1 pode-se ver a complexidade que envolve a produção de fumo. Cada planta tem em média de 18 a 20 folhas, que, após a colheita, será classificada para o mercado. São aplicados mais de 48 tipos de classificação⁹ do fumo, determinados pela cor, tamanho e oleosidade da folha. Ou seja, todo o trabalho do agricultor é definido pela classe em que o fumo for inserido, o que define também o seu valor de mercado.

⁹Existem atualmente 48 classes de fumo para o agricultor, cada uma com um preço diferente.

Tabela 1 – Preços referenciais do fumo na safra 2015/2016 – R\$/kg

Alliance One, CBT e Universal¹⁰							
Virgínia¹¹			Burley			Comum	
Classes	R\$/kg	R\$/a.¹²	Classes	R\$/kg	R\$/a.	R\$/kg	R\$/a.
TO1	10,20	153,00	T1	9,07	136,05		
TO2	8,61	129,15	T1I	8,20	123,00		
TO3	7,31	109,65	T2	7,97	119,55	4,26	63,90
TR1	7,95	119,25	T2L	6,32	94,80	4,20	63,00
TR2	5,45	81,75	T3	5,66	84,90		
TR3	3,17	47,55	T3L	4,97	74,55		
L1	6,62	99,30	TK	3,65	54,75	3,01	45,15
L2	5,14	77,10	B1	9,43	141,45		
TK	3,91	58,65	B1L	8,50	127,50		
BO1	10,72	160,80	B2	8,06	120,90	5,32	79,80
BO2	9,28	139,20	B2L	7,09	106,35	5,27	79,05
BO3	7,47	112,05	B3	6,39	95,85	4,28	64,20

[continua]

¹⁰ Algumas das fumageiras multinacionais.

¹¹ Virgínia, Burley e Comum são as variedades de sementes produzidas no Brasil. O fumo Virgínia tem 48 categorias de classificação da folha de fumo e 29 para os tipos de Burley e Comum.

¹² Faz referência ao preço da arroba (a.) de fumo, que equivale a aproximadamente 15 quilos.

Alliance One, CBT e Universal								
Virgínia			Burley			Comum		
BR1	8,35	125,25	B3L	5,31	79,65	4,14	62,10	
BR2	6,13	91,95	Bk	4,58	68,70	3,56	53,40	
BR3	4,10	61,50	C1	9,21	138,15			
BL1	8,15	122,25	C1L	8,43	126,45			
BL2	6,59	98,85	C2	8,02	120,30	6,04	90,60	
BK	5,14	77,10	C2L	7,09	106,35	5,87	88,05	
CO1	10,30	154,50	C3	6,23	93,45	5,09	76,35	
CO2	9,04	135,60	C3L	5,13	76,95	4,79	71,85	
CO3	7,30	109,50	CK	4,58	68,70	3,91	58,65	
CR1	7,22	108,30	X1	8,50	127,50			
CR2	5,14	77,10	X1L	8,15	122,25			
CR3	3,30	49,50	X2	7,25	108,75	4,79	71,85	
CL1	8,15	122,25	X2L	6,78	101,70	4,58	68,70	
CL2	6,59	98,85	X3	5,66	84,90			
CK	4,10	61,50	X3L	5,13	76,95			
XO1	9,04	135,60	XK	4,10	61,50	3,30	49,50	
XO2	7,60	114,00	N	1,66	24,90	1,71	25,65	
XO3	6,23	93,45	G	0,70	10,50	1,17	17,55	
XR1	6,78	101,70						
XR2	4,19	62,85						
XR3	2,47	37,05						
XL1	7,22	108,30						
XL2	5,86	87,90						
XK	3,01	45,15						
G2	3,91	58,65						
G3	1,02	15,30						
N	2,58	38,70						
SC	1,02	15,30						
ST	0,62	9,30						

Fonte: A autora, a partir de dados da Afubra (2016).

O agricultor faz todo trabalho no galpão, onde seleciona as folhas¹³, faz as manocas¹⁴ e os fardos, de acordo com o padrão de peso e

¹³ O instrutor avalia o fumo no galpão, junto com o agricultor, para ver qual a classificação que será indicada nos fardos.

de medida, além de identifica-los com o nome do produtor, o tipo de fumo e a classificação.

Figura 2 – Manoca de fumo



Fonte: Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda. (2015).

Quando o fumo chega à fábrica, todos os dados são checados e lançados diretamente no computador, pois cada agricultor possui um número que o identifica (propriedade de origem, peso da carga, classificação). Se a pessoa responsável pelo setor de recebimento entender que a classe não condiz com a qualidade do produto, tem autonomia para mudar a classificação. O que chama a atenção é que esse processo é feito a olho nu: o responsável rasga o fardo com um tipo de foice pequena e observa a folha. Um outro funcionário apenas atende a sua chamada e insere a classificação no sistema, para gerar a nota fiscal de pagamento.

¹⁴Manoca é um conjunto de 20 a 25 folhas de fumo, reunidas para secagem e cura, atadas por outra folha enrolada. É uma das maneiras artesanais mais usuais de preparar o fumo.

Figura 3 – Entrega e classificação na indústria do fumo



Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) (2015).

Isso confirma a análise da determinação externa sobre todo o processo produtivo, pois, por mais que o trabalhador atenda todas as orientações do instrutor, ainda assim não há garantias de que o produto do seu trabalho seja avaliado de acordo com a instrução. O processo também evidencia a importância e o poder das fumageiras na comercialização da produção e possibilita desvendar os tentáculos imbuídos na cadeia produtiva do fumo, que serão explorados na sequência dos capítulos. Segundo Almeida, na hora da comercialização:

[...] a negociação do fumo é sempre dentro das dependências das indústrias e sem qualquer previsão de arbitragem em caso de divergências quanto à classificação; e, principalmente, o fato do processo de classificação ser realizado pelas mesmas indústrias, que, em um conluio cartelizado, definem os preços da tabela sob os auspícios de pseudorepresentantes dos trabalhadores, revela a margem de manobra que permite às indústrias do fumo promoverem arbitrariamente a distribuição de renda nessa atividade produtiva, determinando seu próprio lucro a partir da estipulação de quanto vai pagar a cada fumicultor. O produtor que não concordar

em receber pagamento por um fumo tido de qualidade inferior à que labutara para produzir pode levar a carga de volta à propriedade, às suas expensas e assumindo os riscos inerentes ao transporte. Periga não conseguir, em outra oportunidade, melhor classificação de sua safra e, se não a entregar aceitando a redução em seus rendimentos, tê-la sequestrada e arrestada judicialmente para garantir o pagamento dos débitos junto às transnacionais e aos bancos (ALMEIDA, 2005, p. 109-110).

Percebe-se que, na integração com as indústrias, o trabalhoda agricultura familiar está totalmente subsumido ao capital. Na sua eterna busca pela valorização, quando o capital tem a possibilidade de apropriar-se do trabalho e do modo de produzir na agricultura familiar – mesmo que sejam pequenas unidades –, acaba encontrando formas de extrair valor, o que denota que tal sistema não possui limites e que os trabalhadores integrados têm fundamental importância nessa relação de participação no mercado e na economia. Os trabalhadores são a base da cadeia produtiva comandada pelo capital mundial, tanto na venda (exportação) de fumo como na compra dos insumos intermediados pelas indústrias integradoras, que incluem insumos (herbicidas/venenos) em sua maioria importados.

E é justamente nessa crescente vinculação ao mercado capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente, seja do valor ou então do sobretrabalho dos agricultores familiares integrados às indústrias na subsunção formal do trabalho ao capital.

Por serem na sua maioria descapitalizados e dependentes da produção de fumo, os agricultores familiares não podem esperar as altas cotações dos preços, pois toda produção está vinculada ao contrato e, após a colheita, o fumo deve ser preparado no galpão para ser entregue à fumageira com data e horário preestabelecidos pelo instrutor, que auxiliará os trabalhadores, em um primeiro momento, no galpão, a avaliar a classificação da folha de fumo. O trabalho é ainda mais extenso nesse período, pois é concentrado no galpão, havendo maior dispêndio de força de trabalho, enquanto o benefício é apropriado pelo capital mercantil intermediário, que se interpõe com usura entre o produtor e o consumidor final. As velhas formas são ressuscitadas e reconstituídas pelo sistema para criar o metabolismo do capital sobre um corpo social

que apresenta disformidade e irregularidade sempre crescentes (VERGOPOULOS; AMIN, 1986, p. 160).

O capital, na constante e incessante busca de valorização sem limites, recria formas pretéritas de exploração do trabalho nas pequenas unidades de produção em domicílio, sendo os trabalhadores providos com o financiamento de matérias-primas e assistência técnica, na condição de produzirem sob interesses do capital industrial a preços por ele pré-fixados.

Nessa relação, o trabalho passa a ser coletivo, pois o trabalhador integrado com a indústria participa no processo produtivo de uma determinada mercadoria, ou seja, faz parte de uma cadeia produtiva, de forma camuflada, de modo que submete todos os integrantes da família, inclusive mulheres e crianças. Há uma relação social capitalista com extensivas jornadas de trabalho sem limites, produzindo para o capital, sob condições estabelecidas nos contratos pelas indústrias integradoras. Segundo Marx,

[...] a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista, constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2002, p. 375).

Portanto, no modo de produção capitalista, a produção da vida não é mais um ato individual, mas social, de tal modo que o problema de cada um é coletivo, e todos os trabalhadores, de uma forma ou de outra, produzem riquezas para outros, já que as relações capitalistas pressupõem que o capital é trabalho social acumulado e apropriado individualmente pelos capitalistas.

A contradição expressa na relação de trabalho do processo de integração denota a centralidade que o trabalho representa na vida das pessoas. Esse movimento na relação de trabalho integrado a empresas multinacionais permite ao capital a apropriação da terra sem expulsar o agricultor, uma vez que a expropriação pela mais-valia está garantida ao

capital na relação social capitalista, regida pelas leis tendenciais fundadas na exploração do trabalho humano.

À medida que o trabalhador se integra à indústria fumageira, implica em trabalhar para produzir de forma subordinada, de acordo com o rigor da qualidade de produção do mercado mundial. Ou seja, toda relação de produção é determinada, controlada e fiscalizada pela indústria fumageira regulamentada no contrato de integração. Porém, a relação de trabalho não é regulamentada e possibilita à indústria fumageira ampliar as formas de exploração e subordinação sem limites.

Essa subordinação ao capital industrial é a relação social estabelecida, por exemplo, entre os produtores de fumo no Rio Grande do Sul e indústrias beneficiadoras como Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos e Dimon. Essas empresas apresentam transnacionalização do capital e do mundo do trabalho.

Segundo Mészáros,

Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são as “multinacionais” apenas no nome. Na verdade, são corporações transnacionais que não se sustentariam por si mesmas. A expressão “multinacional” é frequentemente usada de modo completamente equivocada, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global (MÉSZÁROS, 2002, p. 229).

No caso da produção monocultora de fumo, o setor agrofumageiro está vinculado a um contexto mundial de internacionalização da produção que se acentua desde os anos 1870. Segundo Silveira,

O crescente e elevado grau de concentração da produção e de centralização de capital, possibilitando a estruturação e difusão de

monopólios e oligopólios, a promoção e expansão do capital financeiro decorrente da fusão entre capitais industriais e bancários e a constituição de áreas de influência e de ação econômica no espaço mundial, por meio da formação de cartéis e trustes internacionais (SILVEIRA, 2007, p.210).

Quando se analisa a situação específica das indústrias fumageiras que atuam no Brasil, especificamente na região sul, observa-se que a maior parte delas está vinculada ao capital internacional, seguindo a dinâmica mundial de fusões e aquisições apontadas por Silveira (2007).

Quadro 1 – Indústrias fumageiras

Empresa	Subsidiária	Detentor de mercado
Souza Cruz	Grupo British American Tobacco – uma das cinco maiores entre os grupos privados do país e a maior fabricante de cigarros	Cerca de 80% do mercado interno
Philip Morris	Grupo Altria	Participação de 14% no mercado internacional de cigarros
Universal Leaf Tabacos Ltda.	Grupo Universal Corporation, líder mundial em negócios com fumo	Líder mundial em negócios com fumo, realiza transações em mais de 30 países
Alliance One, resultado da fusão entre Dimon do Brasil Tabacos Ltda.e Meridionalde Tabacos Ltda.	Continental Tobaccos Alliance S.A. (CTA) e Brasfumo	Segundo lugar na comercialização de folhas de fumo em nível mundial e o terceiro lugar no mercado interno
Continental Tobaccos Alliance S.A. (CTA) e Indústria Brasileira de Fumos Ltda. (Brasfumo)	Brasfumo ¹⁵	Voltada exclusivamente à exportação

Fonte: A autora (2015).

O Brasil é o maior exportador e o segundo maior produtor de fumo no mundo, como se verá na Tabela 2. A maior parte do fumo produzida no Brasil é oriunda do cultivo realizado pelas mãos de agricultores familiares da Região Sul, proprietários ou não de terras, com uso intensivo de força de trabalho e baixo nível de mecanização, em sistema de integração com indústrias fumageiras que negociam os

¹⁵ A Brasfumo, empresa com capital 100% nacional, iniciou suas atividades em 1991, adquirindo e comercializando tabaco com capacidade de beneficiar em média 8,5 mil quilos de tabaco por hora. O volume de tabaco adquirido chega a 18 milhões de quilos por ano, sendo destinado exclusivamente à exportação (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010).

preços a serem pagos no final da safra (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010).

Tabela 2 – Maiores produtores mundiais de fumo

FUMICULTURA MUNDIAL							
Safra: 2011/12							
P A Í S		PRODUÇÃO DE TABACO t		T O N E L A D A S			
		Crú	Processado	Consumo	Estoque	Export.	Import.
1	China	2.400.000	2.160.000	2.562.050	553.960	0	538.960
2	Brasil	745.360	670.820	86.060	112.580	651.190	12.320
3	Índia	640.820	576.740	465.510	134.240	271.060	200.930
4	Estados Unidos	235.580	212.020	441.720	1.580.130	153.130	430.440
5	Indonésia	212.510	191.260	147.940	134.830	50.270	27.440
6	Turquia	169.090	152.190	106.240	34.620	98.200	60.430
7	Zimbabwe	141.320	127.190	3.990	229.930	43.520	80
8	Argentina	115.330	103.790	29.950	364.650	36.100	1.630
9	Paquistão	83.230	74.910	76.300	91.570	5.390	10.390
10	Malavi	79.250	71.320	1.290	166.580	91.500	890
93	Outros	1.703.500	1.533.150	1.850.430	3.055.200	608.630	725.480
103	TOTAL	6.525.990	5.873.390	5.771.480	6.458.290	2.008.990	2.008.990

Fonte: ITGA / Afubra

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)(b) (2016).

A China é o maior importador do fumo brasileiro. Os principais fatores que corroboram para isso baseiam-se na demanda do consumo mundial, que são os baixos custos com a força de trabalho, e maior lucratividade por área cultivada, que favorece a admissão da agricultura familiar.

Segundo dados do documento do Ministério da Agricultura sobre projeções do agronegócio (BRASILa, 2013, p. 59), a inclusão das projeções de algumas variáveis referentes ao fumo nesse documento é justificada pela importância do produto na balança comercial brasileira e na formação de renda nas regiões produtoras.

Tabela 3 – Prospecção de produção de fumo no Brasil até 2023

Ano	Produção	
	Projeção	Limite superior
2012/13	841	961
2013/14	828	998
2014/15	863	1.098
2015/16	877	1.159
2016/17	895	1.219
2017/18	906	1.261
2018/19	918	1.302
2019/20	929	1.340
2020/21	942	1.379
2021/22	955	1.416
2022/23	968	1.452

Fonte: Brasil(a) (2013).

Observa-se na Tabela 3 que há uma tendência contínua em relação à prospecção no aumento da produção. A produção brasileira concentra-se na Região Sul, com 94,5% da área plantada, e 5,5% na Região Nordeste. O Rio Grande do Sul é o maior produtor da região, respondendo por 50% da produção em 2013, seguido de Santa Catarina (30%) e do Paraná (20%). Os três estados totalizaram, nesse período, 895 mil toneladas de fumo em folha (INSTITUTO..., 2013). As exportações de fumo e seus derivados, naquele ano, geraram um montante de US\$ 3,257 bilhões, 11% maior do que o resultado do ano anterior.

Para a safra 2022/2023, a projeção prevista na Tabela 3 é de 968 mil toneladas de fumo. A área projetada é de 450 mil hectares, obtida por meio de um crescimento anual de 0,86% nos próximos anos, indicando que o mercado continua em expansão.

2.2 PRODUÇÃO INTEGRADA: RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

A produção de fumo coordenada pelas grandes corporações mundiais da indústria do cigarro não pode mais ser compreendida como mera produção agrícola. Faz parte da cadeia produtiva de uma determinada mercadoria, o “cigarro”. É parte de um processo produtivo industrial. A fumicultura não produz alimento e não serve a outro fim senão abastecer a indústria de cigarro. Esta, por sua vez, depende da produção agrícola para a produção de mercadorias em escala mundial,

necessitando criar formas de controle do processo produtivo do fumo de maneira a garantir a padronização da matéria-prima e o aumento da produtividade. No caso brasileiro, um dos grandes fatores que favorecem o investimento de capital internacional na fumicultura é o baixo valor da força de trabalho, pois se emprega o trabalho da família nas várias etapas do cultivo do fumo. Em 2014, o preço recebido pelo produtor foi 4,5 vezes menor do que nos Estados Unidos, 7,5 vezes menor do que na Europa e 13,5 vezes menor do que no Japão (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010).

Desenvolvida em pequenas propriedades familiares, a cultura do fumo resulta em uma forma de trabalho que se assemelha às formas de trabalho realizado no século XVIII nas indústrias de tecelagens, envolvendo o trabalho de toda a família, com extensas jornadas levando os trabalhadores a exaustão.

A produção dá-se por meio da articulação entre pequenos agricultores e a grande indústria do cigarro, representada pelas companhias multinacionais. Os pequenos agricultores são compostos por grupos familiares que, selecionados pelas indústrias fumageiras, são incentivados a aderir ao Sistema Integrado de Produção Familiar, por meio de um contrato.

Esse contrato determina a quantidade e a qualidade do fumo a ser produzida, bem como a forma de ser produzido. Garante-se o financiamento de todos os recursos necessários à produção: sementes, insumos, agrotóxicos e construção de todas as instalações necessárias ao plantio, à cura e a secagem do fumo. Todos esses recursos são pagos em produção às indústrias fumageiras.

Esse “pacote tecnológico” das multinacionais do fumo induz à obtenção de crédito junto às instituições bancárias e ao próprio governo federal, com aval das fumageiras, que orientam e financiam a compra dos insumos (fertilizantes, agrotóxicos e outros). Além disso, tolhem a liberdade dos produtores ao obrigá-los à comercialização dirigida da safra, bem como desvirtuam a classificação do produto e, assim, se apropriam da renda do agricultor, conforme seus próprios interesses, definidos pelo mercado internacional, além de eximirem-se de quaisquer responsabilidades trabalhistas.

A fumageira garante a compra de toda a produção, desde que adequada aos seus critérios, garantindo o fornecimento de matéria-prima para produção de cigarros e eliminando a concorrência. Os preços pagos pela produção final são, frequentemente, rebaixados pela empresa em relação à expectativa de preço prometida ao produtor antes do início do

plantio. O agricultor não encontra alternativa senão vender o fumo à indústria a qual se encontra integrado, pois não consegue vendê-lo a outras empresas. Desse modo, a indústria controla todo o processo produtivo e assegura o baixo preço do fumo brasileiro no mercado internacional.

Tal subordinação às empresas se dá a partir da apropriação do excedente, por meio do financiamento dos insumos e da “assistência técnica”, que cria uma dependência da agricultura com a indústria. A propriedade de terra mantida pelo pequeno produtor, e mesmo o caráter “independente” da sua produção ficam bastante descaracterizados, pois estão associados à produção de matérias-primas que exigem intensificação da força de trabalho.

Segundo Silva (1982, p.134), o “modo de produção especificamente capitalista desenvolve as suas próprias bases – inclusive do ponto de vista tecnológico – alternando substancialmente o próprio processo de trabalho, onde ocorre então a subsunção real do trabalho ao capital”. Nesse aspecto, a mundialização, como forma de ampliação do capital, mascara os reais interesses inerentes ao capital transnacional de garantir seu monopólio em uma produção integrada, perversa, que é uma contradição em processo, uma vez que um nega o outro, mas ambos são necessários ao capital.

A originalidade deste capitalismo “perverso” é que o camponês se integra ao sistema explorando o seu trabalho e o dos membros de sua família. Seu investimento desenfreado não é mais do que o “conduto” principal que assegura sua submissão através da exploração (VERGOPOULOS; AMIN, 1986, p. 47).

Nota-se que a produção na agricultura familiar está sempre subordinada ao capital, que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita. Logo, a “reprodução do agricultor familiar”, de forma mais concreta, é a reprodução da força de trabalho assalariada, de tipo distinto, com configurações de exploração da força de trabalho em formas pretéritas. Seu movimento nada mais é do que o trabalho de toda família subordinada ao capital, que recria novas formas de trabalho e relações de trabalho de acordo com seus interesses.

No tocante à subsunção do trabalho ao capital, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho ‘subordinar-se’ ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista (ANTUNES; ALVES, 2004, p.351).

É nesse contexto de intensas mudanças nas relações de trabalho que a agricultura familiar amplia o modelo agroindustrial implementado por modernas tecnologias, inserindo as pequenas propriedades no setor industrial da produção de mercadorias, e amplia o modo capitalista de produção no campo. Todas as mudanças no trabalho e na produção indicam, aparentemente, mais produção com menos trabalho. No entanto, no caso da agricultura familiar, os investimentos na produção com indústria, ao contrário, condicionam ao aumento do trabalho por meio do endividamento subsidiado, que vai se processando ao longo da cadeia produtiva do fumo.

As indústrias integradoras utilizam o termo subsidiado, mas, na verdade, o que elas condicionam é um empréstimo, ou seja, uma dívida, um adiantamento para o processo de produção, o que é uma forma de manter exclusividade da produção e subordinar o agricultor a pagar mais caro pelos insumos do que no mercado em geral.

A “modernização” da agricultura familiar, a partir da integração com as agroindústrias, tem como pressuposto a vinculação do trabalho do agricultor familiar ao sistema de mercado mundial. Segundo Szmrecsányi (1990), nas modernas economias capitalistas, predominantemente urbanas e industriais, a maior parte da produção não se destina ao autoconsumo, mas ao mercado.

Desse modo, as relações entre ambos deixam de ser diretas e passam a ser mediadas por um grande número de agentes— empresas multinacionais que beneficiam a matéria-prima, no caso da integração com a indústria, e instituições bancárias que financiam as tecnologias necessárias para a modernização do campo—, o que se denomina sistema de mercado, ou sistema de comercialização. Na cadeia produtiva do fumo, os bancos atuam como repassadores de recursos nas operações de crédito realizadas, tanto para custeio como para investimento. Os bancos não mantêm contato direto com os fumicultores, e sim, com as empresas fumageiras, que atuam como avalistas dos seus integrados nos financiamentos.

Essa relação aparentemente moderna, que vincula a agricultura familiar a grandes “redes sociais”, constitui a formação da atual conjuntura de trabalho na agricultura familiar, mas que, em sua essência, continua estabelecida na relação específica de capital e trabalho da forma mais perversa, delegando toda e qualquer forma de negociação para as indústrias integradoras.

Segundo Silveira (2007, p.210), o crescente e elevado grau de concentração da produção e de centralização de capital possibilita a estruturação e difusão de monopólios e oligopólios. Isso denota que essa relação entre indústria e trabalho familiar tem sua gênese há mais tempo, e veio se consolidando ao longo do século XX, inclusive se expandindo para outras formas de agronegócio (avicultura e suinocultura, entre outras).

Nessa relação, ainda que o agricultor familiar se mantenha como proprietário dos meios de produção, a partir do momento que assina o contrato de integração com a indústria, perde totalmente a autonomia e é subjugado às relações do mercado mundial de forma totalmente subordinada.

Em outras palavras, da mesma forma que no espaço urbano, no campo estão dadas e instituídas as condições de apropriação do trabalho pelo sistema capitalista de produção, pois, ao integrar-se com a indústria, o agricultor não produz mais individualmente, mas de forma coletiva, e não produz um produto apenas, mas um determinado produto que gera valor para o capital, seja na produção de suíno, frango ou fumo. Carcanholo, em sua obra *Capital: essência e aparência*, ao fazer referência ao trabalho desenvolvido pelos camponeses, ajuda a compreender essa relação.

Esses trabalhadores independentes produzem valor, produzem excedente econômico na forma de valor, caso sua produtividade não seja extremamente baixa (o que é esperado, na realidade), e em geral excedente-valor é apropriado pelo menos em grande parte pelo capital comercial. Tal excedente, embora não se constitua em mais-valia, será somado a ela para formar o montante total do lucro do capital global, depois de deduzidas as outras partes em que a mais-valia se divide. Assim, aqueles trabalhadores não produzem mais-valia, mas sim, valor excedente que eleva os lucros do capital (CARCANHOLO, 2011, p. 159).

A relação social que se estabelece é a mesma, de subjugação ao mercado e ao modo de produção capitalista na produção de excedente, ou seja, na produção de valor para o capital estabelecido por uma determinada relação social capitalista. Mudam-se as formas de uma produção diversificada, atendendo as necessidades da família e do mercado doméstico, para uma produção voltada exclusivamente para atenderas necessidades do capital mundial e submetida às mais rigorosas relações de controle de qualidade, regulamentadas pelo mercado internacionalizado por meio das indústrias integradoras.

Há um aspecto central no que se refere ao trabalho e à produção. O trabalho na cidade e no campo, ainda que com suas especificidades, está submetido a uma mesma lógica de produção capitalista, a uma mesma relação social. Por essa razão, elementos como padrão tecnológico, mercado, trabalho assalariado, propriedade, trabalho precarizado e temporário estão presentes em todas as situações de trabalho, inclusive na do agricultor familiar, podendo-se observar uma ampliação do trabalho, ainda que não do assalariamento de uma forma explícita, indicando que a atividade produtiva continua sendo determinante na vida das pessoas, seja no campo ou na cidade.

Pressupõe, assim, que não há separação entre campo e cidade, em que os elementos para extração do trabalho excedente estão presentes no campo, à medida que o capital, por meio da integração às multinacionais, concentra os agricultores em uma única forma de produção de determinada mercadoria, de forma que a exploração do trabalho seja viável para a produção de valor.

Mudam-se as formas de organização do trabalho, as ferramentas e o produto, e a chamada agricultura familiar perde seu caráter de produção de policulturas, em que todos os componentes da família produziam para atender, fundamentalmente, as necessidades da reprodução familiar. Passam a atender, então, as necessidades do capital na extração do valor, na produção de uma mercadoria, no caso, o fumo.

Não há mais fronteiras. As empresas integradoras são grandes multinacionais que condicionam e instituem o trabalho coletivo no campo e nas cidades. Isso denota, também, que há uma segmentação somente aparente entre o rural e o urbano, pois, essencialmente, ainda que com suas especificidades, ambos estão instituídos no mesmo sistema de produção capitalista, sob as mesmas condições, diferindo apenas da forma.

Assim, o que destrói a vida no campo, como nas cidades, não é a inserção de tecnologias ou “novas” mercadorias, que são apenas formas atuais como se sistema de produção capitalista apresenta. É necessário buscar o conteúdo, que são as relações sociais, pois continuam alicerçadas na relação capital *versus* trabalho.

A integração com a indústria transforma os agricultores familiares em trabalhadores coletivos, pelo fato de que os concentra na produção de uma única mercadoria, em uma cadeia produtiva industrial, que é determinada externamente e sob os mais altos controles de qualidade, em uma produção para terceiros, o que causa estranhamento ao agricultor. Essa realidade faz com que o trabalhador do campo, assim como o da cidade, não se reconheça no trabalho. Embora não haja uma relação direta de trabalho assalariado, pelo fato de os agricultores serem os “proprietários” da terra e muito aquém do grande capital, ainda assim, são todos capitalistas interligados e regidos nas relações sociais de produção capitalista.

No modo de produção capitalista, a produção da vida não é mais um ato individual, mas social, coletivo, de tal modo que o problema de cada um é coletivo. Todos os trabalhadores, de uma forma ou de outra, produzem riquezas para outros, já que as relações capitalistas pressupõem que o capital é trabalho social acumulado e apropriado privadamente pelos capitalistas.

Esse fenômeno de integração no Brasil tem sido objeto de estudos. Loebens (2009) elaborou uma análise minuciosa sobre a situação da agricultura familiar e dos problemas vividos e enfrentados por essa classe de trabalhadores, a partir da centralização do capital. Nogueira (2012) mostra, em suas investigações, as transformações nas relações de trabalho no setor da agroindústria ocorridas nas pequenas propriedades familiares rurais vinculadas ao sistema de integração da Sadia no Oeste de Santa Catarina, dando ênfase, particularmente, nesse processo, à manutenção da desigual divisão sexual do trabalho. Segundo Santos (2005), esse cenário é de um território contraditório, que é compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, e expressa à centralidade do trabalho no campo e cidade.

Esse domínio do modo capitalista de produção não elimina as suas principais contradições de capital e trabalho. Todas as transformações executadas pelo capital têm como objetivo a ampliação da taxa de lucro por meio da exploração da força de trabalho. Nesse sentido, argumentam Marx e Engels (1996, p. 77): “a condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a

acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital”.

Para continuar seu domínio, o modo capitalista de produção tem necessidade de revolucionar constantemente os instrumentos de produção. Assim, não é possível ao capital continuar se ampliando indefinidamente sem ampliar as suas contradições a patamares insustentáveis, o que permite pensar na sua superação ou na destruição completa de todos os recursos fundamentais para a vida humana.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA DA REGIÃO DE CAMAQUÃ (RS)

O Rio Grande do Sul, tal como o Brasil, constrói, ao longo de sua história, um quadro regional caracterizado pela diversidade e por desequilíbrios econômicos e sociais advindos da migração edaocupação territorial. Esse cenário constituiu-se em função das formações sociais específicas que se estabelecem em cada região e da trajetória de sua agropecuária e industrialização, assim como da formação da grande e da pequena propriedade.

A formação da grande propriedade na Região Sul

A ocupação do território, segundo Fagundes (1997), deu-se com a fixação das fronteiras meridionais da Colônia por parte da Coroa Portuguesa, em 1640. Conforme Pesavento (1997), era necessário que a Coroa Portuguesa tomasse posse oficial da terra compreendida entre Laguna e o Prata. Para tanto, consolidou seu domínio na área e preservou o comércio na região com o envio de uma expedição chefiada pelo brigadeiro José da Silva Paes que, em 1737, fundou o Forte (presídio) Jesus-Maria-José em Rio Grande, transformando a cidade em um posto militar que estabelecia oficialmente a posse portuguesa na área e representava, além disso, uma garantia para a manutenção do comércio de gado.

O deslocamento das tropas regulares portuguesas visou concretizar a política de expansão da Colônia em direção ao sul, e a ocupação do território rio-grandense pela Coroa de Portugal fez-se inicialmente por militares e por medidas estratégicas. Mas só a partir de 1733 começou oficialmente a ocupação territorial do que viria a ser o estado do Rio Grande do Sul, com o regime de sesmarias, que consistia na concessão de extensões de terras, mas não sua propriedade.

A partir da instituição das capitanias foi inserido o sistema desesmarías. Cabia a esses donatários permitirem que os colonos cultivassem esses pedaços de terra e os tornassem novamente produtivos, objetivando o progresso da agricultura. Só em 1812 as sesmarias foram oficialmente extintas, às vésperas da Independência do Brasil. Todavia, seu impacto sobre a estrutura fundiária do país faz-se sentir até hoje.

Lazzarotto (1986) ressalta que o estabelecimento da propriedade privada da terra começou na metade do século XVIII, de maneira altamente concentrada e desigual. Criaram-se dois tipos de propriedades: as dos açorianos (pequenas) e as das estâncias (sesmarias), sendo as primeiras de lavoura e as segundas de pecuária. Visto que Portugal tinha a intenção de consolidar a posse da terra que até então era garantida somente pelas armas, houve a distribuição de propriedades em larga escala, consolidando a formação da grande propriedade.

Ohlweiler (1982) observa que o sistema utilizado foi o de sesmarias, implementado em Portugal pelo rei D. Fernando I, em 26 de junho de 1375. Consistia na doação de terras, por parte da Coroa, àqueles que desejassem nelas se estabelecer. O agricultortinha nesse regime apenas a posse, mas não a propriedade, já queesta pertencia ao estado. Com isso, o fazendeiro não eraproprietário, mas recebia somente uma concessão territorial, e asterras que não fossem utilizadas de forma produtiva, em um prazo namaioria das vezes de dois anos, voltavam ao controle do rei epoderiam ser concedidas a outra pessoa. A concessão do título deposse por sesmaria só era permitida a pessoas que fossembrancas, puras de sangue e católicas. Mesmo assim, as irregularidades semultiplicavam, e várias pessoas de uma mesma família recebiam sua sesmaria.

Para Furtado (1986), o surgimento da grande exploraçãoagrícola deveu-se à abundância de terras, ao clima tropical ousubtropical e à quase inexistência de mão de obra local na fase inicial. Esses fatores fizeram com que predominassem as grandespropriedades, cujos produtos eram destinados àexportação.

A formação da pequena propriedade

Em 1820, ocorreu o fim do regime de sesmarias e não surgiu, de imediato, nenhuma legislação sobre a posse da terra. Com isso, a ocupação das terras que ainda não tinham sido doadas passou a se verificar com base nas “posses”, que posteriormente selegitimavam. Houve uma expansão dos pequenos estabelecimentos sobre as terras devolutas, ocupadas por antigos assalariados e escravos.

No entanto, a valorização da terra, em meados do século XIX, determinou uma redefinição da política de terras, a qual configurou a denominada Lei de Terras¹⁶, de 1850. Essa lei teve uma grande importância na história da formação da estrutura agrária brasileira, pois, através dela, instituiu-se, juridicamente, uma nova forma de obtenção da propriedade da terra.

Para Guimarães (1989), a Lei das Terras propunha impedir o acesso à terra por intermédio da posse ou da compra abaixo do seu valor, prevalecendo, assim, os interesses da classe latifundiária. O produto da venda das terras destinava-se à importação de colonos, ou seja, de trabalhadores livres para a grande lavoura, principalmente a do café, com falta de mão de obra pela pressão da Inglaterra contra o tráfico de escravos. Percebe-se que a dissolução do modo de produção escravista foi uma condição necessária para a instituição do atual sistema capitalista de produção.

A questão da imigração europeia do século XIX está ligada à escravidão. A dificuldade de obtenção de escravos para as grandes lavouras de exportação determinou a política de imigração de trabalhadores livres para o Brasil. No Rio Grande do Sul, iniciou-se com os colonos alemães, em 1824, a ocupação de terras acidentadas e cobertas de mata, que estavam abandonadas, visto que não eram adequadas para o sistema de criação de gado, que predominava em termos quase absolutos. A massa de imigrantes alemães constituía-se de agricultores e artesãos, que vieram instalar-se na cidade de São Leopoldo e arredores. Foram destinados a esses colonos lotes de 25 a 50 hectares (ha).

Para Guimarães (1989), em um regime de economia camponesa baseada no trabalho familiar, as atividades iniciais dos imigrantes tinham como objetivo o atendimento das necessidades vitais: alimentação, moradia e vestuário, obtidas fundamentalmente na própria unidade de produção e complementadas pela simples troca de produtos excedentes, em relação às necessidades familiares. Apesar

¹⁶ A Lei de Terras foi criada em 1850, com o objetivo de destinar propriedades somente àqueles que possuíam dinheiro para comprá-las, ao mesmo tempo em que se criavam as bases para a organização de um mercado de trabalho livre em substituição ao sistema escravista, que consolidava a forma de sustentação do modo capitalista de produção, que é a divisão das classes: de um lado, os que detêm a propriedade privada; do outro, os trabalhadores, que, para produzir sua vida material, só lhes resta vender sua força de trabalho, produzindo para o capital.

de todas as dificuldades, a colonização baseada na pequena propriedade foi uma experiência com muito êxito, vindo a ser reproduzida em iniciativas semelhantes em outros pontos da Província.

Nesse contexto histórico situa-se o município de Camaquã¹⁷, com área de 1.683 quilômetros quadrados. É reconhecida como uma das cidades que integra o Caminho Farroupilha, roteiro que reúne os cenários do principal acontecimento político e militar do Sul do Brasil, no século XIX, a Revolução Farroupilha. O município possui, também, o acervo de fatos históricos decorrentes do período da Revolução Farroupilha (1835-1845).

A região onde atualmente está localizada Camaquã já era conhecida desde os tempos coloniais. Em 19 de abril de 1864, a Lei Municipal nº 569 cria o município de São João Batista de Camaquã que, em 2015, completou 151 anos de fundação.

Atualmente, o município é cortado pela BR-116 e possui duas áreas de topografia distintas: a zona da várzea, onde predominam as grandes e médias propriedades dedicadas à pecuária e às lavouras de arroz e soja; e a zona da serra, onde predominam as pequenas e médias propriedades dedicadas ao plantio de soja, milho, mandioca e, atualmente, de fumo, na produção integrada com as empresas multinacionais. Outra cultura que também teve grande importância no município foi a erva-mate, nativa da região, que inclusive chegou a ser exportada, mas a exploração imprudente e ávida exterminou o vegetal.

Tabela 4 – População do município de Camaquã(RS) em 2015

Homens	Mulheres	População urbana	População rural	População total
30.900	31.864	49.356	13.408	62.764
49%	51%	78,6%	21,4%	100%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016).

A população chega a 62.764 habitantes, sendo que 49,2% são homens e 50,8% são mulheres. Do total, 78,6% da população

¹⁷Dentre os diversos significados do nome da cidade, o mais adequado é o de rio correntoso ou rio forte. Camaquã vem de *Icabaquã*, que na língua tupi-guarani significa rio, água, e *Cabaquã*, que quer dizer velocidade, correnteza. Então, se conclui que o nome do município vem do rio Camaquã, que passa pela cidade (FERNANDES, 2014).

está concentrada na área urbana e 21,04% na área rural, conforme a Tabela 4 acima.

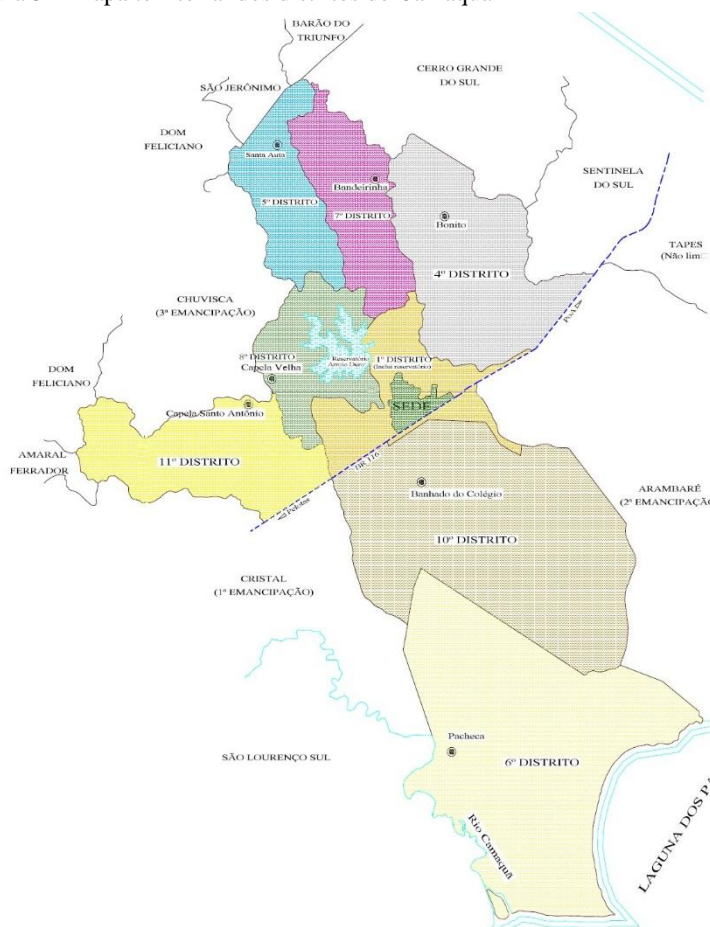
Figura 4 – Mapa do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Viagem de férias (site)(2015), com destaque da autora à localização de Camaquã.

O município de Camaquã está na Serra do Sudeste (Encosta da Serra do Sudeste) e faz parte da Região Centro-Sul do Rio Grande do Sul. Localiza-se a 30°51' de latitude sul e 51°48' de longitude oeste, situando-se à margem esquerda da Laguna dos Patos e à margem esquerda do Rio Camaquã. Fica distante 127 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre, e 152 quilômetros de Pelotas, no quilômetro 362 da BR-116.

Figura 5 – Mapa territorial dos distritos de Camaquã



Fonte: Camaquã (2016).

A economia do município está baseada na produção agropecuária. Camaquã tem na rizicultura sua principal fonte de renda, sendo considerada a Capital Nacional do Arroz Parboilizado. O fumo, a soja e o milho são outras importantes culturas. A indústria tem destaque no beneficiamento do arroz e o comércio é atuante e diversificado, enquanto o extrativismo ocupa menor proporção, assim como as empresas de prestação de serviços.

Tabela 5 – Produção agrícola do município de Camaquã em 2015

Cultura	Hectares	Produção (em toneladas)
Arroz	35.008ha	259.700 t
Soja	20.000ha	48.000 t
Fumo	9.200 ha	16.100 t
Milho	4.000 ha	120.960 t
Feijão	4.000 ha	384 t

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)(2012).

Como se pode depreender a partir da Tabela 5, o município tem uma grande área de latifúndio que é beneficiada com a produção da monocultura de arroz e soja. Nas pequenas propriedades de agricultura familiar, a monocultura do cultivo do fumo tem sido o destaque e também o objeto deste estudo. A pecuária também se destaca na produção de 39.483 mil bovinos, 12.215 mil suínos, 5.212 mil equinos e 5.836 ovinos¹⁸.

Outro setor em desenvolvimento é o turismo, que é influenciado pela importância histórica do município em momentos significativos do Rio Grande do Sul, e por ser Camaquã a 32ª maior cidade e a 30ª mais antiga do Rio Grande do Sul. Esses fatores influenciam na formação do Produto Interno Bruto (PIB), colocando o município em 38º lugar no *ranking* estadual, entre 497 municípios gaúchos.

Em relação aos indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mantém-se na mesma média e estável no intervalo de 20 anos no município, como se pode observar na Tabela 6.

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano de Camaquã (RS)

ANO	IDH
2010	0,697
2000	0,609
1991	0,469

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013).

O município se caracteriza por forte influência na economia de mercado e a agricultura familiar tem papel fundamental no processo de acumulação do capital. Ao integrar-se com a economia de mercado transnacional e ao capital financeiro na produção de fumo, estão

¹⁸ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014).

garantidas as formas desubordinação, exploração e precarização das condições de vida e trabalho dos trabalhadores do campo subsumidos na relação capitalista de produção, formas que respondem por tendências que atualizam a lei geral da acumulação capitalista.

Presente em 619 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o fumo é cultivado em um total de 315 mil hectares, por 154 mil produtores integrados. Um universo de aproximadamente 615 mil pessoas participa desse ciclo produtivo no meio rural, somando uma receita anual bruta de R\$ 5 bilhões.

Embora hoje a fumicultura seja o principal produto agrícola da maioria dos municípios onde é cultivada por agricultores familiares, a atividade surgiu como opção de diversificação. Santa Cruz do Sul (RS) foi o berço do cultivo do fumo no Sul do Brasil. Os imigrantes estabelecidos no município tinham como propósito a produção de alimentos primeiramente voltados à subsistência, para depois destinar o volume excedente à venda. A maior produção era destinada ao cultivo de milho, feijão e batata, entre outros itens. No entanto, não encontravam compradores e, quando havia comercialização, o preço oferecido era irrisório, não cobrindo os custos. Com isso, a produção de fumo chegou como uma “alternativa” de crédito, subsídio e fornecimento de insumos, enfim, facilidades que em princípio aliviarão os problemas de continuar a produzir a vida no campo.

Segundo o presidente do Movimento MPA, existem três tipos de produção no município de Camaquã: fumo, soja e arroz. Dentre eles, o que predomina é a produção de fumo pelo pequeno agricultor, que representa cerca de 95% da colônia. Os demais são grandes proprietários que cultivam arroz e soja.

Nesse contexto, buscamos dar visibilidade às relações de trabalho explorado e subordinado a que estão submetidos os trabalhadores do campo integrados com as indústrias fumageiras na Região Sul do Brasil e as consequências dessa cadeia produtiva elencada pela lógica do capital mundializado em um contexto singular que expressa a perversidade a que os trabalhadores estão submetidos.

A trajetória de trabalhadores integrados, que será abordada no próximo capítulo, expressa que as condições de intensificação, exploração e controle do trabalho e da produção pelas multinacionais não tem limites e implica em atender todas as exigências de normatização internacional para corresponder à demanda do padrão do mercado mundial na produção de cigarros, que, em sua essência, é a produção da morte humana, tanto para os agricultores no manejo de

herbicidas durante a produção como para os fumantes, visto que o cigarro é um dos principais causadores de câncer em nível mundial.

3 TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES INTEGRADOS NA PRODUÇÃO DE FUMO EM CAMAQUÃ (RS)

Neste capítulo, busca-se caracterizar a relação de trabalho formalizada nos contratos de produção integrada, a partir da análise dos contratos de compra e venda de folha de fumo, bem como dar visibilidade ao processo de endividamento dos trabalhadores integrados.

3.1 O CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE FOLHA DE FUMO: EXPRESSÃO DA REGULAÇÃO DO TRABALHO

A lógica de produção do sistema de integração é a da previsibilidade e segurança para o cumprimento dos contratos de exportação de fumo em folhas firmados com o mercado internacional. Segundo Marx,

[...] essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida, ou não, é uma relação jurídica, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias (MARX, 2013, p. 159-160).

O fechamento dos contratos é realizado pelos instrutores, que são responsáveis por todo o processo de trabalho no campo junto aos trabalhadores integrados. Nas visitas, o instrutor ensina as tarefas a serem realizadas, a forma de fazê-las, quais os insumos, adubos e sementes a serem utilizados, entre outros aspectos. É ele quem fiscaliza o cumprimento de todo o processo de trabalho, sob pena de rescisão contratual e/ou multa contratual (subordinação contratual). O contrato estabelece, inclusive, que caso os integrados não executem as tarefas da forma designada e não utilizem os produtos recomendados, podem ter seu contrato rescindido e todos os débitos serem cobrados dele.

Almeida (2005) investigou as violações de direitos humanos na cadeia produtiva do fumo e aponta que os fumicultores são incluídos nesse sistema de integração com as transnacionais do fumo de forma perversa, pois são eles que assumem os prejuízos e danos que o sistema

produtivo provoca, uma vez que não existe garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Segundo o autor,

[...] o papel dos orientadores não é auxiliar o produtor no plantio do fumo, mas ser o elo do controle ideológico dos fumicultores. É o orientador quem diretamente desempenha e trabalha o controle ideológico dos agricultores de fumo (ALMEIDA, 2005, p. 113).

Por volta dos meses de abril, maio e junho, o trabalhador agricultor é procurado em sua propriedade pelos instrutores¹⁹ agrícolas das indústrias, a fim de firmar o contrato de compra e venda de fumo em folha. O contrato²⁰ de prestação de serviço é apresentado já digitalizado, no qual não há qualquer possibilidade de negociação entre as partes. Nesse contrato de adesão, resta especificar o tipo de semente de fumo (Virgínia, Burley ou Comum), o tamanho da área onde será feito o plantio, a estimativa de mudas que serão cultivadas e a quantidade de fumo a ser entregue para as fumageiras.

Considera-se interessante atentar à primeira disposição firmada entre produtores e indústrias referente aos deveres da empresa:

A empresa compromete-se a adquirir do produtor, de acordo com as portarias nº 526, de 20/10/1993, e nº 79, de 17/03/1997²¹, ou outras que vierem a substituí-las, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a totalidade de sua produção de fumo em folha, conforme estimativa de produção abaixo indicada e resultante dos hectares, mil pés, cultivar e tipo de fumo contratados (CONTRATO..., 2009).

¹⁹ Os instrutores agrícolas também são denominados orientadores de campo.

²⁰ Contrato de compra e venda de folha de fumo, documento que formaliza a relação de integração em indústria fumageira e agricultor.

²¹ A presente norma tem por objetivo definir as características de identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do fumo em folha curado, que se destina à comercialização interna. Essas portarias podem ser utilizadas como referência pelas indústrias para a classificação do fumo, sendo o acompanhamento dos órgãos estaduais realizado em casos de divergência, sob requisição das empresas fumageiras (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

A indústria integradora se obriga a comprar do agricultor a totalidade da produção de fumo que este cultiva. É o que chamam de “garantia de mercado”, a certeza da comercialização da safra que vem ao encontro do primeiro compromisso do fumicultor:

[...] é “irrevogável” vender, dentro do prazo e nas instalações da indústria, “única e integralmente à empresa sua produção de fumo em folha, nos limites da estimativa contratual”, devendo “respeitar a proporcionalidade de volume por posição de planta (X, C, B, T), bem como entregar toda a sua produção de fumo na mesma sequência da colheita, onde será permitido ao produtor acompanhar a pesagem e a classificação” (CONTRATO..., 2009).

As indústrias preveem uma variação de produção máxima de 5%, para além do que está no contrato ou para menos, pela qual se comprometem a adquirir a produção.

Caso a variação no volume de produção previsto neste CONTRATO seja superior a 5% (cinco por cento) para mais, a EMPRESA poderá, a seu exclusivo critério, comprar do PRODUTOR a produção excedente de TABACO, nas mesmas condições comerciais previstas neste CONTRATO. Entretanto, caso o volume de TABACO efetivamente produzido e disponibilizado para a entrega à EMPRESA seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) do volume previsto neste CONTRATO, o PRODUTOR deverá pagar à EMPRESA a penalidade prevista na cláusula 4.1 (CONTRATO..., 2009).

Se o agricultor produz acima da estimativa²², a indústria compra até o limite acima de 5% do que o previsto no contrato. Se a

²² A estimativa da produção é o acompanhamento do desenvolvimento da produção. Essa avaliação é realizada junto com o instrutor de fumo, mas o agricultor é “livre” para decidir e avaliar. Ao longo do ciclo de produção são realizadas cinco avaliações e somente na quinta avaliação é que o

produção, por alguma eventualidade, não atingir a estimativa, o agricultor assume uma dívida para a próxima safra, pois todo o processo se realiza a partir da entrega de fumo, como está estabelecido no contrato. Para tanto, terá que aumentar a produção na próxima safra a fim de sanar a dívida pendente. Isso implica em o agricultor pagar uma multa da produção que não alcançou, ou seja, aumentar a produção na safra seguinte, a partir da assinatura de um termo de dívida pendente, em folhas de fumo.

Na hora de fechar o contrato, o instrutor avalia quantos hectares o agricultor quer produzir de fumo. A partir disso, o instrutor indica quantas mil mudas de fumo equivalem ao espaço da terra e faz o receituário do que é necessário para a produção, assim como também faz uma primeira estimativa de produção. Na segunda visita de acompanhamento técnico, o instrutor avalia o andamento e o desenvolvimento do cultivo e faz uma segunda estimativa de produção. E, finalmente, próximo de iniciar a colheita, o instrutor faz a última estimativa, que é a que o agricultor assina no contrato, ou seja, o instrutor faz a estimativa final de colheita e o agricultor pode decidir se sua produtividade será atingida na estimativa para mais ou a menos. No entanto, a empresa não se compromete a comprar o que estiver fora do contrato. Se o mercado estiver em alta, a empresa compra o excedente; do contrário, não se responsabiliza com o que não estiver estipulado no contrato (ENTREVISTADO1, 2015).

Essa variação de 5%, segundo relato do agricultor, é uma medida de segurança da indústria para evitar o “desvio da produção”, que é a comercialização livre do fumo para as demais indústrias integradoras. Durante as entrevistas com os agricultores, constatou-se que a maioria não tem conhecimento das cláusulas do contrato e, por isso, são surpreendidos durante a venda do fumo. A assinatura do contrato é feita no ato do pedido, quando o instrutor faz, primeiro, a lista dos insumos

o agricultor assina a planilha, pois sua produção deverá atingir a quantidade de fumo determinada no contrato.

que serão necessários para a safra e depois pede que seja efetuada a assinatura do contrato e demais documentos.

O produtor se compromete a preencher a planilha de controle de produção, a ser fixada na estufa ou galpão de cura, onde serão lançadas fumo Virgínia por apanhada; data de colheita; número de varas/grampos de fumo colhido; peso de 10 varas/grampos de fumo seco por estufada; data da pesagem e peso das folhas curadas de 10 plantas por lote com cerca de quatro mil plantas colhidas (CONTRATO..., 2009).

A empresa detém absoluto controle²³ da produção e fiscalização no cumprimento rigoroso das exigências do mercado transnacional e garante as vias de acumulação do capital, a partir da expropriação dos trabalhadores sob sua condição de vida e trabalho, sem limites para extrair o valor que serve de valorização do capital.

Segundo Almeida,

[...] cercear a liberdade de negociação da safra ao agricultor impede a concorrência entre as empresas do setor e a livre definição dos preços praticados na comercialização pelas leis da oferta e procura do mercado. É realizar reserva de mercado, favorecendo a formação do “cartel do tabaco” e o controle do processo de endividamento dos agricultores, necessário para a previsibilidade e segurança dos contratos de exportação firmados com o mercado internacional (ALMEIDA, 2005, p. 45).

Outro destaque nos contratos é o comprometimento da indústria em vender e/ou recomendar os insumos agrícolas básicos

²³ O controle é realizado pelo instrutor nas visitas técnicas através da **ficha técnica de avaliação e controle das atividades**, que estabelece uma relação das tarefas que envolvem a produção de fumo a serem cumpridas, com avaliação e pontuação. Cada etapa do trabalho é avaliada com uma nota de 1 a 5, o que comprova a tese do trabalho controlado (quando não está atuando na produção, já está na preparação do solo com forragem e preparação dos canteiros, entre outras tarefas).

necessários e sementes aprovadas e adequadas para o cultivo de fumo acordados, sempre com o consenso do produtor e mediante entrega do receituário agrônômico firmado pelo instrutor de fumo.

Assim, compromete-se o fumicultor a usar no cultivo somente material, fertilizante, defensivos agrícolas, nos volumes e especificados e recomendados pela empresa e de acordo com as especificações técnicas contidas no receituário agrônômico, bula e/ou rótulo do produto (CONTRATO..., 2009).

Todos os componentes presentes no contrato na compra dos insumos e seus valores serão de mútuo acordo entre as partes contratantes, convertidos em quilos de fumo, conforme o tipo especificado no contrato. Ou seja, todo o valor do débito decorrente dos financiamentos junto às indústrias é convertido em quilos de fumo ao preço da tabela vigente no início da safra e será descontado no momento da classificação e comercialização da produção.

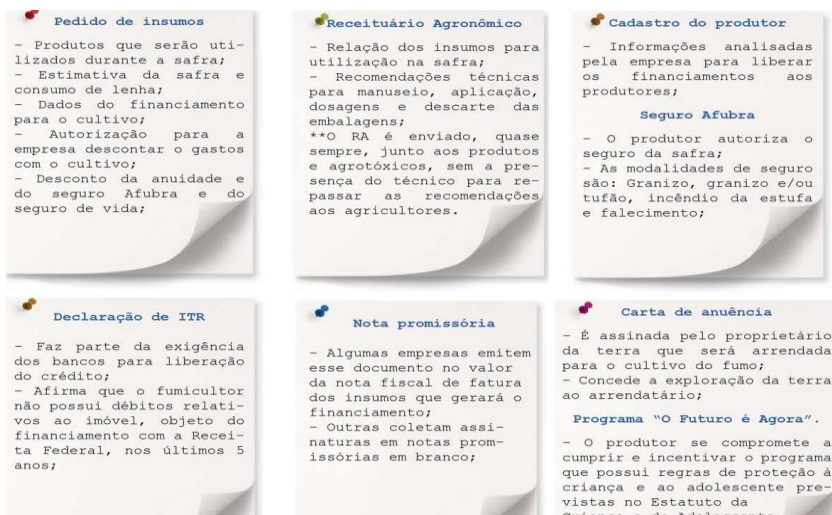
3.1.1A caracterização de cerceamento do contrato de compra e venda de folha de fumo

Com o objetivo de dar visibilidade ao desenvolvimento do trabalho realizado pelos instrutores, busca-se mostrar como ocorre esse processo no desenvolvimento de todas as etapas das visitas técnicas para atender as demandas e necessidades especificadas nos contratos de integração na produção de fumo. Para tanto, procura-se evidenciar, nesta e nas próximas páginas, como se efetiva esse trabalho no campo, junto aos trabalhadores integrados.

Finalidade do trabalho do instrutor de fumo²⁴ —os agricultores são visitados em suas propriedades pelos instrutores de fumo, que apresentam a proposta de produção do cultivo, por meio do chamado Sistema Integrado de Produção de Fumo, firmado entre o agricultor e a empresa multinacional integradora, a partir de um contrato.

²⁴ Todas as informações das páginas 73 a 84 têm como fonte de informações os processos judiciais dos agricultores integrados na produção de fumo.

Figura 6 – Dinâmica da produção de fumo integrada



Fonte: Bonato, Zotti e Angelis(2010).

Produção de fumo em sistema integrado – a indústria fornece o necessário para a produção do fumo, desde a tecnologia para plantação, o financiamento da lavoura (insumos, estrutura e equipamentos necessários), além de assistência técnica. O agricultor desempenha o trabalho no desenvolvimento de todas as atividades necessárias ao plantio, procurando atingir as estimativas de quantidade e qualidade (conforme os insumos recebidos), sendo que, na entrega do fumo, este é pesado e avaliado. Depois de descontados os custos de produção, o produtor recebe a diferença.

Treinamento – ao agricultor que não tem conhecimento do trabalho com fumo, a empresa se compromete a dar o treinamento com o instrutor que acompanha todo o processo de desenvolvimento do trabalho na cultura do fumo.

Assistência técnica – realizado pelos funcionários de campo, denominados instrutores ou orientadores agrícolas. Eles fazem o contato com os agricultores em suas propriedades, analisam as condições de produção (físicas, estruturais, de trabalhadores para desempenhar o trabalho, crédito, entre outras), colhem assinaturas de contratos e documentos e material para análise de solo fazem receituário (tipo de sementes, adubos, herbicidas e fungicidas, com suas quantidades e formulações), bem como fazem pedido à indústria de equipamentos,

financiamentos e estrutura necessária, além de acompanhar e lançar as estimativas de colheita, tendo a responsabilidade de passar as orientações sobre as técnicas de plantio, cuidados, cura e entrega, fazendo ainda as projeções financeiras da lavoura.

Insumos e equipamentos –a indústria responsabiliza-se pelo fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários, conforme receitado pelo instrutor, financiando e, por conseguinte, firmando a relação do contrato integrado por cinco anos ou mais.

Financiamento –quando o agricultor adere ao sistema integrado, a indústria fica responsável por viabilizar recursos para aquisição de todos os equipamentos e insumos necessários para o plantio de fumo, sejam eles próprios ou através de créditos rurais em nome dos agricultores, com assinatura de documentos delegando poderes para as empresas integradoras realizarem a mediação com bancos, seguradoras e instituições afins, necessárias para atender as necessidades do desenvolvimento da produção.

Tecnologia de produção–a indústria oferece a tecnologia de plantio, dispondo de variedades de sementes, adubos, herbicidas e fungicidas, além de “cuidar” do desenvolvimento e aprimoramento do sistema de plantio, cura e entrega, visando maior rentabilidade a partir do sistema *float*”²⁵.

²⁵O sistema *float* serve para a criação de mudas de fumo. São piscinas de água nivelada, para que as bandejas de isopor com sementes flutuem na água. Os nutrientes são colocados na água, evitando a contaminação do solo e melhorando o desenvolvimento da semente.

Figura 7 – Embalagem de semente de fumo tipo Virgínia



Fonte: Brasil(a) (2014).

Serviços acessórios – o sistema integrado fornece os serviços acessórios, como fornecimento de serviços de seguro, materiais terceirizados (não oferecidos diretamente pela indústria integradora, mas mediados pela mesma, como compra de trator), todos também descontados na colheita em produção de fumo.

Remuneração –é assentado no pedido de material agrícola o valor de renda prevista, em que o instrutor,após os descontos de todas as despesas,prevê o valor que seria gerado ao agricultor e o lucro que será auferido.

Contratação adesiva –ocorre quando o agricultor adere a um contrato preestabelecido, o qual, em seu início, estabelecia apenas “compromisso de produção” e que, com o passar dos anos, foi modificado pela indústria, passando posteriormente a ser chamado de “contrato de fornecimento de fumo” e, por último, denominava-se “contrato de compra e venda de fumo em folha”.

Fiscalização do trabalho no campo – o ciclo da produção do fumo é realizado em tarefas determinadas para cada fase da plantação,

que são acompanhadas pelos instrutores por meio das visitas técnicas, que, de modo geral, ocorrem do modo apresentado a seguir.

Maio, junho, julho e agosto –preparação da terra e sementeira. Houve mudanças no processo de sementeira, que antes era feito em canteiros de terra. Todo esse processo é realizado na propriedade do agricultor integrado.

Figura 8 – Sistema float



Fonte: Antunes, J. (2010).

Quando as piscinas estão prontas, uma pessoa desinfeta as bandejas, outra coloca o substrato e outra semeia. Quando as mudas estão com quatro folhas, é feita a repicagem, isto é, o replantio nas bandejas, pois cabem somente 200 mudas em uma bandeja. De um lado, então, são semeadas duas mudas, e do outro, somente uma muda, pois, após a germinação, é necessário arrancar mudas de um lado para replantar, para que as mudas que não se desenvolveram sejam eliminadas. Esse processo leva em torno de uma semana.

Após o replantio de bandeja, é necessário fazer de três a quatro podas (corte nas folhas ainda na bandeja) nas mudas, para que fiquem parelhas e fortes, na mesma medida para o replantio.

Figura 9 – Poda das mudas



Fonte: Etges (2015).

Nesse período, a cada dez dias são colocados os herbicidas/inseticidas (veneno), em um total de seis aplicações, até o replantio da lavoura. Enquanto isso, o solo para replantio é preparado: lavar a terra, discar, fazer os canteiros, colocar o veneno para controlar as ervas daninhas.

Nessa fase, o agricultor prepara os canteiros de mudas; arma cortinas; cuida dos herbicidas/venenos; ventila os canteiros; prepara a terra, que consiste em lavar, discar, gradear, nivelar, capinar (utilizando tração animal/trator); constrói e reforma cercas; organiza o local de trabalho – estufa, paiol/galpão e depósito –; termina a organização, separação, enfardamento e entrega de produtos, organiza e arruma lenha para a próxima safra, entre outros afazeres.

Agosto, setembro e outubro – preparo da terra, preparo do canteiro de lavoura e início do replantio das mudas, plantação na lavoura e adubação da terra. Tempo de, capinar, tirar lenha da propriedade ou comprá-la, cuidar das instalações do forno e fazer manutenção da propriedade.

Figura 10 – Replântio das bandejas para os canteiros



Fonte: Jornal Arauto (2012).

Nessa fase de replântio ainda há fumo seco no galpão e já se está plantando a próxima safra. Para fazer o replântio é necessário que chova, pois a terra precisa de umidade, sendo que o replântio é todo manual, como se pode observar na Figura 10.

Após 15 dias de replântio na lavoura, é colocado o salitre²⁶ e, em seguida, é utilizada a capinadeira para afrouxar a terra e limpar entre as carreiras. Também é feita uma capina para afrouxar a terra mais próxima à muda. No final de 35 dias, aplica-se mais adubo e salitre.

Novembro – aplicação de adubos, pesticidas e veneno para pragas; término da capação²⁷ do fumo.

²⁶ O salitre, ou Salitre do Chile, é um adubo aplicado no fumo para apressar ou reforçar o desenvolvimento das plantas, devido à sua alta concentração de nitrogênio.

²⁷ A fase de capação compreende a quebra da parte superior da planta (botão floral) e ocorre, em média, 60 a 70 dias após o transplante.

Figura 11 – Aplicação de pesticidas/venenos



Fonte: Correio Lageano (2012).

O início da colheita ocorre em média dez dias após a capação do fumo, observando-se o ponto de maturação das folhas (ANTUNES, J., 2010).

Novembro e dezembro – Começa a colheita, após 60 dias de plantio. É feita a primeira colheita do fumo baixeiro e, após uma semana, faz-se a poda/capação da flor (para dar força às folhas que já estão no pé). Após a capação, aplica-se um produto antibrotante para controlar novos brotos, já que a planta não deve mais gerar folhas novas, mas sim, desenvolver as que já possui (em torno de 18 a 20 folhas por muda).

O objetivo da capação é evitar que os nutrientes absorvidos pela planta sejam enviados para a parte superior da planta (flores e produção de sementes), mas que sejam utilizadas pelas folhas, fazendo com que estas se desenvolvam mais, com maior peso e qualidade.

A colheita dependerá muito do clima para o amadurecimento das folhas, que leva, em média, aproximadamente 20 dias. Esse processo vai até **março** ou **abril**, dependendo das condições climáticas. Os meses de **novembro** e **dezembro** são os mais árduos, pois, além do início da colheita, é preciso replantar as mudas que, por vezes, não vingaram no replantio; capinar, aterrar as carreiras com o uso da capinadeira, adubar, podar, colocar veneno, fungicida (todos provindos de outros países, como Japão, Estados Unidos, Suíça, Áustria, Finlândia e Alemanha).

De **janeiro a abril** a colheita é feita conforme o fumo for amadurecendo. No total, envolve de cinco a seis apanhadas²⁸.

Durante a colheita, primeiro se apanha o fumo baixeiro (as folhas rentes ao pé de fumo). Após duas semanas, colhe-se novamente, mas essa tarefa depende do clima, pois a chuva influencia no amadurecimento das folhas.

Figura 12 – Colheita do fumo



Fonte: Jornal Arauto(b) (2010).

São necessárias cinco cargas de fumo para encher uma estufa, o que equivale a aproximadamente dois dias e meio de colheita na lavoura. Nesse processo, é necessário ser rápido, a fim de que o fumo fique uniforme durante o processo de secagem e não perca a

²⁸ As apanhadas de fumo dizem respeito à quantidade de vezes em que é preciso passar na lavoura para colher as folhas, pois, em média, em cada passada, são apanhadas (colhidas) três folhas em cada pé de fumo, visto que cada pé de fumo tem em média de 18 a 20 folhas.

qualidade. Por isso, é preciso dedicação exclusiva para apanhar o fumo e retornar rápido para a lavoura.

No processo de secagem a estufa elétrica consome menos lenha, pois possui ventiladores que distribuem as ondas de calor proporcionalmente para a secagem das folhas. O fogo precisa ser reparado de três em três horas, noite e dia. Se faltar energia elétrica, corre-se o risco de perder o fumo da estufa, pois, com a falta de ventilação, as folhas não secam e perdem a qualidade. Cada produtor deve ter um gerador de energia, pois, nesse sistema, o calor só se distribui a partir da ventilação. O processo de secagem dura em torno de cinco dias, dependendo da temperatura ambiente. Se as temperaturas estiverem baixas durante a noite, o processo pode levar mais tempo.

Após a secagem, ocorre o processo de retirada da estufa para consequente armazenamento do fumo no galpão. Antes da retirada do fumo, é necessário umedecer as folhas a partir de uma mangueira de água e ventilação para fazer uma neblina (isso leva em torno de duas horas), pois, se não forem umedecidas, as folhas quebram e serão desclassificadas.

Inicia-se, então, a retirada, quando o fumo é colocado sobre lonas e sacos para que se consiga levar uma grande quantidade para o galpão, onde é empilhado e devidamente coberto para não pegar umidade e não criar mofo. É preciso estocar o fumo seco no galpão para colher o que está na lavoura e levar para a estufa. Somente em março o fumo estocado no galpão é retomado, pois até lá é feita a colheita, leva-se para a estufa, seca-se, leva-se para o galpão, cobre-se e o processo é reiniciado.

Nesse período, o trabalho é intenso: às 7h é preciso estar na lavoura. Após o almoço (um breve descanso), inicia-se o trabalho da tarde. Os trabalhadores ficam na lavoura até encher o reboque, no anoitecer do dia. Quando chegam em casa, descarregam o fumo na estufa, até as 23h, aproximadamente. Dormem por volta da meia-noite e meia, após tomarem banho e jantar. Não há tempo para mais nada.

Abril– Após o término da colheita de todo o fumo na lavoura, retoma-se o fumo que estava no galpão. Nesse período, o trabalho é feito somente no galpão, onde o fumo é classificado, separado, e suas folhas selecionadas. Em seguida, são feitas as manocas (em torno de 25 folhas de fumo amarradas no talo da folha) e tudo é colocado em montes por classificação. Após ser manocado e classificado, o fumo é prensado em uma caixa de madeira, onde é amarrado com cordões que formam os

fardos²⁹. Etiqueta-se, com o nome do produtor, a classe e o peso, que deve ser entre 55 e 65 quilos.

Figura 13 – Fardo de fumo



Fonte: Pires (2015).

Nesse processo de aprontar o fumo, quando o tempo está muito seco ou há vento sul, o fumo seca rapidamente, o que resulta em mais trabalho para classificar, pois a folha quebra bastante, sendo necessário umedecê-las, e dedicar mais tempo a essa etapa do processo. Esse tempo acrescido dificulta a entrega da produção no prazo.

O trabalho perdura praticamente de **abril** a **julho**. A indústria “determina” uma data para assegurar o transporte do fumo. É preciso, então, intensificar e prolongar os trabalhos até muito tarde para concluir o trabalho e estar com tudo pronto até a chegada do caminhão. Nesse período, trabalha-se, muitas vezes, até o começo da madrugada no galpão, para que se consiga cumprir e entregar o fumo conforme estabelecido no contrato, pois logo outro ciclo recomeça.

Entre **julho** e **setembro** é preciso arrumar a terra: fazer a análise do solo, colocar calcário e ordenar a lenha para a colheita. A lenha não é

²⁹O fardo deve atender a padronização da empresa em relação ao tamanho e seguir rigorosamente a indicação da dimensão 80 x 50 x 40 cm, assim como utilizar somente o fio fornecido pela empresa para amarrar os fardos de fumo.

subsidiada pela empresa, e o agricultor que não possui lenha em sua propriedade precisa comprá-la.

O período de classificação vai até **julho**, culminando com o processo de semeadura, que encerra o ciclo.

Figura 14 – Classificação do fumo no galpão



Fonte: Jornal Arauto(a)(2010).

Logo após o agricultor mandar o primeiro fumo para a indústria, toda a família fica muito apreensiva para saber se a classificação que fizeram será aceita, pois, dependendo da classificação, o preço é alterado. É o momento mais esperado de toda a família, que irá determinar o valor e o resultado final de todo o trabalho.

Os trabalhos descritos no processo de produção de fumo são desempenhados de “segunda a segunda e de sol a sol”, iniciando-se em média as 7h, estendendo-se até as 12h e sendo retomado às 13h30 e seguindo até o anoitecer. Nos meses de secagem do fumo, entre dezembro e março, o agricultor precisa cuidar da estufa, sendo necessário passar a noite inteira cuidando da temperatura e colocando lenha, sem prejuízos nos trabalhos que serão executados no dia seguinte. Já entre meados de março e o final de junho trabalha até altas horas, inclusive em períodos de carga. O trabalho vai até de madrugada na

classificação e enfardamento do fumo para atender a entrega no dia e horário estabelecidos pela indústria.

Uma planta de fumo possui em média de 18 a 20 folhas, ou seja, durante o início da lavoura o agricultor que plantou, capinou e aplicou adubação, entre outras tarefas, em 25 mil pés de fumo, por exemplo, a partir da capação e início da colheita manuseou cerca de 500 mil folhas de fumo em cada uma das fases, ou seja, 500 mil na colheita, 500 mil no preparo das varas de secagem, na separação, na classificação e no preparo dos fardos. Ao final da safra, manuseou mais de três milhões de folhas de fumo (BRASILb, 2013.).

O instrutor³⁰ faz o acompanhamento de todas as etapas do trabalho, ou seja, supervisiona todo o ciclo e passa as informações para a indústria integradora. Acompanha e fiscaliza os trabalhos, principalmente as previsões de colheita. Verifica se as tarefas estão sendo cumpridas (se os canteiros estão corretos, se a terra estava pronta, se todas as mudas foram plantadas, se houve as aplicações de defensivos, enfim, todas as fases da colheita, cura e classificação, entre outras atividades). Supervisiona as estimativas de produção que são acompanhadas através de um cronograma de produção fixado na estufa (instrumento de controle que a empresa utiliza para que não haja qualquer desvio de produção), bem como, verifica se estão sendo usados os produtos recomendados pela indústria, assim como coleta a assinatura de documentos que são assinados pelos integrados, muitos deles em branco³¹.

Constata-se que a produção integrada de fumo se caracteriza por um trabalho extremamente controlado, organizado e precarizado com extensas jornadas de trabalho, para garantir os índices de qualidade de uma determinada mercadoria, que serve para valorização do capital. Segundo Ianni,

³⁰ O instrutor de fumo é um profissional fundamental para que a integração tenha êxito. Percebeu-se, nas entrevistas, que alguns agricultores conhecem esses profissionais por serem filhos de agricultores conhecidos da região, com formação como técnicos agrícolas e que trabalham para a empresa integradora. Essa linha tênue é importante para disseminar os objetivos das empresas integradoras, pois, por vezes, os papéis de trabalho e de amizade se confundem na relação.

³¹ Os documentos são assinados em branco, dando plenos poderes para as indústrias representarem os agricultores integrados perante bancos e outras instituições agenciadoras.

A própria divisão social do trabalho desenvolve-se em graus diferentes (quando se compara a indústria e a agricultura), favorecendo a potenciação da força de trabalho operária. A dependência da produção agrícola face às condições naturais (estações, chuvas, climas etc.), estabelece limites ao ritmo de reprodução do capital agrário. Na prática, o operário rural trabalha maior número de horas do que o operário industrial, para adquirir o produto do trabalho deste, produzindo com menor quantidade e força de trabalho (IANNI, 1982, p. 119).

Se por um lado a subordinação ocorre pelos preços agrícolas, por outro, se dá pela compra dos insumos e outros produtos de consumo do trabalhador agrícola, quando contribuem para a efetivação da mais-valia produzida na indústria.

Portanto, a transferência do trabalho excedente do setor agrícola para outros setores da economia pode ocorrer diretamente pela produção agrícola, ou pelo consumo dos produtos industrializados, garantindo a acumulação, concentração e centralização do capital pela expropriação do trabalho excedente na produção da agricultura familiar.

Na sequência, busca-se contextualizar a caracterização do trabalho integrado, a partir das trajetórias de vida dos sujeitos históricos desse processo, dando visibilidade à teia de relações sociais que compõem essa realidade vivida pelos trabalhadores do campo.

3.2 TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO NA PRODUÇÃO DE FUMO

São poucos os estudos sobre o mundo do trabalho que priorizam o procedimento de análises de trajetórias, como se vê em autores como Hobsbawm (1989), Bosi (1987), Kofes (2001) e Aued (2006), entre outros.

A partir das entrevistas na pesquisa de campo, deve-se delinear trajetórias de trabalho em seus movimentos constantes: ora de estruturação, ora de reestruturação dos segmentos laborais que se encontram frequentemente em conflito, mediante a memória do indivíduo. Segundo Aued (2006, p. 50), “a palavra do entrevistado não é proferida ao acaso, mas por meio de uma demanda sociológica, é uma referência, um ponto de partida para a reflexão, jamais o final do

trabalho. A entrevista é apenas um meio que permite ao sociólogo construir progressivamente a sua teorização”.

Trajetórias de trabalho são entendidas como percursos de trabalho na produção da vida material, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo. Assim, apreender as trajetórias de trabalho, sua constituição, em situações singulares da agricultura familiar, ou de acordo com compreensão de Kofes (2001, p. 27), que entende trajetórias como “o processo de configuração de uma experiência social singular”, resulta em algo de fundamental importância para esta pesquisa.

Para tanto, na análise de trajetória social, precisa-se conhecer as singularidades e compreender as especificidades das experiências dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, três obras foram de fundamental importância na escolha da metodologia de pesquisa: a primeira delas é a obra de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, na qual a autora explora o que é ser velho na sociedade capitalista, em meio à memória dos personagens. Sua tese parte da gênese de opressão a que a memória dos velhos está submetida, em uma sociedade pragmática que desvaloriza qualquer que seja o trabalhador.

A segunda obra é a de Bernadete Wrublevsk Aued, *O sapateiro militante* – José Peba Pereira dos Santos, onde a autora, a partir de entrevista biográfica, explora traços coletivos de um sujeito social inserido em relações contraditórias, em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e regionais gritantes, por meio da vida de José Peba Pereira dos Santos.

Nas duas obras, são evidenciadas as conexões entre o contexto social e a trajetória individual. Ou seja, ao focalizar a singularidade de uma trajetória, várias relações vêm à tona, o que, na consideração de Bosi (1987, p. 17), reforça a ideia de que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Para tanto, entende-se ser relevante a metodologia de pesquisa que compõe trajetórias e histórias de vida, pois essa ferramenta consiste, segundo Aued,

[...] fazer o entrevistado rememorar os episódios de sua vida e dar-lhes uma interpretação. Ela contribui para inscrevê-lo numa determinada temporalidade, articulando passado, presente e futuro. Ou seja, a pesquisa insere o narrador numa

história que tem sentido e significado (AUED, 2006, p. 50).

Ainda dentro dessa perspectiva, para Hobsbawm (1989, p. 7-8), a história de pessoas comuns é compreendida por “pessoas extraordinárias”, uma vez que suas histórias são constituídas de experiências acerca do que pensam da vida e o que e como realizam seu trabalho. É a história humana de homens e mulheres dos quais, segundo o autor, “o que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar a cultura e o perfil da história”.

Nesse contexto, procura-se, a partir das entrevistas, constituir as trajetórias de trabalho, instituídas no processo de integração para apreender as nuances das relações sociais capitalistas no seio da produção de fumo e seu desdobramento no processo de endividamento dos trabalhadores.

3.3 A RELAÇÃO DE TRABALHO E O PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO DOS AGRICULTORES INTEGRADOS NO FUMO

No universo de 12 entrevistas, optamos por selecionar e detalhar duas trajetórias de trabalho que explicitam os problemas enfrentados pelo conjunto de trabalhadores integrados na produção de fumo, o que não invalida o conteúdo das outras trajetórias que, de forma ampla, incorporam elementos em comum entre todos os entrevistados.

A primeira trajetória de vida que se analisa é a de um trabalhador agricultor de 54 anos, brasileiro, de descendência italiana, católico, casado e pai de uma filha. Ele trabalhava na construção civil antes de começar a trabalhar no cultivo de fumo e não possuía terras. Foi procurado pelas indústrias fumageiras, que lhe fizeram a proposta de mediar a compra de terra para produzir fumo. Uma proposta que lhe pareceu “tentadora”, com crédito liberado e com todo planejamento e assessoramento técnico da empresa integradora.

A relação integrada na produção de fumo consiste em estabelecer um contrato de compra e venda de folha de fumo, em que a indústria se compromete a comercializar o fumo e fornece os implementos (sementes, adubo, fungicidas, assistência técnica *in loco*), ou seja, todo o processo de produção é devidamente acompanhado pelas orientações do instrutor técnico de fumo, que faz a visita inicial, preenche o contrato, indica a quantidade de insumos para a produção, calcula os custos e projeta uma estimativa de renda prevista por safra. O agricultor deverá

realizar todo o trabalho da produção, seguir as orientações técnicas, usar somente os insumos de produção indicados pelo instrutor, a fim de atender a qualidade e quantidade de fumo estabelecida no contrato.

Com o rendimento líquido do fumo (após os descontos), seria possível pagar ainda a parcela de dívida da terra. Foram trabalhadas a terra somente ele e sua companheira, produzindo fumo durante sete anos, de 2004 a 2011. Inicialmente, o contrato de integração era com a empresa Dimon e, posteriormente, passou a ser com a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. Com a fusão das duas empresas, os contratos foram automaticamente repassados à nova empresa.

Safra 2004— Na primeira safra, foram plantados 60 mil pés de fumo. Para tanto, o primeiro contrato de compra e venda de folha de fumo contemplou a instalação de três estufas elétricas de fumo, sistema de cura³² de folha solta (para dar maior rendimento e facilidade ao trabalho) e um galpão para o armazenamento e classificação do fumo, além de ferramentas e insumos para o plantio, inclusive arado de bois, que custariam um total de R\$51 mil, valor que seria pago mediante fornecimento da produção de fumo em cinco anos, com exigência também de um fiador.

O agricultor não tinha experiência em trabalhar na plantação de fumo, desenvolvendo pessoalmente todas as atividades, seguindo as orientações do instrutor no preparo de canteiros e da terra e no manuseio das sementes, dando início às atividades antes mesmo de todos os insumos chegarem até a sua propriedade.

Ocorre que quando as mudas foram transplantadas para a lavoura, a planta não atingiu o desenvolvimento esperado. O instrutor constatou que a terra era virgem, ou seja, o solo precisava de uma correção e que deveria ter recebido o dobro da quantidade de calcário (para corrigir a acidez do solo) fornecida pela empresa integradora, situação ratificada quando a empresa fez a análise do solo. Com isso, a colheita ficou prejudicada com uma folha miúda e escura.

Após a colheita e cura, toda a produção foi entregue para a empresa integradora, que absorveu o fumo para pagamento dos custos (insumos), liberando pequena parte para o agricultor, além de liberar também os insumos da próxima safra.

Safra 2005— foi realizada a correção do solo adequadamente, com a dosagem correta de calcário, e a terra começou a produzir. Foi necessário muito trabalho para atingir as exigências da produção. O fumo foi se desenvolvendo bem na lavoura. No entanto, a folha ficou

³² A cura do fumo é o processo de secagem das folhas nas estufas de fumo.

prejudicada no período da cura, pois a folha ficava muito escura, o que atingiu em absoluto sua rentabilidade.

Segundo o instrutor, a cura precisava ser aprimorada. Toda produção foi entregue à empresa, que depositou parte do valor da produção na conta do agricultor e outra destinou para cobrir os custos da produção.

Nessa época começou o desconforto na relação entre as partes, pois, na safra anterior, o trabalhador já havia tido muito prejuízo e na safra presente houve muitos problemas com o sistema de cura, que deixava o fumo escuro. O resultado foi que a estufa indicada pelo instrutor, que era para facilitar o trabalho (folha solta), deixava a folha muito escura e isso prejudicava o processo de secagem, o que ocasionou menor rentabilidade na avaliação da empresa. Essa situação gerou muitas queixas do agricultor ao instrutor e também ao seu supervisor.

Safra 2006– o instrutor foi substituído, apresentando-se outro profissional, que atribuiu culpas ao anterior. Novos pedidos de insumos foram feitos, assim como um novo contrato, prevendo o parcelamento da dívida das safras anteriores em 17 anos, ou a relação seria rescindida e todos os valores em aberto seriam cobrados.

Por esse acordo, a parcela no primeiro ano seria de R\$2 mil e as demais, nos anos seguintes, de em torno de R\$4 mil, sempre com entrega em folha de fumo. Dessa forma, a relação seria mantida sem restrição do nome do agricultor integrado e a cobrança contra terceiros.

Ocorre que pouco tempo depois a lavoura foi atingida por uma forte chuva de granizo, que comprometeu 70% da produtividade, segundo o laudo de perdas feito pela seguradora. Todo o restante da colheita foi entregue à empresa, que também recebeu a indenização do seguro pago pela Afubra. Os valores liberados para o agricultor foram insuficientes para cobrir os custos de subsistência.

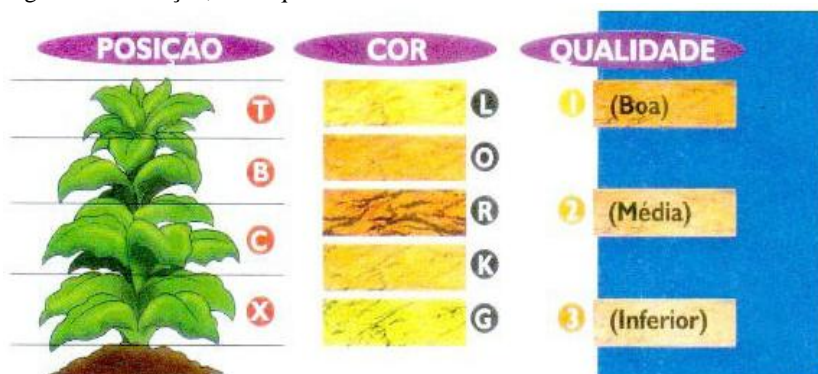
Safra 2007– sem escolha, o agricultor estava preso à relação integrada, pois, por dois anos, ficou sem rendimento, se resolvesse sair, perderia tudo o que tinha ou seu fiador perderia. Assim, toda a colheita foi repassada novamente para a empresa e o casal recebeu somente uma pequena quantia para cobrir as dívidas no comércio local com a subsistência da família.

Safra 2008– a produção mais uma vez foi prejudicada em função das fortes chuvas que atingiram o município, tendo sido decretado estado de calamidade pública pela administração municipal. Como nas safras anteriores, houve prejuízos com o sistema de cura da folha e o agricultor foi procurar mais informações sobre o sistema de cura utilizado, sendo

informado por outros agricultores que receberam estufas iguais à dele que todas davam prejuízo. Soube, ainda, que agricultores na mesma situação haviam adquirido grampos que eram adaptados na estufa, para que esta passasse a funcionar na forma convencional.

O agricultor foi tirar satisfação com o instrutor, que, com poucos argumentos, garantiu que aquela safra seria bem avaliada, como de fato ocorreu, sendo atribuída classe máxima a mais de 60% (BO1 e CO1) da produção.

Figura 15 – Posição, cor e qualidade da folha de fumo



Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) (2014).

O agricultor ficou satisfeito com a avaliação, porém, observou que a indústria não seguia adequadamente os critérios de avaliação; fazia o que melhor lhe convinha, pois, além de saberem que seu produto (folha escura) não era BO1, a proporcionalidade da planta jamais poderia resultar em mais de 60% em classes mais nobres.

Safra 2009 – o agricultor tentou adquirir o sistema de grampos para o processo de cura da folha de fumo, mas a empresa negou. Em virtude disso, temendo sofrer novamente uma safra ruim, foi adquirir os grampos diretamente com a empresa fornecedora de grampos Budny, já que vinha tendo prejuízo desde o início da produção.

A produção colhida foi entregue à indústria integradora, que liberou somente parte dos valores para o agricultor. Não houve valorização da visível melhora de qualidade na secagem da folha de fumo. Desse modo, o agricultor passou a cobrar uma definição dos valores em aberto, visto que os prejuízos vieram por conta, também, do equipamento indicado e fornecido pela indústria integradora.

Como se pode perceber, toda a produção é administrada pela indústria integradora, que poderia ficar com todo o valor para pagar compromissos ou liberar todo o valor. A indústria é que escolhia qual compromisso seria pago primeiro ou deixado de ser pago, não havendo qualquer interlocução com o agricultor sobre essas decisões, ocorrendo somente em casos de grande importância monetária a possibilidade de o agricultor solicitar a liberação de determinado valor para algum compromisso, pedido que não seria necessariamente acatado pela indústria integradora. A indústria integradora, a partir do contrato, determinava toda a relação econômica e de trabalho do agricultor, pois o que cabia a ele era servir com trabalho e com a produção de uma determinada mercadoria, o fumo.

Safra 2010 – como represália ao agricultor por ter adquirido insumos fora da integração, a indústria entregou somente alguns insumos para a fase de canteiro, sem os insumos necessários para o replantio (adubo e herbicida). Em contato com o instrutor, este não deu retorno ao agricultor. Assim, a safra foi totalmente prejudicada.

Safra 2011 – em meados de maio de 2011, quando deveriam fazer os pedidos da próxima safra, o casal foi procurado pelo instrutor, que comunicou que a indústria não tinha mais interesse em manter a relação de integração com o agricultor e que deveria prover um meio de pagar os débitos remanescentes a partir de um contrato de confissão de dívida.

Isso fez com que, depois de sete anos, o agricultor parasse de produzir fumo. Segundo o agricultor, “pelo atraso no pagamento, o juro começou e aí eu não alcançava mais, fiquei sem plantar e a dívida ficou aumentando. Fiquei quatro anos sem plantar. A dívida ficou lá, eu quis negociar, eles não aceitaram proposta nenhuma”. Após ter assinado com a indústria o contrato de confissão de dívida³³, a mesma só aumentava. Todo seu patrimônio foi incorporado à indústria integradora, como ele relata:

Casa, bens, tudo o eu tinha, perdi para pagar o fumo. Queriam tirar a propriedade do avalista,

³³ O contrato de confissão de dívida ocorre quando uma das partes não tem mais interesse em manter a relação de produção de fumo integrada. Nesse caso, o agricultor endividado deve liquidar a sua dívida em produção de fumo, ou seja, o contrato de confissão de dívida serve para parcelar, usando como critério quantas arrobas de fumo BOI serão entregues a cada safra até que a dívida seja liquidada.

então eu não posso, eu não quero mais essa dívida. Essas firmas em que o dinheiro foi pego, tu tens um contrato com eles, aí o cara não consegue pagar dentro do contrato, eles botam aqueles juros, e quando chega a safra paga aquele dinheiro. Só que o empréstimo continua lá, tu pagas só o juro o ano inteiro, manda o fumo e paga só juro, o capital, que é o empréstimo, acaba ficando sempre e aí rebaixam o fumo, não pagam, e muitos colonos estão nessa situação aí, dívidas que não conseguem pagar. Aí a empresa vem e faz o contrato de confissão de dívida(ENTREVISTADO 1,2015).

Como se pode inferir, a relação com a indústria integradora é de subordinação total. A partir do momento em que o agricultor integrado não atinge a produção estimada no contrato, inicia-se o processo de endividamento, que, de uma forma ou de outra, vai garantir a produção para a indústria, mesmo após o rompimento da integração, pois a dívida pendente deverá ser quitada com a produção de fumo.

Diante da exposição do processo de integração, pode-se observar que o campo não tem nada de idílico e que as relações sociais alicerçadas no modo de produção capitalista atualizam a lei geral do valor, quando se apropriam das mais diversas formas do fruto do trabalho, seja pelas extensas jornadas de trabalho, seja pelo preço pago pela mercadoria fumo, ou ainda pela exploração vigente nos contratos de compra e venda de folha de fumo, que não necessariamente expulsa os trabalhadores do campo, mas os condiciona às exigências de valorização do capital.

Valor abusivo dos insumos—quando fez o primeiro contrato, a indústria apresentava o fornecimento dos insumos e equipamentos como grande vantagem ao agricultor, pois, além de propiciar acesso a insumos e equipamentos adequados e recomendados, estes seriam fornecidos com melhores preços, posto que a empresa trabalha com milhares de agricultores e, por isso, teria melhor negociação na aquisição. Mas, com o passar do tempo, o agricultor passou a observar que os insumos e equipamentos fornecidos pela indústria eram muito mais caros, inclusive mais do que no comércio local.

No andamento do processo judicial ³⁴, a empresa Unifertil comunicou, sob requisição do Ministério Público do Trabalho, a que preço forneceu os adubos para a indústria integradora. No documento, verifica-se que a indústria cobrava ágio sobre os produtos fornecidos aos agricultores integrados.

Figura 16 – Insumos para o fumo

INSUMOS PARA FUMO
Preços Médios Praticados em R\$/ tonelada - FOB FÁBRICA

Clas. Fumageiras	PRODUTO/FÓRMULA	PERÍODO								
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
DIMON	26.00.25	551,70	607,65							
	08.18.20	464,70	517,50	634,40	958,40	839,20				
	09.46.00			637,30	1.012,55					
	1503.15				864,40					
	22.00.25									
	09.47.00									
	07.16.16									
	20.00.20									
	10.16.10									
	26.00.25									
ALLIANCE ONE	08.18.20						740,50			
	00.46.00									
	25.03.15							725,10	1300,50	911,10
	22.00.25						821,15			
	00.52.00						640,10			
	07.16.16							521,25	988,00	
	20.00.20							635,15		
	10.16.10									711,95

12/adon/Fumageiras/Met/1999.7.2.

Fonte: Brasil(b) (2013).

Verifica-se na Figura 16 que o adubo 10.16.10, fornecido pela indústria Alliance One aos agricultores no ano de 2009, foi comprado da empresa Unifertil pelo valor de R\$ 711, 95 a tonelada. Nesse mesmo ano, a indústria integradora Alliance One cobrou do agricultor o valor de R\$ 2.295, referentes a 1,5 mil quilos de adubo 10.16.10.

³⁴ Poder Judiciário Federal Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Vara do Trabalho de Camaquã (RS). Processo nº 0000921-80.2013.5.04.0141 – Reclamação Trabalhista em face de Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.

Fonte: Brasil(b) (2013).

Nota-se que a indústria integradora cobrou ágio de R\$ 1.227 por tonelada, ou seja, aplicou uma margem superior a 50% sobre o valor de compra do produto, comose pode verificarna Figura 17, na nota de solicitação de insumos, de julho de 2009. Isso denota o poder de negociação das indústrias integradoras, expressa na extração e acumulação do valor, que não têm limites e não recai somente sobre a mercadoria fumo, mas envolve toda a cadeia produtiva e as relações comerciais que estão imbuídas no processo de produção integrada e que servem como meio de acumulação e valorização do capital.

Além disso, em relação à fusão das indústrias integradoras, o agricultor relata:

Primeiro era a Dimon e depois veio para a Alliance One,pois a Dimon deu como quebrada e passou as dívidas para a Alliance. Aquela vez foi renegociada a dívida, se eu tivesse batido o pé eu

estaria melhor hoje. Depois eles vieram de novo, dizendo que a Alliance One tinha pegado os devedores e tinha passado para outra empresa. Aí eu disse que não ia assinar mais e que nenhum avalista iria assinar renegociação de contrato e aí deu toda essa briga, eles ficaram brabos. Eles iam dar mais 15, 20 anos para pagar, empurrar para a frente, parcelar denovo, mas só que o juro o cara não consegue pagar. Ou, se pagasse à vista, eles deixavam pela metade (ENTREVISTADO 1, 2015).

O agricultor parou de produzir fumo e procurou orientação jurídica no momento em que percebeu que a dívida não teria fim, pois a indústria iria parcelar a dívida em mais 15 ou 20 anos, para alongar a produção, sendo que a dívida já chegava a R\$160 mil. Além disso, foi aberta uma ação trabalhista para reconhecimento do trabalho integrado na produção de fumo como vínculo de emprego ou pequena empreitada, visto que é um trabalho exclusivo, determinado, fiscalizado, atendendo todas as exigências da indústria integradora.

Aí fui no advogado e fizemos essa ação trabalhista. Só que eles deram em cima do avalista e, como ele tinha bens, eles iam tirar. Aí o que eu tive que fazer, vender a minha casa por R\$80 mil e pagar eles para não tirarem a chácara do rapaz lá. Isso foi o que eu fiz, aí agora eu pago aluguel, mas paguei lá. Paguei ano passado R\$ 80 mil. Agora, esses dias, eles queriam mais, com a dívida que ficou lá ainda estava R\$ 79 mil então eu paguei uma parte que cabia ao avalista que eu ia ter que pagar e ainda ficou lá uma dívida. Eu disse que não tinha mais o que pagar e o advogado conseguiu negociar de paga à vista pela metade. Eles queriam mais R\$10 mil e aí eu não tinha mais nada. O que eu podia fazer era dar R\$ 1 mil para tirar o processo, eu achei que eles não iam querer, mas depois vieram. Paguei R\$1 mil e deram baixa no processo (ENTREVISTADO 1, 2015).

A dívida foi executada e, como o agricultor não tinha mais meios de conseguir pagar, o fiador foi acionado para liquidar a mesma. Diante

da situação, o agricultor, para não ficar em débito com o fiador, colocou sua casa a venda e pagou o débito ao fiador. Porém, as cobranças continuaram e só tiveram fim a partir de uma mediação judicial para negociar a retirados altos juros que sobrecarregavam a dívida.

A conclusão do processo nº0000921-80.2013.5.04.0141–Reclamação Trabalhista saiu em 18 de março de 2014 e teve a preliminar rejeitada. Na sentença, o juiz entendeu que não havia relação de subordinação entre indústria e agricultor:

Os documentos juntados são, todos, adequados à relação comercial de compra e venda de folhas de fumo que, segundo os reclamantes, era mera fachada do vínculo de emprego ou do contrato de pequena empreitada mantido entre as partes. Estão presentes nos autos notas fiscais de venda de produtos por parte dos reclamantes para a reclamada (fl. 62, por exemplo), orientações técnicas sobre o plantio do fumo (fl. 64), notas fiscais de venda de insumos pela reclamada aos reclamantes (fl. 74), contrato de compra e venda de fumo em folha (fl. 76), contratos de mútuo com garantia (fl. 180), contrato particular de confissão de dívida (fl. 182). Em nenhum dos documentos há prova de que a relação dos reclamantes com a reclamada tenha se dado sob qualquer espécie de subordinação (BRASILb, 2013).

A sentença judicial revela que o papel do poder judiciário é proteger o capital e não o trabalhador. Ao analisar-se a defesa, fica claro quais são os interesses que prevalecem e que sustentam o modo de produção capitalista. Mesmo o trabalhador tendo provas documentadas de como efetivamente ocorre o trabalho integrado, não se discute seu conteúdo, que são as relações sociais, apenas a forma, que é expressão do contrato.

Atualmente o agricultor trabalha na construção civil, como ele relata:

Eu, na construção, tiro mais do que tirava por mês, quando trabalhava eu e minha esposa no fumo e a filha cuidava de uma criança como babá. Nós fizemos as contas e não dava um salário para repartir por três. E aqui eu tiro três, quatro salários, sozinho, na construção. E agora a esposa

pegou ali na fábrica, vai tirar um salário e meio. E agora tudo tem horário de parar, no fumo não tinha horário. É só entrar nessa colônia aí e ver quantos estão no trabalho e não veem a hora de parar. Hoje a construção está mais fácil, tem mais recurso, não se forceja tanto, mesmo sendo bastante braçal, na lavoura é pior.[...] E a vida é começar de novo, com a dívida já não dormia mais pensando se tivesse que pagar mais R\$ 70 mil. Agora é tocar de novo, fazer a casa de novo. Os instrutores das companhias são uns caras preparados, eles vêm com as folhas prontas e aí, se o cara já vai assinando, já está com o compromisso.[...] Ainda tenho uma dívida da lenha para pagar, em torno de R\$ 5 mil. Estoupagando aos poucos, os produtores de lenha não têm culpa (ENTREVISTADO1, 2015).

No decorrer da conversa com o agricultor, percebe-se que ele estava com muito receio de participar da entrevista, assim como assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que participasse desta tese. Isso denota o transtorno psicológico que vivenciou na relação integrada de produção de fumo. Segundo o Entrevistado 1, “agora não assino mais nenhum documento sem saber muito bem do que trata”.

Aparentemente, produzir fumo integrado com as indústrias multinacionais representa a modernização do campo. A forma como se apresenta parece facilitar o trabalho no campo, com o acompanhamento da indústria em todo o processo produtivo, o agricultor tendo que somente realizar o trabalho, seguindo as orientações e exigências de produção estabelecidas no contrato de compra e venda de folha de fumo.

No entanto, a partir dos relatos dos agricultores nas entrevistas, constatou-se que a produção da vida no campo expressa as relações sociais de produção do modo capitalista de produção de uma determinada mercadoria, no caso a folha de fumo, que deve atender aos mais rigorosos controles de qualidade e exigências do mercado mundial. A relação de exploração não tem limites, seja na forma de organização do trabalho, na compra de subsídios para a produção ou na forma de negociação da compra de folha de fumo.

Pode-se observar, a partir da trajetória de trabalho do agricultor Entrevistado 1, que a relação social capitalista não tem limites para extrair o valor e que os mecanismos de apropriação do excedente

estão garantidos e licitamente aprovados pelo Tribunal de Justiça do Trabalho Federal, que reconhece a relação integrada como uma relação comercial qualquer, desconsiderando, nesse caso, qualquer forma de subordinação, o que motiva esta autora a seguir enfatizando tal relação no processo de luta entre capital e trabalho.

3.3.1 A perversidade das indústrias integradoras de fumo e abanalização da saúde do trabalhador do campo

A segunda trajetória de vida e trabalho no fumo selecionada para esta tese é de agricultor familiar brasileiro, 56 anos, casado, integrado à indústria Universal Leaf Tabacos Ltda. O agricultor relata que aderiu ao Sistema Integrado de Produção de Fumo em meados de 2001, trabalhando até março de 2011.

O agricultor, nesse caso, não era oriundo do meio rural e, até então, não havia trabalhado com produção de fumo, mesmo assim, desenvolveu todo processo sozinho, com extensa jornada de trabalho, o que acarretou, no final de 2010, hospitalização por pneumonia crônica, decorrente da exposição a trocas de temperatura na estufa, passando a receber auxílio-doença. Após sua recuperação, não teve condições de fazer um novo pedido (contrato), sendo que, em meados de 2011, o instrutor comunicou que a indústria não tinha mais interesse em manter a relação integrada entre as partes.

Apesar de ter aderido a contratos denominados de contrato de compra e venda de fumo em folha, a realidade vivida nesse processo demonstra que a relação é de trabalho exaustivo durante toda a produção.

Em meados de 2001, o agricultor, após visita da Universal Leaf Tabacos Ltda., começou a trabalhar para a indústria no cultivo de fumo, através do chamado Sistema Integrado de Produção de Fumo, relatado no caso anterior, que consiste em a indústria “subsidiar” a produção, a partir do pacote tecnológico e de assistência técnica na produção, enquanto o agricultor realiza o trabalho na produção de fumo atendendo as determinações expressas nos contratos de integração.

Safra 2001/2002– O agricultor deu início às atividades em 2001, quando foi contratada a plantação de 25 mil pés de fumo, com a instalação de uma estufa de fumo com capacidade para 600 varas, medindo 7,5m x 5,5m, além do fornecimento de ferramentas, inclusive arado e disco puxado a boi. As atividades foram desenvolvidas diretamente pelo agricultor, sendo que, pela quantidade plantada, direcionou toda sua atenção e força de trabalho para a atividade, realizando única e pessoalmente todas as atividades já descritas no caso

do Entrevistado 1. Todos os produtos colhidos foram entregues à indústria, gerando cerca de 2.560 quilos de fumo, que foram avaliados em R\$7.514,16. A empresa, após realizar os devidos descontos, remunerou o agricultor.

Safra 2002/2003 – O agricultor, que trabalhou muito bem na safra anterior, foi convencido pelo instrutor a aumentar seu pedido de safra para cerca de 45 mil pés de fumo, modificando o tipo de relação das partes, pois até então todo o trabalho era realizado somente pelo agricultor, sendo que com o aumento de produção iria precisar, em épocas distintas, de mais força de trabalho, sendo orientado pelo instrutor a buscar trocas de dias de trabalho.

Assim, aderiu ao contrato e fez o pedido de material, sendo instalada mais uma estufapara secar fumo, de 5,5m x 5,5m. Toda safra foi entreguenovamente à indústria, gerando cerca de 3.775 quilos de fumo, que foram avaliados em R\$12.271,86. Observando a safra, o agricultor verificou que teve muito mais trabalho, sendo que os valores liberados foram praticamente iguais à safra anterior, quando trabalhou com menos mudas de fumo.

Safra 2003/2004–Diante das queixas do agricultor, o instrutor relevou que precisaria aumentar mais sua produção, pois assim utilizaria na plenitude seus equipamentos (estufas, ferramentas, terra, entre outros), recomendando uma plantação de 85 mil pés de fumo.

A quantidade da produção mostrou-se um erro, pois, além de aumentar os custos de plantação, o agricultor passou a não conseguir dar conta dos trabalhos que antes fazia sozinho. A lavoura sofreu com enorme seca que prejudicou toda a região, sendo inclusive objeto de Declaração de Calamidade Pública, decretada pelos municípios de São Jerônimo, Barão do Triunfo e Camaquã, onde se constatou a perda de mais de 50% da cultura de fumo.

Todos os produtos colhidos foram entregues à indústria, porém, devido à seca, os produtos não tiveram peso, gerando cerca de 1.865 quilos de fumo, que foram avaliados em R\$9.092,94. Os valores liberados ao agricultor não foram suficientes para o pagamento dos custos, sendo muito abaixo da renda prometida.

Safra 2004/2005 – Sem condições de se comprometer com o pagamento de outra força de trabalho, diminuiu a quantidade a ser plantada na safra. Como os trabalhos seriam dobrados, empenhou-se na preparação da terra, dos canteiros e nas demais atividades. Recebeu os insumos para canteiros e mudas em 15 de junho de 2004 e de pronto os plantou.

Ocorre que os adubos e herbicidas, entre outros fungicidas extremamente necessários ao plantio do fumo, foram entregues somente em 21 de outubro de 2004, ou seja, com mais de 60 dias de atraso. A planta de fumo, uma vez plantada no canteiro, inicia seu ciclo, o qual exige que, em no máximo 45 e 55 dias, seja transplantada do canteiro para a lavoura. Por ser extremamente dependente de adubação química, o adubo tem que ser colocado na terra pelo menos alguns dias antes do transplante para a lavoura.

Comisso, as mudas já estavam prontas em meados de agosto, porém, sem os adubos na época de transplante, a planta ficou debilitada por falta de matéria orgânica no canteiro, sendo que, nessa situação, a planta acelera seu processo de amadurecimento. Com esse cenário, o agricultor fez contato por diversas vezes com o instrutor, reivindicando os adubos, sendo que o instrutor não conseguia explicar os motivos do atraso, mandando que o transplante fosse realizado para a lavoura, mesmo sem os adubos.

Na região predomina o solo classe 'textural3', caracterizado por sua composição arenosa, de baixa matéria orgânica. Esse tipo de solo, apesar da baixa fertilidade, é propício para cultura do fumo, pois essa cultura recebe elevadas doses de adubação em momentos específicos. O solo tem baixa capacidade de retenção de minerais e, por consequência, disponibiliza-os imediatamente para a cultura. Porém, em contrapartida, é crucialmente dependente da adubação química, sendo que não possui capacidade de fixar o mineral, que é facilmente levado com as chuvas (ENTREVISTADO 3, 2013).

Quando recebeu os adubos, conforme a Figura 18 a seguir, o instrutor foi ao local e determinou que fosse aplicada toda a adubação, dizendo que encomendaria mais salitre, o que recuperaria a lavoura. Os insumos foram aplicados e a indústria entregou o salitre em 19 de novembro de 2004, quando o fumo plantado, já muito prejudicado, estava em seu estado maduro e florescido, mas muito murchado.

Figura 18 – Pedido de material

[illegible]

Fonte: Brasil(b) (2014).

Com a aplicação do salitre, e este combinado com adubos aplicados dias antes e com as chuvas de início de verão, o fumo inflou. Porém, colhido, observou-se a debilitação de formação de textura, e, sendo submetido à cura³⁵, todo o líquido que havia sido absorvido instantaneamente pela planta evaporou, resultando em um fumo muito leve (com textura fina) e escuro. A suspeita do instrutor foi de que a dosagem química teria sido muito alta.

O instrutor acompanhou os resultados, tranquilizando o agricultor, e informando que a indústria tinha interesse na produção, mesmo com o atraso da colheita. Com o ocorrido, a colheita foi entregue em 5 de agosto de 2005.

Toda a produção colhida foi entregue à indústria, gerando 1.326,3 quilos e pouco mais de R\$ 1,8 mil, que foram absorvidos pela indústria, não liberando nada ao agricultor.

Safra 2005/2006– A relação ficou prejudicada, pois o agricultor não concordou por não ter recebido nenhum valor na safra anterior, considerando que não teve culpa pelos resultados ruins da safra, visto que a indústria não cumpriu com os prazos de entrega dos insumos. Por outro lado, a indústria já havia entregado alguns dos insumos para a próxima safra, que já estava em desenvolvimento quando o agricultor entregou a safra anterior.

Os valores apurados na entrega do fumo eram administrados pela empresa, que poderia ficar com todo o valor para pagar compromissos ou pagar alguns compromissos e liberar o restante ou liberar todo o valor, sendo que a empresa é que escolhia qual compromisso seria pago primeiro ou deixado de ser pago, não havendo qualquer ingerência do produtor nessas decisões, ocorrendo somente em casos de grande importância a possibilidade de o produtor solicitar a liberação de determinado valor para algum compromisso, mas pedido que não necessariamente seria acatado pela empresa (BRASILb, 2013).

Com a situação, a indústria não entregou os demais insumos necessários. O instrutor passou a cobrar os valores das estufas, insumos e ferramentas, ameaçando com medidas judiciais e restrição de crédito de seu fiador. A produção colhida, conforme os insumos

³⁵A cura refere-se ao processo de secagem da folha na estufa de fumo.

fornecidos, foram entregues à indústria, gerando 1.629,6 quilos e R\$ 2.883,08, sendo que o agricultor se obrigou a vender um pouco do fumo para terceiros para poder subsistir e reembolsar vizinhos que o ajudaram com alguns insumos.

Safra 2006/2007 – Novamente a indústria entregou poucos insumos, limitando o pedido de safra no contrato e, por conseguinte, a produção do agricultor. Os insumos entregues foram trabalhados e, nos mesmos moldes do ano anterior, entregues 905 quilos de fumo, que foram avaliados em R\$ 2.587,98.

Safra 2007/2008 – Novamente a indústria limitou a entrega de insumos e, por conseguinte, a produção do agricultor. Os insumos entregues foram trabalhados e a colheita foi de aproximadamente 750 quilos, que foram avaliados pela indústria em R\$ 2.240,87.

Nas três últimas safras, propositadamente, a indústria forçou o agricultor a buscar alguns insumos em outra fonte, inviabilizando e limitando sua capacidade produtiva, posto que a empresa tinha o controle da situação econômica do agricultor. Mesmo assim, ele continuou o trabalho na produção, na tentativa de entregar o máximo possível de fumo na tentativa de isentar seu fiador.

Safra 2008/2009 – A indústria negou-se a fechar outro contrato de safra e fornecer os subsídios. O agricultor disse que não poderia pagar sem pedido e que não tinha responsabilidade sobre os prejuízos e que, assim, não iria mais produzir para a indústria. O instrutor relatou que a indústria resolveu efetivar o pedido de contrato, porém, exigiu a assinatura de uma nota promissória em branco para garantia do contrato. Após a assinatura de uma série de documentos, dos quais o agricultor não tem muito conhecimento e não tem condições de descrever, até porque não ficou com nenhuma via, ficou combinado que seriam descontados R\$ 15 mil da conta dos custos das safras.

Iniciados os trabalhos, preparou a terra, canteiros, lenha, estufa, entre outros. A indústria entregou, em 3 de setembro de 2008, os adubos que seriam aplicados na lavoura. Porém, para surpresa do agricultor, depois de recebidos verificou tratar-se de adubos muito mais fracos (adubo 9.7.7) do que os que costumava usar (adubo 10.16.20, específico para produção de fumo). A planta, sem a dosagem correta, não atingiu a qualidade necessária especificada no contrato para comercialização e seu valor ficou muito abaixo do esperado.

Essa situação abalou emocionalmente e fisicamente o agricultor, o que resultou em graves danos à sua saúde, impossibilitando-o para o trabalho. Os problemas de saúde se agravaram

paulatinamente, acarretando um quadro de tuberculose pulmonar, que submeteu o agricultor a tratamento hospitalar entre 31 de dezembro de 2008 e 15 de julho de 2009, com períodos críticos no tratamento, em que quase veio a falecer. Ao sair do hospital, estava pesando 45 quilos, 25a menos do que quando foi internado.

Durante esse período, recebeu o benefício de auxílio-doença do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), entre 7 de dezembro de 2008 a 15 de agosto de 2009. A doença teria sido ocasionada pela exposição a agentes químicos, provavelmente sem os equipamentos de proteção, e devido às trocas de temperatura na estufa, agregado à baixa imunidade por conta de estresse. A pessoa que socorreu o agricultor contratou diaristas e colheu parte da produção, vendendo parte para pagar as pessoas que fizeram o trabalho de colheita, cura, separação, classificação, enfiamento e para quitar a dívida de mercado do agricultor, ficando o restante dos produtos à disposição da indústria, que foi ao local, através do instrutor e do supervisor, os quais primeiramente reprovaram tal atitude e, depois, conversando, aceitaram os produtos, combinando que iriam recolher a produção.

No entanto, a indústria não recolheu o fumo e, em meados de 2010, o agricultor foi procurado pelo instrutor, que tinha a intenção de cobrar os valores devidos, sendo que a relação ficou impossível de perdurar, posto que a empresa não teve interesse em ressarcir os danos das safras passadas ao agricultor e, tão pouco, de promover insumos ao plantio.

Em meados de junho de 2012, a indústria ingressou com ação de execução (processo nº 032/1.12.0000794-4), sob o argumento de que teria créditos no valor de R\$ 49.032,31, advindos de nota promissória, documento este assinado em branco na negociação de 2008, cujo objetivo era garantir os insumos daquela safra.

Em defesa, o agricultor procurou assessoria jurídica que, após uma profunda análise do caso, apresentou a exceção de incompetência absoluta³⁶ no processo de Execução 032/1.12.0000794-4, promovido junto à 1ª Vara Cível da Comarca de Camaquã (RS).

Trata-se de uma relação de trabalho gerida pela indústria integradora, que conduz a produção conforme seu interesse em atender a demanda do mercado mundial. A indústria estruturou a área de produção

³⁶ A exceção de incompetência é sempre oposta ao órgão jurisdicional que, sem ter competência, tomou conhecimento do feito. A Lei Processual fixa vários critérios para determinação da competência, determinando assim qual juízo e qual juiz deve exercer a jurisdição nos autos do processo.

no campo, os instrumentos do trabalho e todos os implementos para produção. É responsável por promover, capitalizar, fiscalizar, orientar tecnicamente e gerir a atividade desenvolvida pelos trabalhadores do campo.

Importante observar a relação social que envolve as partes contratantes, bem como o objetivo principal da indústria, que é ter acesso à matéria-prima sem necessitar adquirir áreas rurais e trabalho assalariado. É a extensão da fábrica no campo, na produção de fumo, retirando as pessoas de suas atividades de subsistência e comércio para ingressar em um sistema de produção industrial comandado pela regulamentação e controle de qualidade internacional.

A indústria, nesse sentido, promove todos os meios para a atividade. Segundo o agricultor Entrevistado 2, em um primeiro momento, o principal atrativo do sistema integrado é o capital para aquisição de estrutura, equipamentos e insumos, sendo que, aderindo ao “sistema da empresa”, a indústria se responsabiliza por financiar a lavoura, seja através de recursos próprios ou de encaminhamento de créditos rurais em nome dos agricultores, com a empresa sendo o meio de acesso ao capital. Porém, quem verdadeiramente assume todos os riscos da atividade econômica são os agricultores integrados.

As empresas possuem convênios com bancos (os quais, por lei, devem destinar parte de seu giro financeiro a créditos rurais), nos quais os bancos liberam créditos rurais aos produtores vinculados às empresas, que se responsabilizam na qualidade de fiadoras e principais pagadoras da operação. Como a liberação dos valores é convencionada diretamente para as empresas, os bancos podem descontar as parcelas diretamente da conta das empresas no vencimento.

Figura 19 – Liberação de crédito bancário

195193

CONTRATO DE MOVI-
20
OSASCO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS N.º 4.001.425/P

I. AGENTE FINANCEIRO:

Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Município de Osasco, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante denominado **AGENTE FINANCEIRO**.

II. CONVENIADA

UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA, com sede na Rod. BR 471, s/n, Km 49, na Cidade de Santa Cruz do Sul-RS, inscrita no CNPJ sob n.º 82.638.644/0001-74, representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente **CONVENIADA**.

III. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

LIMITE DO CRÉDITO (valor total do financiamento) R\$13.000.000,00 (Treze milhões de reais), a ser repassados aos Fumicultores até 31/10/2005.

ÍNDICE DE REAJUSTE TJLP

JUROS: 2,9 a.a. (sendo 1,0% a.a. *spread* básico do BNDES e 1,9% a.a. *spread* de risco do AGENTE FINANCEIRO)

Carência: Até 15.6.2005 **Amortização:** 12 semestres

CONTA VINCULADA: conta-corrente n.º 69.330-8, agência n.º 1587-3, não-movimentável, de titularidade da **CONVENIADA**, mantida no AGENTE FINANCEIRO.

CONTA MOVIMENTO: conta-corrente n.º 7-8, agência n.º 1587-3, de livre movimentação, de titularidade da **CONVENIADA**, mantida no AGENTE FINANCEIRO

CONSIDERANDO que o AGENTE FINANCEIRO é instituição financeira devidamente credenciada perante o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES para atuar na operacionalização das linhas de financiamento concedidas aos produtores de fumo do Sul do Brasil ("Fumicultores"); no âmbito do "Programa de Apoio aos Fumicultores 2004", mediante repasse de recursos originários do Fundo de Participação PIS-PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

CONSIDERANDO que os Fumicultores, visando a garantir o desenvolvimento e a qualidade de seus processos produtivos, têm interesse em contratar com o AGENTE

195193

OSASCO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

que lhe será enviada pelo AGENTE FINANCEIRO com antecedência de 05 (cinco) dias da data de vencimento, nos termos do item 5.1, supra.

5.2.1 Para fins do disposto neste Convênio, a CONVENIADA autoriza o AGENTE FINANCEIRO, em caráter irrevogável e irretroativo, a efetuar as devidas movimentações na CONTA VINCULADA e na CONTA MOVIMENTO, nas hipóteses previstas neste Convênio, de modo a (i) nas respectivas datas de vencimento das NOTAS DE CRÉDITO RURAL, transferir ao AGENTE FINANCEIRO os valores a ele devidos; ou (ii) quando da entrega da Declaração da AFUBRA, transferir os recursos da CONTA VINCULADA para a CONTA MOVIMENTO.

Fonte: Brasil (2012).

Assim, o banco libera os valores para o agricultor, com a instituição financeira garantindo o índice zero de inadimplência, além de juros, taxas e outras negociações, que são tratados direta e exclusivamente com a empresa. Nesse sentido, ganha a empresa que se utiliza do sistema de créditos rurais para fomentar seu próprio negócio, condicionando os trabalhadores do campo na produção de uma determinada mercadoria (fumo) para atender a demanda do mercado mundial.

A análise da atual situação em que se encontram os agricultores integrados à agroindústria fumageira remete ao século XIX na Europa, quando os trabalhadores eram explorados, alienados e expropriados de seu trabalho, de sua essência como pessoa humana, vendendo sua força de trabalho em jornadas exaustivas de trabalho que ultrapassavam 15 horas por dia. Para Oliveira (2003, p.19), “esses não são vestígios do passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno do país, uma vez que contribuem para o baixo custo da mão de obra em que se apoia a acumulação”.

Na produção de fumo, apesar de muitos ainda serem os proprietários da terra, ainda assim se sujeitam ao poder das empresas capitalistas, sofrendo com as injustiças sociais e econômicas que são inerentes ao sistema capitalista de produção, tal como os trabalhadores europeus do século XIX.

A partir do percurso das trajetórias de vida e de trabalho dos agricultores integrados, foi possível constatar que o ciclo de trabalho no cultivo do fumo é ininterrupto, pois, quando finda a safra, todo o processo de plantio começa novamente. É um ciclo fechado de trabalho organizado durante todo ano e cuja produção é repetitiva, exaustiva, com extensas jornadas de trabalho, sob fiscalização constante dos instrutores, além de estar obrigada a atender as necessidades e exigências de qualidade³⁷ do mercado mundial.

Desse modo, a agricultura familiar, na produção integrada, está impregnada de uma relação social capitalista submetida às demandas e variações do mercado mundial. Ou seja, está submetida ao movimento do capital, que é uma condição necessária do sistema capitalista de produção, à medida que precisa constantemente reativar sua autovalorização e criar e recriar novos mecanismos de autovalorização.

³⁷ Quando o agricultor manda o primeiro fumo para a empresa, toda a família fica muito apreensiva para ver se vai passar pela classificação que fizeram, pois, dependendo disso, o preço se altera. É o momento mais esperado pelos trabalhadores.

O agricultor integrado à indústria não se reconhece no processo de trabalho. Primeiro, por produzir uma única cultura que não serve para satisfazer suas necessidades vitais e, depois, porque produz com alto índice de fertilizantes³⁸, venenos, sementes modificadas³⁹, em suma, tecnologias que não aliviam sua atividade, mas, pelo contrário, exigem uma intensificação das jornadas de trabalho.

Isso remete à ampliação do trabalho, não fundamentada na relação de assalariamento, mas na forma de inserção de um pacote de tecnologias que, aparentemente, facilitam o trabalho, mas, em sua essência, ampliam o trabalho sem limites, pelo fato de que os agricultores integrados necessitam atender à qualidade exigida na produção para o capital transnacional.

Desse modo, a relação social de trabalho na produção de fumo compreende características do modelo japonês toyotista, cuja finalidade é aumentar o rendimento do trabalhador utilizando mais exaustivamente as suas capacidades físicas, mediante a inserção constante de novos implementos de produção e controle. Esse aspecto evidencia-se na análise das entrevistas com os trabalhadores integrados.

O capitalismo está fundado, em suma, em uma relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro do capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2007, p. 166).

³⁸Orthene 750 Br – Fabricante técnico: Japão. Formuladores: SP, MG, CE no Brasil. Titular do registro: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. Gamit 360 CS – Fabricante técnico: Filadélfia, EUA. Formuladores: MG, SP, RJ no Brasil. Titular do registro: FMC Química do Brasil Ltda. Ridomil God MZ – Fabricante técnico: Suíça. Formuladores: RS, SP no Brasil. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Actara 250 WG – Fabricante técnico: Suíça, EUA, Índia, Áustria, Espanha e Finlândia. Formuladores: Syngenta RJ, Syngenta SP. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Primeplus Br – Fabricante técnico: Suíça. Formuladores: SP, RJ no Brasil. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Antracol 700 PM – Fabricante técnico: Alemanha. Formuladores: MG, RS no Brasil. Titular do registro: Bayer Cropscience Ltda.

³⁹Semente de fumo Virgínia Cultivar K 326, Semente produzida e certificada por Universal Leaf Tabacos Ltda. Distrito industrial – Santa Cruz do Sul/RS.

Desse modo, a empresa integradora contrata a produção de fumo e amplia fundamentalmente a acumulação de valor na venda dos insumos, na classificação da folha, no atraso da entrega dos insumos e na regulação do contrato de forma verticalizada. Isso implica em uma condição de subordinação dos trabalhadores integrados legitimado pelo contrato de integração de compra e venda de folha de fumo.

3.3.2.1 Trajetórias de trabalho: relatos da singularidade que expressam a universalidade dos trabalhadores integrados na produção de fumo

Os breves relatos a seguir sintetizam os problemas enfrentados pelas famílias integradas com as indústrias fumageiras no Rio Grande do Sul e evidenciam, na sua singularidade, os percalços enfrentados por esses trabalhadores ao longo da produção. Uma relação que envolve homens e mulheres, independentemente de idade, e afeta diretamente o modo de vida, as relações sociais nas comunidades, o lazer e o tempo dedicado à família. Na produção do fumo, o trabalho é aperfeiçoado a cada safra pelos instrutores que fiscalizam todas as etapas do trabalho no campo. Dessa forma, os agricultores são orientados a aumentar a produção para além do que seu limite físico, o que permite e condiciona os trabalhadores ao adoecimento e ao endividamento com as indústrias fumageiras contratantes.

Entrevistado 4: Um casal com dois filhos, uma menina de 12 anos e um menino de oito anos. Produziram fumo de 2004 a 2008, quando perderam as terras com as benfeitorias (estufas) para uma imobiliária, sob mediação da fumageira Aliance One. As terras foram avaliadas em R\$ 50 mil. Quando da aquisição, o casal pagou R\$ 28 mil em dinheiro, na época, e o restante seria pago em até dois anos, com a produção de fumo. No entanto, a colheita de fumo não cobriu as despesas e, desse modo, perderam as terras e acumularam a dívida. A saída foi arrendar terras para continuar produzindo e conseguir pagar a dívida. Para tanto, um amigo fez a integração com o financiamento em seu nome, com outra empresa, o que possibilitou arrendar um pedaço de terra por R\$ 5 mil ao ano. A dívida acumulada já ultrapassou R\$ 112 mil.

Entrevistado 5: Integrado à empresa Souza Cruz, trabalhava com mais cinco pessoas no fumo. Produziu desde 1980 e conseguiu comprar suas terras com o trabalho no fumo. Mas, atualmente, não sobra muito dinheiro. O custo é mais elevado e o lucro é menor, o que fez com diversificasse sua produção com milho, leite e peixes. O fumo deixou de ser a principal atividade de produção.

Entrevistado 6: Integrado à empresa Universal, trabalha no fumo desde 12 anos, com o pai. Trabalham entre três pessoas, de 2001 até os dias atuais. O fumo não é a principal atividade. Há três anos, começou a produzir também hortifrutigranjeiros, devido ao excesso de trabalho no fumo e o pouco rendimento. O fumo seria hoje a sua segunda renda. Buscou novas possibilidades eos hortifrutigranjeiros e a diversificação de culturas representaram outras oportunidades, como laranja, frutas, peixes, mel, pêssego etc.

Entrevistado 7: Era vinculado à empresa integradora Dimon, mas, atualmente, não produz mais fumo. Trabalhava com mais três pessoas, produzindo fumo de 1993 até 2010. Segundo ele, a classificação da folha de fumo era sempre muito abaixo da selecionada no galpão e desde o início da integração não conseguia pagar as contas. Cada ano a conta aumentava mais e, como sempre pagavam abaixo da classificação das folhas, gerou dívidas. O preço sempre foi ruim e os instrutores levavam as fichas das visitas técnicas só para assinar. O agricultor também teve problemas com a murcha bacteriana na sua propriedade, o que dificultou o cultivo de uma produção com qualidade. Não concluiu o pagamento da dívida e não ingressou com ação para rever a situação.

Entrevistado 8: Fez a integração com várias indústrias fumageiras, tendo dívida com a empresa Universal. Diminuiu a produção do fumo em função da peste (murcha bacteriana), que é um complicador para a produção. A última empresa integradora a que se vinculou foi a Universal, e parou de fechar contrato em 2005 para negociar a dívida com a empresa, que estava em R\$ 47 mil. A dívida foi parcelada para serem pagas com 68 arrobas de fumo por ano. Nos dois primeiros anos não conseguiram pagar as 68 arrobas anuais em função da murcha bacteriana. A empresa efetuou a cobrança, pois não atendeu a renegociação. Por esse motivo, a empresa executou o arresto (ação via oficial de justiça e de polícia para recolher todo fumo da propriedade e tudo que pertence à empresa). Depois disso, conseguiu renegociar a dívida para R\$ 29,2 mil. Já haviam sido entregues 30 arrobas de TO2 no primeiro ano e houve negociação para o pagamento de 40 arrobas nos anos seguintes, visando liquidar a dívida. Porém, não recebe mais os subsídios da empresa, pois, a partir do momento que assina o contrato de dívida, a empresa somente recebe o fumo devido. O agricultor precisa usar seu capital para produção ou, muitas vezes, recorrer a outra empresa integradora, efetuando o contrato em nome de terceiros. A empresa raramente paga a classificação BO1 (que é a melhor classificação da folha de fumo), mas quase sempre abaixo. Atualmente, a dívida com a Universal corresponde a 48 arrobas de fumo TO2 até 2017.

Entrevistado 9: O fumo, em que trabalham duas pessoas, é a principal atividade na propriedade, onde são plantados 100 mil pés ao ano para a empresa Alliance One. O instrutor faz as visitas no início da integração, depois passa a cada seis meses, mas o termo de visita é assinado como se todas tivessem sido realizadas. Seria uma visita mensal, como está no contrato, mas isso não acontece, pois, quando o agricultor já é antigo, o instrutor pode ficar até seis meses sem aparecer, apenas trazendo os documentos para assinar como se as visitas tivessem sido feitas. Esse agricultor começou a integração em 2007, no valor de R\$40 mil em subsídios (estufa, entre outros) e atrasou três parcelas de pagamento. Atualmente a dívida ultrapassa R\$ 120 mil e, para pagá-la, fez um acordo que é regido por um contrato em que se compromete a entregar um determinado número de arrobas de fumo por ano. A cada ano ele entrega 30 arrobas de fumo BO1, por exemplo, só que, quando o fumo chega na empresa, o classificador entende que aquele fumo não atende a classificação e, assim, o agricultor nunca consegue alcançar o valor e pagar a dívida.

Entrevistado 10: O casal produziu fumo entre 2003 e 2011 pela empresa Continental. Trabalhavam um total de quatro pessoas e produziam 30 mil pés de fumo, entre outras culturas diversificadas. Não melhoraram de vida após produzir fumo. O trabalho era realizado com muito mais venenos e os equipamentos de proteção individual (EPIs) não chegavam a tempo de realizar o trabalho no campo (botas, calça e a blusa de proteção). No início, tinham que usar uma máscara de proteção, mas, após a troca do instrutor, deixaram de exigir o uso dos equipamentos e o veneno era aplicado na lavoura sem proteção alguma para os trabalhadores. Houve também desvio de fardos de fumo no transporte até a fábrica. Em dois envios, faltaram sete arrobas de fumo. No contrato foram subsidiadas duas estufas, no valor de R\$18 mil, mais um microtrator Tobata, no valor de R\$ 8,5 mil, além dos outros insumos. No entanto, a empresa atrasava a entrega dos insumos, como adubo e equipamentos, o que acabou influenciando na produção e criando o círculo de endividamento e dependência. Em 2011, procuraram a Justiça para negociar o pagamento da dívida, no valor de R\$6,7 mil.

Entrevistado 11: Atua no Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf) desde 2009 e atua nas ações da Cooperativa dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Coopertraf) no incentivo para produção da merenda do município. Cerca de 30% da merenda vem direto da agricultura familiar. Atua também em projetos

de melhorias na habitação rural e organiza as reuniões mensais com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) no interior, para divulgar o trabalho da cooperativa.

Entrevistado 12: Presidente da Ampa. Está na associação há 12 anos. A entidade promove reuniões mensalmente, sempre em alguma localidade do interior do município. As reuniões são registradas em ata e a comunicação/convite ocorre pelo rádio. Segundo o presidente, dependendo da pauta da reunião há grande participação de agricultores, como naquelas em que são tratadas questões ligadas a energia elétrica, dívidas em relação à seca, troca de sementes, renegociação de financiamentos e dívidas na produção de fumo.

As entrevistas destacam, ainda, que os agricultores participam de movimentos sociais, sindicatos e cooperativas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Afubra e o MPA. Entre as soluções encontradas para deixar o processo integrado, estão diversificar a produção com milho, leite e peixes; procurar outro mercado; buscar qualificação para novas oportunidades; participar da feira do produtor; fazer contrato com outras empresas em nome da esposa, da mãe ou outra pessoa de confiança, para conseguir comprar os subsídios para produção.

Quanto à saúde, os agricultores entrevistados contam que as doenças que apareceram após o trabalho no fumo são relacionadas principalmente à vesícula, ao fígado e à coluna, devido ao acúmulo de trabalho, inclusive à noite. Eles dizem que até hoje não conseguiram colocar o sono em dia, em função do trabalho nas estufas de fumo à noite, cuidando da fôrnalha e alimentando-a com lenha.

Outros problemas de saúde apontados são depressão e consequente uso de remédios. Além disso, foram mencionados casos de suicídio no decorrer das entrevistas, totalizando 19 casos citados nas 12 entrevistas.

A particularidade das entrevistas expressa o conjunto das situações vivenciadas pelos agricultores integrados e evidencia os agravos na saúde e a degradação do ser humano que trabalha no fumo. Pode-se perceber, através das entrevistas e ao longo das trajetórias de trabalho apresentadas, que as empresas comandam o trabalho no campo dentro de um rigoroso controle para atender seus interesses, em detrimento das condições de vida dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Todas as formas de acumulação do capital estão presentes na relação de integração com as indústrias fumageiras, seja através da regulação do trabalho, a partir do cerceamento do trabalhador na

subordinação e exploração da condição de sujeitos constituídos de direitos, ou através da banalização da saúde dos trabalhadores envolvidos no processo.

Nesse sentido, procura-se, a partir das trajetórias de trabalho, denunciar, trazer à tona, o que envolve a relação de trabalho em um processo de produção integrada, que degrada a condição física, psíquica e emocional desses sujeitos, levando a condições extremas de saúde e inclusive à morte, verificando-se crescente número de suicídios⁴⁰, que tem sido um sinal de alerta dado pelos órgãos mundiais de saúde.

No próximo capítulo, aprofunda-se as diferentes formas de exploração do trabalho, em busca de evidenciar o processo de endividamento na cadeia produtiva de fumo.

⁴⁰ Em 2015, suicidaram-se 10 pessoas – na maioria agricultores – em Santa Cruz do Sul, cidade gaúcha com cerca de 102 mil habitantes, conhecida como Capital do Fumo no Brasil. Em 1996, o assunto ganhou as páginas da imprensa brasileira e internacional, quando uma epidemia de suicídios atingiu a cidade de Venâncio Aires, vizinha a Santa Cruz. Na época, o índice local chegou a 37,22 casos por 100 mil habitantes. Entre 2005 e 2008 houve uma queda, mas um novo pico foi registrado em 2011, provavelmente associado ao endividamento dos agricultores (GIRARDI, 2016).

4 A EXPLORAÇÃO NO TRABALHO E O ENDIVIDAMENTO PROGRAMADO NA PRODUÇÃO INTEGRADA DE FUMO

Neste capítulo, procura-se destacar as diferentes formas de exploração que estão presentes na perversidade da produção integrada de fumo, seja a partir dos contratos, no atraso do fornecimento dos insumos, na exploração do trabalho e da saúde do trabalhador do campo, na exploração das instituições financeiras, de produção e da comercialização e classificação da folha de fumo.

As empresas multinacionais atualizam constantemente o processo de reestruturação produtiva, na busca por atingir os altos patamares de lucratividade por meio da subordinação e precarização das relações de trabalho, mostrando que não há limites para garantir a extração do valor.

4.1 A EXPLORAÇÃO NA REGULAÇÃO DO CONTRATO

Durante todas as etapas de produção de fumo há a direção de fiscalizar os trabalhadores pelo acompanhamento in loco do instrutor agrícola, pessoa responsável por todas as condições de produção, fechamento do contrato, receituário agrícola e fiscalização das tarefas, utilizando-se, ainda, de instrumento de controle de produção que os agricultores devem manter atualizado na porta da estufa de fumo. Destaca-se ainda, que, pelo contrato, a empresa integradora tem autorização de fiscalizar as atividades a qualquer tempo, bem como de rescindir o contrato caso o agricultor não atenda as exigências operacionais expressas rigorosamente no contrato. Segundo Oliveira, na obra *Crítica à razão dualista*:

Não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam se distanciando que autoriza a construção de um modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para virtualidades de expansão do sistema. Tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia (OLIVEIRA, 2003, p.47).

É nesse processo de integração dialética que se regulamenta o contrato de produção de fumo, aprimorando o desenvolvimento técnico

científico das empresas multinacionais na composição da matéria-prima (folha de fumo), sob as mais perversas formas de subordinação, exploração e precarização do trabalho sem limites.

A fumicultura é uma cultura com ciclos de atividade determinados, sendo que a fiscalização das tarefas não precisa ser diária ou mesmo semanal, pois, após o agricultor aderir ao sistema integrado, o instrutor ensina a forma de arrumar o canteiro, plantar as sementes, os cuidados etc. Ensina a atividade e eles executam as tarefas. Algum tempo depois, o instrutor retorna e verifica o que foi feito, corrigindo erros e orientando os próximos passos, o que evidencia a coesão dos elementos da acumulação flexível presentes e organizados em todo processo.

A organização mais coesa e a centralização impositiva foram alcançadas, na verdade, por dois desenvolvimentos paralelos da maior importância. Em primeiro lugar, as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada. O acesso à informação, bem como seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados (HARVEY, 2007, p.151).

Fica evidente nas entrevistas e na forma de organização da cadeia produtiva o rigoroso “cuidado” que a empresa tem em atualizar constantemente todas as informações de cada trabalhador integrado. Esse controle sistemático possibilita uma margem de flexibilização para a indústria integradora e inviabiliza qualquer tipo de reivindicação e mobilização por parte dos trabalhadores integrados.

Nesse sentido, a empresa mantém seu controle de horários conforme quantidade de fumo plantada e pessoas envolvidas, o que denota que a orientação técnica é decisiva e responsável pelas quantidades a serem plantadas, pois o instrutor conhece o tempo de trabalho necessário para cada fase, bem como a quantidade de mudas de fumo que uma, duas ou três pessoas podem cuidar e quanto do tempo de trabalho aquela quantidade irá absorver.

O instrutor chega na propriedade e pergunta quantas pessoas têm para trabalhar no fumo e calcula a capacidade de produção, por exemplo,

de 50 mil pés de fumo. Aí o instrutor pergunta se produz alguma outra cultura. O agricultor responde que sim – milho, feijão – e o instrutor sugere que ele plante uns dois mil pés de fumo a mais e compre o milho e o feijão com o dinheiro do fumo. Aí a pessoa cai nessa monocultura, não tem mão de obra suficiente, não tem final de semana, o estresse é grande, o trabalho é muito maior e quando o cara manda o fumo para a empresa não é o dono do fumo, quem bota o preço é a empresa (ENTREVISTADO 3, 2013).

O modelo de administração da produção integrada utilizado pela indústria fumageira difere-se do trabalho urbano apenas na forma como a atividade tem, na maioria das vezes, resultados diários ou semi-imediatos. A agricultura, pelo contrário, requer o tempo do ciclo, em que arrumar o canteiro necessita de uma, duas semanas ou mais; há que plantar as sementes, esperar a germinação, que demora cerca de um mês, e quase dois meses para transplantar; cuidados com a poda até o início da colheita, entre outras atividades. Ou seja, o instrutor não precisa estar diariamente em todas as propriedades que administra – apenas no primeiro ano, quando as pessoas não têm nenhuma experiência, ele comparece mais vezes e vai diminuindo a frequência ao longo do processo.

Dessa forma, o instrutor (que também é um trabalhador que presta serviço para a empresa) procura administrar e fiscalizar várias propriedades e, nesse tempo compartilhado, verifica quem atende integralmente a produção, identifica e rescinde contratos com quem não cumpre as atividades ou não atende a rigor o que estabelece o contrato, como ocorrem uma empresa de grande porte.

A indústria integradora tem interesse que a atividade seja vista aparentemente como uma relação de compra e venda com trabalhadores autônomos, porém, na realidade, a indústria é quem investe e fomenta a atividade, contratando o trabalhador que melhor lhe convém, remunerando conforme a quantidade e a qualidade do produto, bem como dirigindo a atividade com poder de advertência, penalidades, multa e rescisão contratual, além de execução de “débitos”, podendo envolver terceiros ou mesmo a propriedade. Segundo Harvey:

O mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da

mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 2007, p. 150-151).

Nesse sentido, é interessante observar que o controle de qualidade e uso adequado da indicação dos insumos passa pela questão comercial e produtiva do fumo. A empresa revende sua produção ao mercado nacional e internacional, através dos chamados blends, misturas⁴¹ de classes de fumo que formam cada tipo de cigarro, assim como as essências (flavours) que caracterizam o sabor e o aroma de cada marca, contribuindo para a característica sensorial final do produto, seu gosto e sua composição, o que agrega um alto valor de mercado ao produto final.

Para atingir esses níveis complexos de qualidade internacional, a empresa necessita do controle rigoroso dos insumos indicados no contrato, visando um produto diferenciado, cuja composição final é resultante das intervenções técnicas químicas administradas pela empresa e supervisionadas pelo instrutor nas propriedades. junto aos agricultores integrados. Quanto mais se aprimora o produto, ou seja, a mercadoria, mais se degrada o trabalhador na relação.

Nesse aspecto, é preciso levar em consideração a precariedade da saúde e da qualidade de vida a que esses agricultores se submetem todos os dias para atender as metas e as exigências no plantio e manejo das folhas de fumo.

4.2 A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E OS AGRAVOS À SAÚDE

As entrevistas realizadas com agricultores integrados na produção de fumo, assim como a análise dos contratos e processos judiciais que

⁴¹Cita-se como exemplo, o cigarro Hollywood. É a mais antiga das marcas comercializadas pela Souza Cruz. Lançada em 1931, logo conquistou seu público e chegou aos anos 1980 como a marca mais vendida do Brasil e a sexta do mundo. Atualmente, o objetivo de Hollywood é posicionar-se como referência de sabor, com apresentações de misturas de fumo típicas das mais consumidas no mundo. Apresentada inicialmente nas versões Turkish Blend, Australian Blend, American Blend e Caribbean Blend, Alps Ice Blend e Original Blend, a linha evoluiu para o conceito Sabor sem Fronteiras, incorporando em 2008 Hollywood California (SOUZA CRUZ, 2016).

envolvem a relação de integração, evidenciam os mecanismos de exploração e prolongamento da jornada de trabalho sem limites para atender a demanda da empresa, ademais as implicações desse processo na degradação da saúde do trabalhador.

Na época de colheita do fumo é de ficar horrorizado com o que se vê, as pessoas trabalham dia e noite, comendo quando dá e o que puder. [...] Para ter uma ideia, meu vizinho planta 120 mil pés de fumo. Trabalha o casal e uma filha de 14 anos. Eles começam o trabalho à tarde mesmo, no forte do verão, uma hora da tarde já estão na lavoura e 2 horas da manhã ainda estão trabalhando na estufa para dar conta. No caso, não tem mão de obra suficiente para dar conta. As pessoas priorizam o fumo ao invés da saúde, a mulher trincou três costelas em janeiro, mas primeiro terminou a colheita do fumo para, em março, ir ao pronto socorro. Dá para ter noção da loucura em que as pessoas entram. Esse casal não tem dívidas, essa loucura toda é para acumular mais (ENTREVISTADO4, 2015).

O sistema de integração permite que as indústrias não precisem mais tirar o trabalhador do campo para levá-los para trabalhar nas fábricas. As condições da produção são comandadas externamente pela indústria fumageira – e por meio de instituições financeiras, assim como de seguradoras – que controlam a propriedade do agricultor editam as regras de todo processo produtivo, de acordo com seus interesses.

A estrutura do sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas, como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc., tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo em que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras (HARVEY, 2007 p.153-154).

Nota-se que as mudanças na dinâmica global das fusões entre as indústrias integradoras, assim como os acordos firmados entre as instituições financeiras e indústrias, não são acordados de comum acordo com os trabalhadores integrados, que delegam às indústrias representá-los nesse processo através da assinatura de documentos em branco, onde delegam poderes representativos à indústria integradora. Nesse contexto, a indústria tem total poder de negociar financiamentos e juros, assim como repassar os contratos dos agricultores integrados para outras empresas em se tratando de fusão ou mesmo saída de mercado.

São essas as condições que permeiam a agricultura familiar na atualidade. Uma forma de trabalho totalmente subsumida às regras da indústria integradora, sob condições extremas de precarização e exaustão, sem limites da exploração das condições de trabalho, que libera fundamentalmente a indústria de todas as responsabilidades de auxílio à saúde, previdência, assim como toda a infraestrutura para realização do trabalho, que passam a ser responsabilidade dos trabalhadores integrados, condicionando-os ao endividamento.

Mesmo como proprietários da terra, os trabalhadores não têm nenhum tipo de autonomia sobre a produção, o que causa estranhamento, pois, a partir de uma produção integrada, passam a atender as exigências de trabalho e produção de acordo com as orientações e supervisão da indústria integradora, ou seja, o processo produtivo é completamente determinado pela indústria. O trabalho ocorre até a hora em que a indústria determina. E não há mais tempo livre (Natal, Páscoa, jogar futebol com o filho, passear, passar um dia com a família), todo tempo passa a ser tempo dedicado ao trabalho, principalmente na colheita/secagem das folhas na estufa e no período da entrega do produto para a indústria.

Almeida (2005) assinala que o agricultor, após a adesão dos termos contratuais, passa a prestar serviços à indústria, que são prestados nas propriedades dos agricultores. Essa relação fica evidente, pois a indústria fornece os insumos materiais necessários para a safra e depois recolhe a produção total. Durante todo o processo produtivo, o instrutor faz as visitas aos agricultores a fim de dar assistência técnica e controlar o trabalho do agricultor.

Cabe apontar que, por meio das amarras contratuais a que é submetido, o agricultor não tem nenhum direito trabalhista garantido e é responsável por todos os danos que a produção pode ocasionar, seja em relação ao processo produtivo, como safra sem qualidade, estimativa não atingida e confissão de dívida, além dos cuidados fundamentais em relação a sua saúde. Todos os danos ficam sob responsabilidade do

trabalhador, que, no decorrer dos contratos integrados, engendra o processo de endividamento, assim como intensifica os problemas relacionados a sua saúde e de sua família.

A indústria integradora fica livre dos encargos trabalhistas, além de qualquer auxílio à seguridade social do trabalhador, e também dos investimentos em terras, instalações, gastos com encargos de manutenção, entre outros. Por outro lado, tem a sua disposição a mercadoria de que necessita, dentro dos padrões de qualidade, bem abaixo do seu valor.

A ausência de benefícios sociais como assistência à saúde tem sido um dos grandes problemas enfrentados pelos trabalhadores na fumicultura, visto que os trabalhadores dessa cadeia são suscetíveis a uma série de problemas de saúde, conforme relatado nas entrevistas.

Hoje, os agricultores que trabalham no fumo adoecem mais: têm vômitos, enjoos, diabetes, problemas de coluna, depressão, estresse, problemas cardíacos. A pessoa que planta só fumo não vive, ela só sobrevive, é como se fosse um funcionário de uma multinacional, tem hora para começar, mas a ganância da hora extra sobe à cabeça e aí não tem hora de descanso. Chegando em dezembro, se passar na região onde eu moro, 2 horas da madrugada as pessoas estão trabalhando na estufa, tirando fumo seco da estufa e colocando o verde para secar. Trabalham direto, vão das 5 da manhã às 2 da manhã do dia seguinte (ENTREVISTADO 4, 2015).

Hoje o instrutor é um vendedor. Os venenos que vem para colocar no fumo atuam em média 90 dias sobre a planta. Durante esses 90 dias a planta absorve, somente depois vai colher e levar para o galpão. O que acontece – e foi o que aconteceu na produção do pai –, é que ele fez o pedido dos insumos mas só veio a metade. O que faltou eles pediram para comprar da Afubra. Só que os venenos que vem da empresa são faixa verde (o veneno tem um ciclo de 10 dias agindo sobre a planta, período que não pode mexer) e o veneno da Afubra é faixa azul (tem um ciclo de 50 dias a mais agindo sobre a planta). Por isso que as pessoas adoecem mais, porque não dá para esperar

esse tempo para iniciar a colheita (ENTREVISTADO 6, 2015).

As visitas dos instrutores ocorrem em média de três em três meses, mas depois eles pedem para assinar as visitas mensais, e todos os agricultores fazem (ENTREVISTADO 3, 2015).

O ritmo acelerado de trabalho, aliado ao uso intensivo de agrotóxicos, que permanecem em ação na folha durante um longo período, não permite um intervalo adequado para o trabalhador manipular a planta, o que acarreta ao agricultor, quando manuseia a folha, também se contaminar.

Conforme o grau de maturação das folhas, o agricultor necessita começar a colheita nesse é o momento em que há um contato maior com a planta, uma vez que o agricultor percorre a produção por entre as linhas de plantio e desce as mãos ao longo dos caules para retirar as folhas que estão no ponto de colheita. Essas folhas colhidas são carregadas pelo próprio agricultor entre um dos braços e o próprio peito, até serem levadas ao local de transporte até a estufa⁴².

Na época da colheita, os EPIs são pouco utilizados pelos agricultores, em virtude do clima e temperatura que predominam na Região Sul do país durante o verão, que é justamente quando ocorre a colheita na lavoura. Nessas circunstâncias, as pessoas que trabalham no processo utilizam, geralmente, camisa de manga longa, calça comprida e, às vezes, luvas.

Dessa forma, os trabalhadores não estão protegidos e o organismo acaba absorvendo uma grande quantidade de nicotina, que é liberada no contato com a folha.

Uma das grandes preocupações é a doença da folha verde (DFV), já catalogado em outras partes do mundo (como Estados Unidos e Índia), que começa a ser detectado também no Brasil e preocupa autoridades de saúde. A Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil) vem denunciando a ocorrência da doença na atividade produtiva, mas as indústrias fumageiras, com receio de a notícia afetar seus lucros, não admitiam essa possibilidade.

A doença é uma espécie de overdose de nicotina absorvida pela pele e atinge os trabalhadores na colheita do fumo. O suor, o orvalho e a

⁴² Como pode ser visto na Figura 12 – Colheita do fumo.

chuva facilitam o contato da substância com a pele. Mesmo não sendo fumantes, os agricultores chegam a ter uma quantidade de nicotina na urina maior do que de adeptos do cigarro.

A pesquisadora em saúde pública do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Silvana Rubano, explica:

“O maior risco é o contato com a planta molhada. Como a nicotina é uma substância solúvel em água, o orvalho ou a chuva podem facilitar a absorção cutânea”, diz ela. O problema é que a colheita é sempre realizada entre dezembro e fevereiro, sob calor e chuva recorrente. Além disso, a própria pele molhada de suor favorece a contaminação dérmica no contato com o fumo (INSTITUTO..., 2015).

Os sintomas da DFV são náuseas, tonturas, aumento da sudorese, cefaleias, flutuações na pressão arterial, vômitos, fraqueza severa, salivação, calafrios, diarreias, cólicas abdominais, dificuldades respiratórias, alterações da frequência cardíaca e desmaios. A duração pode ser de alguns dias e afetar a mesma pessoa repetidas vezes.

Embora só recentemente tenham sido descritos pela literatura médica no Brasil, os sintomas da enfermidade já são velhos conhecidos dos agricultores e a maioria dos fumicultores não procura ajuda médica quando sofre as reações, o que prejudica as estatísticas sobre a doença no país.

Durante as entrevistas da pesquisa de campo em Camaquã (RS), também não houve menção à doença, mas os sintomas da DFV estão presentes:

Senti tonturas e tive vômitos. Fomos ao médico, eu e meu filho junto, e fomos tratados por intoxicação de agrotóxico e aquilo levou um tempo para ficar bom. Porque não é como qualquer outra coisa – para fazer mal é rápido, mas para se livrar é muito lento. Muito tempo depois eu não conseguia trabalhar com veneno, eu pegava o veneno para trabalhar já sentia dor de cabeça, já sentia tonturas e ânsia de vômito, não conseguia trabalhar e foi isso que tirou o meu

filho da lavoura, ele também não conseguia mais trabalhar com veneno (ENTREVISTADO 5, 2015).

As pessoas adoecem mais. Doenças como enjoos, vômitos, tonturas erinite são bem frequentes. Meu pai faleceu de câncer de pulmão (ENTREVISTADO 7, 2013).

Fiquei hospitalizado com pneumonia crônica por causadas trocas de temperatura para colocar lenha na estufa, fiquei encostado por uns meses com auxílio-doença (ENTREVISTADO 2, 2015).

A doença do Entrevistado 2 teria sido ocasionada pela exposição a agentes químicos, provavelmente sem os equipamentos de proteção, e devido às trocas de temperatura na estufa, fatores agregados à baixa imunidade por conta do estresse vivenciado.

A saúde é, sem dúvida, o principal motivo que leva as famílias a refletirem sobre cultivar ou não o fumo. Trata-se de uma produção contraditória, que garante a reprodução da vida de determinadas famílias, ao mesmo tempo em que provoca grande número de danos à saúde e processa o endividamento de grande parte dos trabalhadores integrados. Não há como esconder que é um cultivo que tem especificidades na geração de riscos e agravos à saúde humana e à saúde ambiental que necessitam ser percebidos, conhecidos e tratados com a devida atenção pela sociedade.

A impressão inicial é de que a produção do fumo integrada às empresas multinacionais tenha superado o atraso do desenvolvimento do campo, pois o agricultor produz individualmente uma determinada mercadoria para atender os níveis de exportação mundial. No entanto, o fruto do seu trabalho, a riqueza que produz, é apropriada pelo capital mundial, apesar dessa aparente modernização do campo, junto com a solução produto – neste caso, o fumo – a que Silver (2005)⁴³ se refere no movimento de ampliação do capital.

⁴³ Em sua obra *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, Silver, ao tratar do conflito capital-trabalho como um processo histórico de escala mundial, identifica quatro respostas estratégicas usadas pelos capitalistas frente ao surgimento de movimentos trabalhistas: a solução espacial (relocação geográfica da produção); a solução tecnológica/organizacional (a introdução de tecnologias para reduzir a mão de

A produção de fumo inclui um aparato tecnológico que é uma necessidade inerente à reprodução do capital, ainda que seja responsável por produzir a morte humana. Desse modo, o capital cria novas formas de produção/solução, seja no campo ou nas cidades, o que a autora determina como solução produto, que em sua essência gera novas contradições, provocando constantemente o conflito entre capital e trabalho.

Nesse contexto, a integração com a agroindústria na produção de monocultura força os agricultores a um trabalho organizado, repetitivo, monótono, com extensas jornadas e determinado técnica e economicamente por instâncias externas, que são características, de um modo geral, da expressão de trabalho das grandes indústrias. Essas características são atualizadas de acordo com as necessidades e demandas do capital mundial, como severá na próxima seção, sobre as tendências da comercialização do fumo.

4.3 A EXPLORAÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE FUMO NA REGIÃO SUL

A comercializaçãodas safras de 2014 e 2015 para grande parte das famílias produtoras de fumo e participantes desta pesquisagerou insatisfação,por conta dos problemas enfrentados na hora de entregar a produção estabelecida no contrato. O desagrado foi devido à rigorosa classificação das fumageiras sobre o fumo produzido,que consiste em uma baixa significativa no preço pago pelas indústriasfabricantes de cigarro.

Segundo aAfubra, historicamente os agricultores sempre trabalharam tendo como base um preço médio de R\$ 7,88 para o quilo da variedade de semente de fumo Virgínia e, em 2015, receberam R\$ 7,23 pelo quilo, ou seja, R\$ 0,65 a menos. O reajuste firmado com as fumageiras no final de 2014 foi de 6,4 %, acordo que não foi cumprido pelas empresas integradoras (BONATO; ZOTTI; ANGELIS,2010).

Tabela 7 – Evolução da fumicultura

FUMICULTURASUL-BRASILEIRA

obra e a reestruturação das organizações corporativas, o que inclui a expansão da terceirização e de relações trabalhistas contingentes), a solução de produto (o deslocamento do capital para novas linhas de produção, menos sujeitas à competição e aos conflitos) e a solução financeira (o deslocamento integral do capital da produção para as finanças e a especulação).

Evolução						
SAFRA	FAMÍLIAS	HECTARES	PRODUÇÃO	kg/ha	VALOR	
	Produtoras	Plantados	Toneladas		R\$/kg	Total (R\$)
2015	153.730	308.260	695.850	2.257	7,23	5.029.085.000
2014	162.410	323.700	731.390	2.259	7,28	5.321.932.174
2013	159.595	313.675	712.750	2.272	7,45	5.309.987.500
2012	165.170	324.610	727.510	2.241	6,30	4.583.313.000
2011	186.810	372.930	832.830	2.233	4,93	4.105.851.900
2010	185.160	370.830	691.870	1.866	6,35	4.393.374.500
2009	186.580	374.060	744.280	1.990	5,90	4.391.252.000
2008	180.520	348.720	713.870	2.047	5,41	3.862.036.700
2007	182.650	360.910	758.660	2.102	4,25	3.224.305.000
2006	193.310	417.420	769.660	1.844	4,15	3.194.089.000
2005	198.040	439.220	842.990	1.919	4,33	3.650.146.700
2000	134.850	257.660	539.040	2.092	2,00	1.078.080.000
1995	132.680	200.830	348.000	1.733	1,55	539.400.000

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)(2016).

Para tratar dessa questão, foram realizadas reuniões e assembleias com representante do poder público, como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e com sindicatos e associações que têm a responsabilidade de defender os interesses dos agricultores e representantes das empresas fumageiras. Além disso, agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná realizaram protestos fechando rodovias e em frente a órgãos públicos e na sede das empresas fabricantes. Porém, nenhuma das iniciativas surtiu efeito e as fumageiras continuaram mantendo o rigor da classificação do fumo e, como consequência, pagando menos por ele.

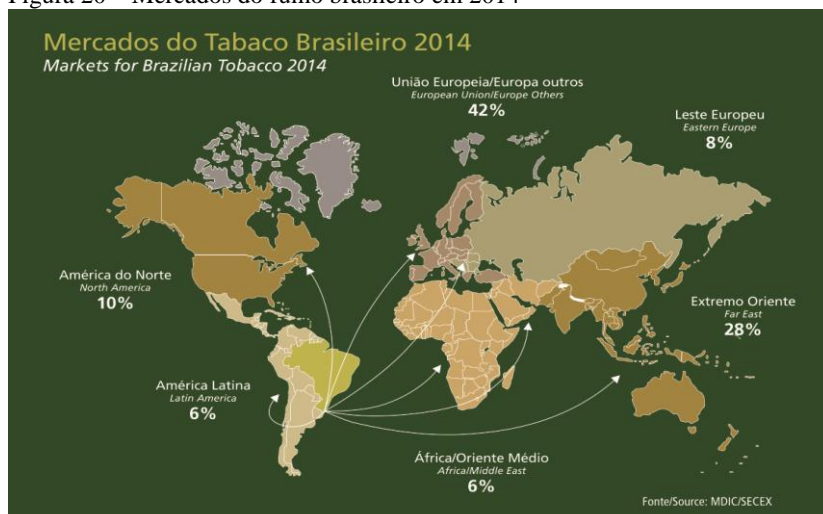
Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camaquã (RS), um dos motivos da rigorosa classificação no fumo da safra 2015 foi o fato de as fumageiras estarem com grandes quantidades em seus estoques, o que gerou interesse apenas no fumo de melhor qualidade naquela safra. Além disso, a indústria fumageira alega que o aumento na produção em outros países, como os africanos, aumenta a concorrência mundial.

Porém, segundo o coordenador da Fetraf-Brasil, as empresas sempre justificaram a variação do preço do fumo em relação à oscilação da cotação do dólar por ser um produto de exportação. No entanto, com

a alta do dólar, a justificativa para a regulação do preço do fumo passou a ser a produção excedente em outros países, como a África, que altera os preços praticados no Brasil (ASSOCIAÇÃO..., 2014).

O Brasil é, desde 1993, o maior exportador mundial de fumo. Em 2015, com a alta do dólar, as empresas triplicaram seu lucro com as exportações. Portanto, todas as justificativas envolvendo o mercado mundial são descartadas e não configuram a real situação praticada para cobrir a extração de valor na comercialização do fumo.

Figura 20 – Mercados do fumo brasileiro em 2014



Fonte: Sindicato Interestadual das Indústrias de Tabaco (SindiTabaco)(a)(2014).

Em 2014, a fumicultura representou 1,11% do total das exportações brasileiras, com US\$ 2,5 bilhões embarcados. Da produção de 735 mil toneladas registradas na safra 2013/2014, mais de 85% foi destinada ao mercado externo. O principal mercado brasileiro nesse período foi a União Europeia, com 42% do total dos embarques de 2014, seguida pelo Extremo Oriente (28%), América do Norte (10%), Leste Europeu (8%), África/Oriente Médio (6%) e América Latina (6%).

Para o sul do país, a cultura é uma das atividades industriais mais significativas. No Rio Grande do Sul, a participação do fumo representou 10,2% no total das exportações; em Santa Catarina, 6,1%.

Além disso, as empresas que atuam no Brasil também atuam em outros países, sendo assim, os estoques mundiais e o aumento na

produção em outros continentes afeta diretamente os agricultores integrados. No entanto, as exportações realizadas pela cadeia produtiva do fumo do sul do Brasil aumentaram no primeiro trimestre de 2015.

Figura 21 – Evolução das exportações de fumo do Sul do Brasil



Fonte: Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco (SindiTabaco)(b)(2014).

Apenas em março de 2015, segundo levantamento da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/Mdic), foi registrada ampliação da receita das exportações de fumo em 87%, mantendo uma tendência já registrada nos dois meses anteriores em relação ao mesmo período de 2014. Segundo Chesnais, o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo:

Na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. Esse capital busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ações os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Isso se expressa sobre a lucratividade das empresas. A fabricante de cigarros Souza Cruz, por exemplo, registrou lucro líquido de R\$

469,4 milhões no primeiro trimestre de 2015, alta de 3,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Já a receita líquida da companhia foi de R\$ 1,478 bilhões nos três primeiros meses de 2015, avanço de 3,2% em relação a igual intervalo de 2014.

Por outro lado, uma das consequências da baixa remuneração paga pelas fumageiras para safra 2014/2015 seria uma possível redução na área plantada para a safra brasileira seguinte (2015/2016). Essa decisão era incentivada por entidades como Afubra e Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e seguia as determinações da Convenção-Quadro⁴⁴ para o Controle do Tabaco, que provocará, nos dez anos seguintes, mudanças substanciais na cadeia produtiva do fumo.

Tais mudanças serão provocadas por três fatores fundamentais. O primeiro e mais importante fator a afetar a cadeia do fumo é a crescente redução de consumo. O crescimento da consciência social sobre os malefícios do fumo e a pressão coletiva dos não fumantes, vítimas do tabagismo passivo, aliadas às medidas coercitivas e preventivas contidas na Convenção-Quadro – Decreto Legislativo nº 1012/2005, que regulamenta a diminuição do consumo do fumo, tendem a afetar, cada vez mais, o consumo dos derivados do fumo.

A estimativa é reduzir em 12% a produção da variedade de sementes Virgínia, principal semente cultivada na Região Sul, e em até 20% a produção da semente Burley. Com isso, para 2015/2016, a estimativa de produção passou a ser de 607.011 toneladas de fumo produzido nos três estados do Sul do Brasil (529.415 de Virgínia, 66.586 de Burley e 11.010 de Comum), contra a estimativa de produção da atual safra, que é de 695.850 toneladas (601.610 de Virgínia, 83.230 de Burley e 11.010 de Comum). A orientação das entidades aos fumicultores é de que reduzam a sua área plantada, para que se possa adequar a produção à demanda (ASSOCIAÇÃO..., 2014).

Segundo pesquisa realizada em meados de março de 2016 pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC), a previsão era de que em 2016 houvesse redução de 6% a 10% em volume exportado (toneladas) e redução de 10% a 15% em valores (dólares) em relação aos números de

⁴⁴A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco visa conter a epidemia do tabagismo em todo o mundo. Sua ratificação pelo Brasil deu-se em 2005, por meio do Decreto Legislativo nº 1012/2005, e sua implementação nacional ganhou o *status* de Política de Estado e o cumprimento de suas medidas e diretrizes tornou-se uma obrigação legal do governo brasileiro com a promulgação da Convenção-Quadro pelo Presidente da República pelo Decreto nº 5.658, em 2 de janeiro de 2006 (Anexo F) (DESER, 2010).

2015. A safra 2015/2016 deveria ser ainda menor do que a anterior na Região Sul do Brasil, pela forte influência das condições climáticas ocasionadas pelo fenômeno El Niño⁴⁵(SINDICATO..., 2016).

Outra questão fundamental são as negociações das empresas fumageiras em relação ao reajuste de compra da safra do fumo 2016. Na segunda rodada de discussão, realizada em Santa Cruz do Sul, as propostas das empresas variaram de 9% a 12% sobre as tabelas praticadas na safra passada de 2015, o que desagradou a representação dos agricultores, que previam reajuste em torno de 17,7%. A informação é da Afubra(2014). De acordo com o presidente da entidade, quatro companhias já haviam recebido arrobas de fumo: Souza Cruz, que reajustou a tabela de preços em 9,5%; Alliance One e Universal, que tiveram reajuste de 9,3%, e Philip Morris Brasil, cujo reajuste ficou em 12%.

Nesse contexto conturbado de mudanças na cadeia produtiva de fumo em fevereiro de 2016, o Brasil foi o primeiro país do mundo habilitado a certificar o fumo. Houve a implantação de um programa piloto de produção integrada de fumo na safra 2015/2016, que contou com 158 produtores espalhados pelos três estados do Sul, que fizeram adesão voluntária ao programa piloto Produção Integrada do Tabaco (PI Tabaco).

Para tanto, atenderam as exigências e as normas técnicas específicas para produção sustentável.

Entre as exigências para a certificação do tabaco, está a obrigatoriedade de usar somente lenha de origem legal e sustentável, o descarte correto das embalagens vazias de agrotóxicos, o uso de sementes autorizadas pelo registro nacional de cultivares e a adoção de práticas conservacionistas, como plantio direto e cultivo mínimo. Também é obrigatório usar somente fertilizantes e agrotóxicos recomendados e registrados pelos órgãos competentes e o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e da

⁴⁵ *El Niño* é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado pelo aquecimento anormal das águas superficiais no Oceano Pacífico tropical que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento em nível mundial, afetando os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias. No Brasil, o fenômeno tem ocasionado fortes secas no Nordeste e intensificação das chuvas no Sul (PORTAL..., 2015).

vestimenta de colheita. Entre as proibições, estão o trabalho infantil, as queimadas e a exposição de menores de 18 anos, gestantes e maiores de 60 anos ao manuseio e aplicação de agrotóxicos. Para a rastreabilidade, todos os procedimentos envolvendo a produção, desde o preparo do solo até a entrega às indústrias, são registrados nos Cadernos de Campo e de Beneficiamento, que são planilhas desenvolvidas especificamente para o programa PI Tabaco (SINDICATO..., 2016).

Como resultado, a auditoria externa credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) ratificou a conformidade com os requisitos estabelecidos para o processo de certificação da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Dessa forma, o Brasil é atualmente o único país habilitado a certificar o fumo, o que mostra o quanto a cadeia produtiva está articulada aos mecanismos da produção de mercado em conformidade com a reestruturação produtiva do capital mundial, que, a partir da certificação, atualiza o controle da produção e sua regulamentação.

Aparentemente, a certificação assegura que o Brasil está em destaque em relação a outros países, pois está “habilitado”. No entanto, há a necessidade de instigar o que está por trás da certificação, que é o controle absoluto dentro dos padrões estabelecidos pelas organizações mundiais de controle do fumo. Segundo Oliveira (2003, p. 23), “a tônica de seu esforço está em conceber as redefinições impostas pelo processo em curso, que é preciso adivinhar e descrever”.

Portanto, as relações de trabalho e exploração nas diferentes formas presentes na cadeia de produção integrada de fumo não representam uma forma de atraso do país, mas sua forma mais avançada de modernização, que atualizam o processo de acumulação e a apropriação sem limites do valor em todas as instâncias. Isso denota que o sistema capitalista e as relações sociais só se sustentam revolucionando, constantemente, as formas de apropriação de valor em detrimento das relações sociais pautadas na emancipação humana.

Trata-se de uma cadeia produtiva que atende as demandas do mercado mundial, onde os agricultores são a base do processo, pois são responsáveis pela produção da matéria-prima, a folha de fumo. Nesse contexto, as relações são restritamente comerciais e verticalizadas. Para tanto, as indústrias têm todo o controle da produção, não há espaço para

resolver conflitos na produção e a lógica é produzir dentro do padrão internacional para atender a demanda do mercado mundializado.

5CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema integrado de produção de folhas de fumo é uma suposta e aparente garantia de venda do produto e assistência técnica oferecida pelas indústrias fumageiras. Esse sistema esconde o fato de que quem lucra efetivamente com a integração é a indústria, a maioria de capital transnacional, e que para os trabalhadores agricultores familiares só resta o acúmulo dos prejuízos, assim como as dívidas, seja porque o preço mínimo acertado antecipadamente penaliza o produtor, seja porque o aumento da produção acarreta, também, aumento das perdas dos fumicultores.

A fumicultura, assim como toda produção agrícola, está sujeita às incertezas de adversidades climáticas, como granizo, vendaval e chuva intensa, principalmente quando há a atuação do fenômeno El Niño, muito frequente na Região Sul do Brasil, que ocasiona chuvas acima da normalidade e geram muitas perdas para os trabalhadores fumicultores.

Os danos na produção de fumo com as chuvas em excesso e enxurradas geram perdas físicas e químicas nos solos desprotegidos. A precipitação acima do normal provoca a lixiviação dos insumos, especialmente os adubos, ou seja, a chuva atinge a lavoura e leva embora os fertilizantes, entre outros insumos, o que ocasiona a necessidade de adquirir mais insumos, reaplicar e realizar as práticas de manejo muitas vezes fora do tempo ideal. O agricultor tem mais custos e corre mais riscos de obter uma safra abaixo do esperado em qualidade, produtividade e renda.

As folhas do fumo baixeiro, mais próximas ao solo, são as mais atingidas pela umidade, gerando perdas ou agindo como porta de entrada para doenças e pragas. Segundo Iraldo Backes, coordenador da Afubra, “a chuva ‘lava’ a lavoura e leva embora boa parte dos fertilizantes aplicados, exigindo que o produtor reponha tais insumos para não perder qualidade e produtividade”. Se não repuser os nutrientes, o fumicultor corre o risco de produzir um fumo mais leve e, consequentemente, com menor remuneração pela folha de fumo, o que corrobora o processo do endividamento, pois são situações que a priori não estão previstas no contrato.

Além disso, há efeito na qualidade, ou seja, uma planta fraca, quando é feita a cura, pode ficar com a folha mais clara, puxando para uma tonalidade mais próxima da cor limão, pouco valorizada no momento da comercialização. Para ser valorizada, ela deve ser cordelaranja e ter peso consistente. Quem utiliza o cultivo mínimo ou

plantio direto e prepara a terra de acordo com as recomendações da indústria, diante do atual quadro climático, reduz o risco de perdas e está em vantagem sobre o agricultor que não procedeu dessa forma (ASSOCIAÇÃO..., 2014).

Também no caso da fumicultura, as incertezas relacionadas às condições climáticas na produção são ainda mais impactantes e significativas no processo de cura da folhagem em estufas, pela ocorrência de doenças e pragas que podem atingir as plantas, além de possíveis eventos durante o transporte da matéria-prima (fumo) até a indústria processadora, visto que toda responsabilidade dessas etapas recai sobre o trabalhador fumicultor.

O processo de cura ou secagem do fumo exige dedicação exclusiva de cinco a sete dias ininterruptos, 24 horas por dia, controlando a temperatura da estufa. Os trabalhadores fumicultores entrevistados afirmaram destinar cinco dias e quatro noites aproximadamente a esse processo, cuidando para que as folhas não sequem demais e nem fiquem úmidas, o que ocasionaria uma baixa classificação do produto e, consequentemente, redução no preço pago pela empresa na classificação da folha.

A temperatura na estufa é controlada por um termostato e permanece em torno de 160°C. Se o processo de secagem do fumo não for feito com muita cautela, pode provocar perdas significativas para o trabalhador, inclusive com incêndio⁴⁶ na estufa.

Percebe-se que a cadeia produtiva do fumo é extremamente complexa. Assim, no segundo capítulo, procurou-se mostrar as características que evidenciam seu percurso, visto que se trata de uma produção monocultora integrada à indústria fumageira, que segue as regulamentações e determinações do mercado mundial. Essa relação de integração ao grande capital possibilita às grandes incorporações realizarem fusões que extrapolam a cadeia produtiva para além do campo e para além das fronteiras nacionais. Dessa forma, o sistema integrado possibilita às indústrias de fumo implantarem a produção de acordo com as suas necessidades, ou seja, o trabalhador integrado passa a ser um apêndice da grande indústria mundial. Compete a ele realizar o trabalho

⁴⁶ Nesse caso, a Afubra libera o seguro aos associados que tiveram danos causados por tempestades de granizo, ou para reconstrução aos associados que, durante a cura do fumo, sofreram danos nas estufas por incêndio ou tufão. A liberação do auxílio se dá a partir da quitação das contribuições pertinentes ao seguro.

determinado pela indústria integradora, de forma que a produção atenda os parâmetros do mercado mundial.

Na integração, é mais conveniente para o capital manter o agricultor no seu pedaço de terra do que expulsá-lo, pois todas as condições para obter a extração de mais-valia estão presentes no processo de integração, que não fere a lei geral de acumulação, de modo que o lucro está garantido com a incorporação do trabalho vivo. O agricultor não contabiliza o valor do seu trabalho, somente os gastos materiais. Assim, o capital expropria, ao mesmo tempo, a terra que “pertence” ao agricultor e a sua força de trabalho embutida no processo de produção capitalista.

Todo esse processo e as etapas do trabalho são acompanhados de perto pelos instrutores das fumageiras. Os agricultores seguem as orientações dadas pelos instrutores técnicos, visando obter um preço mais elevado para o “seu produto”. Dessa forma, uma grande quantidade de fertilizantes e defensivos é utilizada no processo de produção indicados, determinados e controlados pela indústria fumageira.

O que denota que a empresa detém total controle e determinação sobre toda produção do fumo na indicação do uso da semente por ela desenvolvida, no uso do fertilizante e adubo adequando àquela semente, bem como o tipo de estufa para o processo de secagem/cura da folha.

Esses fatores foram evidenciados a partir das trajetórias dos trabalhadores integrados em Camaquã (RS) no terceiro e quarto capítulos, em que se procurou explicitar a relação de exploração no trabalho posta no contrato firmado entre trabalhadores e as indústrias fumageiras sobre a compra e venda de folha de fumo, com a intenção de mostrar a regulamentação do trabalho, ainda quando não reconhecida pelo Tribunal Regional do Trabalho, mas que está permeada de elementos que denotam a relação de subordinação, assim como o desencadeamento do endividamento dos trabalhadores integrados e a perversidade das indústrias fumageiras nesse processo de integração que envolve uma produção em escala mundial, sob os mais rigorosos controles de qualidade. Ao assumir o contrato, o trabalhador do campo passa a produzir de forma subordinada, determinada exclusivamente para a indústria de fumo, ou seja, passa a produzir a morte humana, uma vez que o fumo é um dos grandes causadores de câncer no Brasil.

A produção integrada com as indústrias fumageiras condiciona uma relação de exploração do trabalho, muito além do padrão convencional, na medida em que amplia as formas de exploração. Uma delas é a relação de exploração na forma de classificação da folha de

fumo, que consiste em subdividir a classificação da folha tipo Virgínia em 48 categorias, assim como Burley e Comum em 29 categorias diferentes, o que possibilita à indústria uma margem de negociação na classificação que extrapola qualquer forma de compreensão. Logo, a variação do preço pago pela classe pode ser comprada abaixo do seu valor, visto que as diferentes categorias de classificação de folha de fumo servem para atualizar a lei do valor e mostrar que o capital, na sua perpétua busca por valorização, não tem limites. A produção da vida no campo é regida pelas regras do mercado mundializado e a extração do excedente e acumulação do capital estão garantidos.

Todas as etapas do trabalho são fiscalizadas e acompanhadas, inclusive com controle de ficha técnica⁴⁷ com avaliações sobre as atividades realizadas, com destaque para atribuição de notas sobre o desempenho do trabalhador fumicultor mensalmente realizada pelo instrutor, ou seja, aparentemente é um contrato de compra e venda de folha de fumo. A trajetória dos trabalhadores fumicultores, no entanto, retrata uma realidade bem distinta da que é divulgada no momento em que buscam fechar novos contratos.

Há uma escala funcional de estrutura organizacional funcional e vertical que, a partir da adesão ao contrato, os trabalhadores são supervisionados por profissionais qualificados pela indústria integradora. A ficha técnica estabelece uma relação das tarefas a serem realizadas na produção de fumo, com avaliação e pontuação em relação ao seu cumprimento, o que denota que o trabalho é controlado de forma velada pela indústria, pois aparece como somente uma orientação técnica realizada pelo instrutor.

Essa realidade já tem sido evidenciada e essa pesquisa pretende contribuir no sentido de denunciar a relação de exploração que os trabalhadores são condicionados no processo de integração às indústrias fumageiras. Processo esse que revela a extraordinária forma encontrada pelas indústrias fumageiras de ter acesso à mercadoria fumo isenta de todo e qualquer tipo de benefício social, de vincular uma relação de emprego, de ter algum tipo de prejuízo em relação ao transporte da mercadoria. Todas essas responsabilidades recaem sobre o trabalhador integrado.

A indústria isenta-se de tudo, menos do lucro. O trabalho, os riscos, os cuidados com a saúde e a produção ficam por conta do trabalhador, a indústria fumageira estabelece o contrato, faz o receituário dos insumos, controla e fiscaliza o trabalho, estabelece o

⁴⁷Anexo B.

preço dentro dos padrões da indústria mundial e recebe a mercadoria dentro do controle de qualidade estabelecido pelos padrões do mercado mundial. Ou seja, aparentemente, o contrato parece somente uma relação comercial de compra e venda de folha de fumo, que oculta a extração de valor posta, não nos moldes clássicos, mas aprimorada nas leis de tendências do valor.

O transporte ficaria sob a responsabilidade da empresa, sem custo direto para o agricultor, uma vez que o frete é pago pela indústria do fumo. Porém, a indústria não se responsabiliza por perdas e prejuízos (tais como falta de fardos, fumo molhado, entre outros) que ocorrerem no percurso até a indústria e são de responsabilidade dos trabalhadores fumicultores.

A contextualização de todo o processo e a relação do trabalho envolvido na cadeia produtiva de fumo entre trabalhadores integrados e indústrias fumageiras no Rio Grande do Sul evidenciam as denúncias que tem chegado ao Tribunal Regional do Trabalho.

A decisão assinada em Brejinho, no Rio Grande do Norte (RN), pela juíza do Trabalho Anne de Carvalho Cavalcanti, retrata as denúncias sobre as condições de trabalho a que são submetidos esses trabalhadores. A decisão proíbe a Souza Cruz de firmar novos contratos de produção de tabaco no Rio Grande do Norte. A fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego constatou que a empresa aliciava agricultores em Brejinho (RN) para que fimassem os contratos, iludindo-os com promessas de vantagens econômicas impossíveis de concretização.

Com a decisão assinada pela juíza do Trabalho Anne de Carvalho Cavalcanti, foi reconhecida a fraude na relação de trabalho, realizada através de contrato bilateral fictício de compra e venda de folhas de tabaco, que na realidade beneficiava apenas a Souza Cruz e dava margem a condições de trabalho semelhantes à escravidão. Esse tipo de contrato agora está proibido de ser firmado pela empresa no estado. Para o procurador do Trabalho José Diniz de Moraes, que assina a ação do MPT, "o contrato acabava por transferir todos os riscos e custos da produção ao agricultor, além de tratar-se de um esquema utilizado pela Souza Cruz com intuito de ocultar relação econômica equiparada à empregatícia e se furtar das obrigações trabalhistas e previdenciárias", conta. A ação

alerta que em relação à produção e à qualidade do produto, as exigências eram criteriosas, mas, quando se tratou de resguardar a saúde e segurança do trabalhador, a Souza Cruz negligenciou atenção ao treinamento e uso dos EPIs. "Mais uma vez observa-se o desprezo com a dignidade do trabalhador, exposto a agentes nocivos do cultivo da folha de fumo sem proteção, o que exige uma reparação", defende o procurador do Trabalho. Número do processo: 0001425-21.2015.5.21.0004(LAGO; VILLAÇA, 2016).

A empresa denunciada foi intimada várias vezes para comparecer a audiências na sede do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT/RN), mas não compareceu nem apresentou manifestação, apesar de devidamente notificada.

Diante das irregularidades cometidas, o MPT/RN ajuizou a ação que pede uma condenação final da Souza Cruz no valor de R\$ 5 milhões pelo dano moral coletivo causado. Também é requerido o ressarcimento de R\$ 100 mil por trabalhador envolvido, "a título de horas trabalhadas, uso da terra, plantio, secagem, empréstimos, vendas casadas de produtos agrícolas e fraudes nas relações de trabalho", destaca a ação.

A percepção e a consciência dos trabalhadores fumicultores sobre os problemas a que eles estão permanentemente sujeitos cresceu muito, mas necessita aumentar ainda mais. Esse é um dos grandes desafios que se põe aos agricultores envolvidos nessa cadeia produtiva e a todas as organizações e profissionais que trabalham e acompanham essa realidade do campo, assim como levar o debate para as universidades, com o intuito de desenvolver pesquisas e produção de conhecimento que contribuam com a classe trabalhadora do campo, dando visibilidade à realidade vivenciada por esses trabalhadores, assim como da relevância destacada por umajuíza do Trabalho em Santa

Catarina sobre a interlocução entre as pesquisas acadêmicas e a atuação judicial.

O conjunto das questões elencadas nas trajetórias de trabalho sobre a relação de exploração e subordinação a que estão expostos os agricultores reflete o contexto da produção industrial capitalista no campo na atualidade, particularmente a indústria de fumo, o sistema de integração, o contrato de compra e venda e as nuances que condicionam o endividamento nesse sistema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
Disponível em:
<http://actbr.org.br/uploads/conteudo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- _____. **A biopolítica dos direitos humanos: uma reflexão a partir do sistema de integração rural da fumicultura**. Dissertação (Mestrado em Direito)– Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ANTUNES, Juliana. **A sustentabilidade na Souza Cruz: case do sistema float**. 2010. Disponível em:
<<http://www.sustentabilidadecorporativa.com/2010/01/case-1-sistema-floatsouza-cruz.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.
- ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Educação, Saúde e Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 53-61, 2003.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>.
Acesso em: 30 abr. 2016.
- ARAUJO, Claudio Marcelo Garcia. **A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO (ABIFUMO). **Classificação do fumo**. Disponível em:
<http://www.abifumo.org.br/teste/legbra/pop/01_01.htm>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL (AFUBRA). Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/71>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

_____. **Entrevista com Iraldo Backes.** 2014. Arquivo sonoro. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/noticias/7118/entrevista-com-iraldo-backes.html>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. **Fumicultura no Brasil:** evolução da fumicultura. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

_____. **Fumicultura mundial:** maiores produtores mundiais. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-mundial.html>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

AUED, Bernadete Wrublewski. **O sapateiro militante:** José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006.

BONATO, Amadeu; ZOTTI, Cleimary; ANGELIS, Thiago de. Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia de dependência. **Tabaco**, revista do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/ASEAPDT_O.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Quero: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio:** Brasil 2012/2013 a 2022/2023. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Assessoria de Gestão Estratégica, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projecoes%20-%20versao%20atualizada.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região), Vara do Trabalho de Camaquã. **Processo nº 0008221-96.2012.5.12.0001** [Número alterado para preservar o sigilo da pesquisa]. Camaquã, 2012.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região), Vara do Trabalho de Camaquã. **Processo nº 0000921-80.2013.5.04.0141** [Número alterado para preservar o sigilo da pesquisa]. Camaquã, 2013.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região), Vara do Trabalho de Camaquã. **Processo nº 0000728-54.2014.5.12.0036** [Número alterado para preservar o sigilo da pesquisa]. Camaquã, 2014.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região), Vara do Trabalho de Camaquã. **Processo nº 0000278-54.2014** [Número alterado para preservar o sigilo da pesquisa]. Camaquã, 2014.

CAMAQUÃ. Prefeitura Municipal. **Mapas do município**. Disponível em: <<http://www.camaqua.rs.gov.br/municipio/2/mapas-do-municipio.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital**: essência e aparência. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE FOLHA DE FUMO 2009/2010. 2009. In: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região), Vara do Trabalho de Camaquã. **Processo nº 0008221-96.2012.5.12.0001** [Número alterado para preservar o sigilo da pesquisa]. Camaquã, 2012.

CORREIO LAGEANO. **Produção de fumo em SC atinge 250 mil toneladas ao ano**. Imagem. 2012. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/negocios/view/5151/produ%C3%A7%C3%A3o-de-fumo-em-sc-atinge-250-mil-toneladas-ao-ano>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

EBERHARD, Aline. Grandes empresas frigoríficas pagam aos produtores de frango apenas 50 centavos por ave. **Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina**. 2014. Disponível em: <<http://www.cut-sc.org.br/destaque-central/902/grandes-empresas-frigorificas-pagam-aos-produtores-de-frango-apenas-50-centavos-por-ave>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

ENTREVISTADO 1 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice B]. Camaquã, 2015. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ENTREVISTADO 2 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice B]. Camaquã, 2015. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ENTREVISTADO 3 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice A]. Camaquã, 2013. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

_____. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice B]. Camaquã, 2015. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ENTREVISTADO 4 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice B]. Camaquã, 2015. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ENTREVISTADO 5 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice B]. Camaquã, 2015. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ENTREVISTADO 6 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice B]. Camaquã, 2015. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ENTREVISTADO 7 [Nome omitido para preservar o sigilo da pesquisa]. Entrevista a partir de roteiro elaborado para entrevistar fumicultores integrados [Apêndice A]. Camaquã, 2013. Arquivo sonoro. Entrevista concedida à autora.

ETGES, Edegar. **Podas das mudas de fumo**. Imagem. 2015.

Disponível em:

<<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/produtores-preparam-a-nova-safra-de-tabaco->>. Acesso em: 22 maio 2016.

FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FAGUNDES, Antonio Augusto. **História do Rio Grande do Sul: uma nova visão da formação da terra e do povo gaúcho**. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

FERNANDES, Catullo. **Sesquicentenário de Camaquã: a terra Farroupilha, 150 anos de história – 1864-2014**. Camaquã: Criarte Marketing & Eventos, 2014.

_____. **Camaquã: 200 anos de fundação – 1815-2015**. Camaquã: Criarte Marketing & Eventos, 2015. v.2.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Éder; ROSA, João Paulo. O estado burguês como instrumento de dominação social: o acesso à justiça e a contradição capital/trabalho nos acórdãos do TST (1998/2008). In: IX Seminário do Trabalho, Educação e Neodesenvolvimentismo. **Anais...** Marília: Unesp, 2014.

FERREIRA, José Romualdo. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

FURTADO, Janice de Almeida. **Transformações e estratégias de reprodução na agricultura familiar do município de Pelotas – RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)–

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIRARDI, Giovana. Por que o Rio Grande do Sul é a região com mais suicídios do país. **Revista Galileu**. 28 out. 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/10/por-que-o-rio-grande-do-sul-e-regiao-com-mais-suicidios-do-pais.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

GOIS, Felipe Cabral de Araujo. **Sistemas integrados de produção, breakthrough ou apenas uma evolução do sistema toyota de produção**: a comparação através de dois modelos teóricos. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Magali Costa; LIMA, Patrícia Siqueira. Condições de trabalho e organização do trabalho: um estudo em duas organizações avícolas integradas do distrito federal. **Revista Rede de Estudos do Trabalho – RET**, Marília, ano IX, n. 17, 2015. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/AA_RRRET17.pdf>. Acesso em: 6 maio 2016.

HARTWIG, Marisa. **O pequeno agricultor em Santa Silvana**: algumas histórias a contar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2003.

_____. **Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares**: a aparente segmentação entre rural e urbano. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Trajetórias de trabalho de famílias integradas à agroindústria na produção de fumo. **Revista Rede de Estudos do Trabalho – RET**,

Marília, ano III, n. 4, 2009. Disponível em:
<<http://www.estudosdotrabalho.org/Trajet%F3rias%20de.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. **Espaços de esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HOBSBAWM, Eric. Prefácio. In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e terra, 1989.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

IASI, Mauro. **Aula de voo**. 2011. Disponível em:<<https://plantandoternuras.wordpress.com/tag/mauro-iasi>>. Acesso em: 22 maio 2016.

INDÚSTRIA DE TABACOS E AGROPECUÁRIA LTDA. (INTAB). **Produção e comercialização de tabaco**. Disponível em:
<<http://www.intab.com.br/pages/pag.aspx?id=6337&tit=Produ%C3%A7%C3%A3o+e+comercializa%C3%A7%C3%A3o+de+tabaco>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Manoca de fumo**. Imagem. Disponível em:
<<http://admv2.sizing.com.br/projetos/intab/images/PagMat/Pag006337/IMG005115.jpg>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (FETAESC). **Produtores que tem valores a receber da INTAB devem procurar sindicatos filiados Fetaesc**. Imagem. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/wp/wp-content/uploads/2015/12/int-1.jpg>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=430350&idtema=3>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. **Produção agrícola municipal** – lavoura temporária – 2012. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430350&idtema=123&search=rio-grande-do-sul%7Ccamaqua%7Cproducao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2012>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal** – IDHM. 2013. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430350&idtema=118&search=rio-grande-do-sul|camaqua|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Produção agrícola municipal** – lavoura temporária – 2014. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430350&idtema=149&search=rio-grande-do-sul%7ccamaqua%7cproducao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Infográfico:** dados gerais do município. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430350&search=rio-grande-do-sul|camaqua|infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Sul. IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur, Ipardes. reimp. 1, v. 6 Brasília, 2000. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v06.pdf>. Acesso: 15 set. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Famílias brasileiras que cultivam tabaco sofrem de overdose de nicotina.** 2015. Disponível em:

<<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/>

noticias/2015/familias_brasileiras_que_cultivam_tabaco_sofrem_de_ov
erdose_de_nicotina>. Acesso em: 6 jun. 2016.

JORNAL ARAUTO. Sem preço definido, produtores retêm fumo nos paíais. Imagem. 2010. Disponível em:

<<http://admv2.sizing.com.br/projetos/arauto/images/PagMat/Pag000961/IMGa0e9b5.jpg>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Expectativa cerca preço de fumo.** Imagem. 2010. Disponível em:

<<http://admv2.sizing.com.br/projetos/arauto/images/PagMat/Pag003624/IMG229bbc.jpg>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Calor acelera plantio de fumo.** Imagem. 2012. Disponível em:
<<http://admv2.sizing.com.br/projetos/arauto/images/PagMat/Pag010422/IMG4605aa.JPG>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas.** São Paulo: Mercado de letras, 2001.

LAGO, Thales; VILLAÇA, Carolina. **Decisão proíbe Souza Cruz de firmar novos contratos de produção de tabaco no RN.** Ministério Público do Trabalho, Assessoria de Comunicação (Ascom). Natal, 2016. Disponível em: <<http://www.prt21.mpt.gov.br/procuradorias/prt-natal/238-decisao-proibe-souza-cruz-de-firmar-novos-contratos-de-producao-de-tabaco-no-rn>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

LÊNIN, Vladimir Llich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

LOEBENS, Breno José. **Economia agrícola familiar e a centralização do capital.** Florianópolis: UFSC, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.

Fundamentos da metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. Prefácio de para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

_____. **O capital**: crítica da economia política. v.1. caps. I-V. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. caps. XIII-XXV. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. A maquinaria e a grande indústria moderna. In: **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. v. 1. São Paulo: DIFEL, 1986.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro1: O processo de produção do capital. v.1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 2: O processo da circulação do capital. v. 3. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, set./dez. 1997. Disponível em:

<<http://www.senac.br/BTS/233/boltec233d.htm>>. Acesso em: 17abr. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial e Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, Paulo Ricardo Dias de. **Responsabilidade social da empresa em face do trabalho infantil nas famílias que trabalham para indústria fumageira**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 108, jan 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12672>. Acesso em 5 abr. 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A divisão sexual do trabalho no sistema de integração agroindustrial. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, ano 3, n. 1, 1982.

PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1990.

PAULO NETTO, José. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: **Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PIRES, José. **Observatório do mundo do tabaco**. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser). Imagem. 2015. Disponível em:

<<http://observatoriodotabaco.com.br/addons/php/thumb.url.class.php?src=http://observatoriodotabaco.com.br/uploads/biblioteca/imagens/a9b5353f28bcfd8417d2ccd6e83dcca0.jpg&w=500&h=200>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

PORTAL DO TABACO. **El niño exige atención especial dos produtores de tabaco**. 2015. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/el-nino-exige-atencao-especial-dos-produtores-de-tabaco>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

REVISTA CONTEXTO RURAL. Curitiba: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), ano III, n. 4, dez. 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1. ed.)

SILVEIRA, R. L. L. da. **A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul – RS: o lugar dos safristas na terra do fumo.**

Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS.** 2007. 578 f. Tese (Doutorado em Geografia)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVER, J. Beverly. **Forças do trabalho:** movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO (SINDITABACO). **Mercados do fumo brasileiro em 2014.** Disponível em:

<http://www.tobaccoasia.com/downloads/363/download/Markets%20for%20Brazilian%20Tobacco%202014_SindiTabaco.jpg>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Evolução das exportações de fumo na Região Sul do Brasil.** 2014. Disponível em:

<https://www.produtorsouzacruz.com.br/sites/default/files/body_images/page/exportacoes.jpg>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Exportações 2014 e produção integrada do tabaco.** 2015. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Tabaco/46RO/Exporta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Pordu%C3%A7%C3%A3o%20Integrada%20do%20Tabaco.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **SindiTabaco News.** Santa Cruz do Sul, abr./maio/jun. 2016.

Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sinditabaco-news-abrilmaiojunho-de-2016>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SOUZA CRUZ. **Nossas marcas.** Site da empresa. 2016. Disponível em:

<http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7ZWHKA?opendocument>. Acesso em: 30 maio 2016.

SOUZA Osmar Martins de; MELO, José Joaquim Pereira; GOMES, Renan William Fernandes. **Da manufatura à maquinaria moderna:** a

subsunção real do trabalho ao capital. Disponível em:
<http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/5_Da_manufatura_a_m_aquinaria_moderna_a_subsuncao_real_do_trabalhador_ao_capital_-_Osmar_Martins_de_Souza.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília: Concrab, 2004.

STÉDILE, João Pedro; SAMPAIO, Plínio de Arruda. **História, crise e dependência do Brasil**. Cartilha nº 3, 5. ed., Editora Movimento Consulta Popular, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, n. 77, p. 71-99, 2001.

VERGOPOULOS, Kostas; AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Pensamento crítico; v.15).

VIAGEM DE FÉRIAS. 2015. Imagem. Disponível em:
<<http://www.viagemdeferias.com/mapa/rio-grande-sul.gif>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FUMICULTORES INTEGRADOS DE CAMAQUÃ (RS)– 2013

- 1- Nome:
- 2- Contato:
- 3- Idade:
- 4- Empresa integradora:
- 5- Componentes da família:
- 6- Em que ano começaram a produzir fumo e por quê? Até que ano?
- 7- É a principal atividade?
- 8- O que mudou na produção integrada de fumo?
- 9- Conte sobre todo o processo de trabalho na produção de fumo desde o início do trabalho integrado.
- 10- Dentre as colocações, o que considera como mais relevante como mudança nesse processo desde a assinatura do contrato inicial?
- 11- Fale sobre o papel do instrutor.
- 12- Como é ou foi o manuseio com os herbicidas, venenos/agrotóxicos usados no processo de produção de fumo?
- 13- Todos integrantes da família trabalham na produção de fumo?
- 14- O que mais é produzido na propriedade? Consumo próprio?
- 15- Você notou mudança na saúde das pessoas que trabalham na produção de fumo integrada?
- 16- Possui financiamentos, dívidas com bancos ou empresa integradora?
- 17- Caso sua resposta for negativa, gostaria de continuar na produção integrada de produção de fumo?
- 18- Quais são as saídas encontradas para os agricultores endividados?
- 19- Participa de algum sindicato? Movimento social? Cooperativa? Qual?
- 20- Conhece ou teria interesse em conhecer o MPA ou o MST?
- 21- Gostaria de acrescentar algo?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FUMICULTORES INTEGRADOS DE CAMAQUÃ (RS) – 2015

- 1- Nome:
- 2- Contato:
- 3- Idade:
- 4- Qual sua ascendência? Religião?
- 5- Empresa integradora:
- 6- Componentes da família que trabalham no fumo: ()
- 7- Como se autodenominam: () agricultores familiares () colonos () empresários do campo () pequenos agricultores () trabalhadores empregados/assalariados ou () trabalhadores
- 8- A terra é: () própria () arrendada. Quantos hectares? ()
- 9- Em que ano começaram a produzir fumo? Faz quantos anos? ()
- 10- Porque escolheram produzir fumo? Não havia alternativa?
- 11- É a principal atividade?
- 12- Conte sobre todo o processo de trabalho na produção de fumo desde o início do trabalho integrado.
- 13- Dentre as colocações, o que considera como mais relevante como mudança nesse processo desde a assinatura do contrato inicial?
- 14- Os filhos ajudam, trabalham no fumo?
- 15- Como é ou foi o manuseio com os herbicidas, venenos/agrotóxicos usados no processo de produção de fumo?
- 16- O que mais é produzido na propriedade? Consumo próprio?
- 17- Há pessoas com problemas de saúde na família?
- 18- Fazem tratamento? Qual?
- 19- As doenças podem estar relacionadas ao trabalho com o fumo, pela enorme quantidade de agrotóxicos?
- 20- Tem algum plano de saúde? A quais benefícios tem acesso e como funciona?
- 21- Como você se protege como trabalhador?
- 22- Possui financiamentos, dívidas com bancos ou empresa integradora?
- 23- O que o levou a contrair dívidas? () atraso na entrega dos implementos () seca/chuva/ granizo () peste () não atingiu a estimativa () problemas de saúde/doença () outros, quais? _____
- 24- Como e quando ocorre a confissão de dívida? Fale sobre esse processo.
- 25- Quais são as saídas encontradas para os agricultores endividados?

- 26- Participa de algum sindicato? Movimento social? Cooperativa? Qual?
- 27- Conhece ou teria interesse em conhecer o MPA ou o MST?
- 28- Gostaria de acrescentar algo?

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEPESH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado, intitulada *As relações de exploração do trabalho ocultas no sistema integrado de produção de fumo*, que fará observação em loco e entrevista semi-estruturada, tendo como objetivo geral - Investigar as relações de exploração de trabalho ocultas nos contratos de compra e venda de folha de fumo dos trabalhadores integrados na produção de fumo no município de Camaquã/ RS entre 2001-2012 e objetivos específicos - Caracterizar a relação de trabalho formalizada nos contratos de produção integrada; - Analisar os contratos de compra e venda de folha de fumo, assim como observar os parâmetros expressos nas cláusulas contratuais; - Evidenciar os limites da exploração de trabalho enfrentada pelos trabalhadores do campo e as tendências desse processo de produção capitalista na atualidade da produção de fumo; -Desmistificar a relação social contida nos contratos de compra venda de folha de fumo e a extração do valor nesse processo.

Serão previamente marcados a data e horário para realização da observação do trabalho em loco, assim como para disponibilidade das entrevistas, utilizando para a mesma um questionário semi-estruturado com perguntas específicas. Estas medidas serão realizadas no nome da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os riscos destes procedimentos serão caracterizados como mínimos por tratar de análise dos contratos de compra e venda de folha de fumo e de acompanhamento/ observação em loco das atividades no trabalho dos agricultores integrados na produção de fumo e também da realização de entrevistas semi estruturadas respeitando toda e qualquer indisponibilidade, desconforto e incômodo dos entrevistados, sujeitos da pesquisa.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo poderão contribuir para dar visibilidade as condições de trabalho dos agricultores integrados as grandes empresas multinacionais, assim como caracterizar o processo de exploração da condição destes trabalhadores integrados no trabalho do fumo. Portanto, a pesquisa contribui para dar visibilidade às condições de vida e de trabalho destes sujeitos sociais trabalhadores do campo, contribuindo no avanço da produção de conhecimento da realidade do campo brasileiro.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores estudante de doutorado Marisa Hartwig e o professor responsável Ricardo Lara.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará

em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Agradecemos a sua participação.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO - Marisa Hartwig

NÚMERO DO TELEFONE (48) 91188111

ENDEREÇO Rua Saul Silveira Penha, 200, bairro Carianos, Florianópolis, SC. CEP: 88047-630.

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPSHUDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Fone: (48)3321-8195 – e-mail: cepshuretoria@udesc.br

Florianópolis - SC

88035-001

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEPSH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) seu(a) filho(a) dependente está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado intitulada As relações de exploração do trabalho ocultas no sistema integrado de produção de fumo, que fará observação em loco e entrevista semi-estruturada, tendo como objetivo geral - Investigar as relações de exploração de trabalho ocultas nos contratos de compra e venda de folha de fumo dos trabalhadores integrados na produção de fumo no município de Camaquã/ RS entre 2001-2012. Objetivos específicos - Caracterizar a relação de trabalho formalizada nos contratos de produção integrada; - Analisar os contratos de compra e venda de folha de fumo, assim como observar os parâmetros expressos nas cláusulas contratuais; - Evidenciar os limites da exploração de trabalho enfrentada pelos trabalhadores do campo e as tendências desse processo de produção capitalista na atualidade da produção de fumo; - Desmistificar a relação social contida nos contratos de compra venda de folha de fumo e a extração do valor nesse processo.

Serão previamente marcados a data e horário para realização da observação do trabalho em loco, assim como para disponibilidade das entrevistas, utilizando para a mesma um questionário semi-estruturado com perguntas específicas. Estas medidas serão realizadas no nome da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os riscos destes procedimentos serão caracterizados como mínimos por tratar de análise dos

contratos de compra e venda de folha de fumo e de acompanhamento/ observação in loco das atividades no trabalho dos agricultores integrados na produção de fumo e também da realização de entrevistas semi estruturadas respeitando toda e qualquer indisponibilidade, desconforto e incomodo dos entrevistados, sujeitos da pesquisa.

A sua identidade será preservada, e cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo poderão contribuir para dar visibilidade as condições de trabalho dos agricultores integrados as grandes empresas multinacionais, assim como caracterizar o processo de exploração da condição destes trabalhadores integrados no trabalho do fumo. Portanto, a pesquisa contribui para dar visibilidade às condições de vida e de trabalho destes sujeitos sociais trabalhadores do campo, contribuindo no avanço da produção de conhecimento da realidade do campo brasileiro.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores estudante de doutorado Marisa Hartwig e o professor responsável Ricardo Lara.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Agradecemos a participação do(a) seu(ua) filho(a)/dependente.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO - Marisa Hartwig
NÚMERO DO TELEFONE (48) 91188111
ENDEREÇO- Rua Saul Silveira Penha, 200, bairro Carianos, Florianópolis, SC. CEP: 88047-630.
ASSINATURA DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP SHUDESC
Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Fone: (48)3321-8195 – e-mail: cepsh.reitoria@udesc.br
Florianópolis - SC
88035-001

TERMO DE CONSENTIMENTO

Dedaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a respeito do meu(minha) filho(a)/dependente serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em meu(minha) filho(a)/dependente, e que fui informado que posso retirar meu(minha) filho(a)/dependente do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Acompanhamento da Colheita							
Colheita	Varas	Peso 10 varas	Kg estufada	Apanha	Varas	Peso 10 varas	Kg estufada
Estimativa 3 primeiras apanhas				10ª			
4ª				11ª			
5ª				12ª			
6ª				13ª			
7ª				14ª			
8ª				15ª			
9ª				16ª			
Data Visita	Assinatura do produtor						
03/10/2003							
24/11/2003							
16/04/2003							
1 1							
1 1							
Mês Previsto	Prioridade				Desempenho	Mês Avaliação	
1	PONTO DE COLHEITA				5	11	
10	TRATOS CULTURAIS				5	11	
10	ADUBAÇÃO DE COBERTURA				5	11	
Data	Observações						
1 1							
1 1							
1 1							
1 1							
1 1							
1 1							
Assinatura do instrutor:							